



SUMÁRIO

ATOS DO PODER EXECUTIVO	1
CASA CIVIL DO MUNICÍPIO	44
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO HUMANO.....	45
SUBPREFEITURA DA REGIÃO SUL.....	46
SECRETARIA DE FINANÇAS	46
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS.....	46
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO.....	47
SECRETARIA DA SAÚDE	48
FUNDAÇÃO DE MEIO AMBIENTE	51
PUBLICAÇÕES DA CÂMARA MUNICIPAL.....	52

ATOS DO PODER EXECUTIVO

DECRETO Nº 1.665, DE 5 DE DEZEMBRO DE 2018.

Altera o art. 1º do Decreto nº 904, de 13 de novembro de 2014, que concede aposentadoria por invalidez à servidora Edineusa Pereira Tavares Maia.

A PREFEITA DE PALMAS, no uso das atribuições que lhe confere o art. 71, inciso III, da Lei Orgânica do Município, e com fulcro nos arts. 205 e 208 da Lei Complementar nº 8, de 16 de novembro de 1999, e inciso II, art. 20, combinado com o art. 53 da Lei nº 1.414, de 29 de dezembro de 2005, que dispõe sobre o Regime Próprio de Previdência Social do Município de Palmas e parágrafo único do art. 6º-A da Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003,

DECRETA:

Art. 1º O art. 1º do Decreto nº 904, de 13 de novembro de 2014, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º Fica concedida aposentadoria por invalidez à servidora EDINEUSA PEREIRA TAVARES MAIA, matrícula nº 1043831, servidora pública municipal, nomeada pelo Decreto nº 29, de 6 de março de 1998, para exercer o cargo de provimento efetivo de “Professor – P-II”, posse em 9 de março de 1998, exercício iniciado em 10 de março de 1998, lotada na Secretaria Municipal da Educação e classificação no Plano de Cargos, Carreiras e Remuneração – PCCR pelo Anexo Único da Lei nº 2.057, de 4 de junho de 2014, Tabela I, Nível III, Classe G, Carga Horária 40h. (NR)

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo os efeitos a 1º de outubro de 2014.

Palmas, 5 de dezembro de 2018.

CINTHIA ALVES CAETANO RIBEIRO
Prefeita de Palmas

Guilherme Ferreira da Costa
Secretário da Casa Civil do município de Palmas

Carlos Júnior Spégorin Silveira
Presidente do Instituto de Previdência Social do Município de Palmas

DECRETO Nº 1.667, DE 6 DE DEZEMBRO DE 2018.

Aprova o novo Regulamento do Código Tributário do Município de Palmas e adota outras providências.

A PREFEITA DE PALMAS, no uso da atribuição que lhe confere o art. 71, inciso III, da Lei Orgânica do Município, combinado com o art. 149 da Lei Complementar nº 285, de 31 de outubro de 2013,

DECRETA:

Art. 1º Fica aprovado o novo Regulamento do Código Tributário do Município de Palmas, instituído pela Lei Complementar nº 285, de 31 de outubro de 2013, nos termos do Anexo Único a este Decreto.

Art. 2º A Secretaria Municipal de Finanças, isoladamente ou em conjunto com órgãos municipais competentes, poderá expedir instruções complementares, destinadas a estabelecer normas e procedimentos necessários ao cumprimento das disposições do Regulamento do Código Tributário do Município de Palmas e demais legislações do Sistema Tributário Municipal.

Art. 3º Ficam revogados os Decretos nº 285, de 27 de dezembro de 2006; nº 138, de 1º de agosto de 2008; nº 49, de 17 de fevereiro de 2009; nº 105, de 15 de outubro de 2009; nº 126, de 17 de março de 2010; nº 187, de 22 de dezembro de 2010; nº 1.063, de 22 de junho de 2015; nº 1.111, de 15 de setembro de 2015; nº 1.292, de 13 de outubro de 2016, nº 1448, de 24 de agosto de 2017, e nº 1.659, de 16 de outubro de 2018.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Palmas, 6 de dezembro de 2018.

CINTHIA ALVES CAETANO RIBEIRO
Prefeita de Palmas

Guilherme Ferreira da Costa
Secretário da Casa Civil do Município de Palmas

Vera Lúcia Thoma Isomura
Secretária Municipal de Finanças

ANEXO ÚNICO AO DECRETO Nº 1.667, DE 6 DE DEZEMBRO DE 2018.

REGULAMENTO DO CÓDIGO TRIBUTÁRIO DO MUNICÍPIO DE PALMAS,
INSTITUÍDO PELA LEI COMPLEMENTAR Nº 285, DE 31 DE OUTUBRO DE 2013.

SUMÁRIO

TÍTULO I.....	9
DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES.....	9
TÍTULO II.....	11
DO CADASTRO FISCAL DO MUNICÍPIO	11
CAPÍTULO I.....	11
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS	11
CAPÍTULO II.....	13

DO CADASTRO IMOBILIÁRIO FISCAL (CADIF).....	13	Das Disposições Preliminares.....	41
Seção I.....	13	Subseção II.....	43
Da Composição.....	13	Da Exclusão das Mercadorias Sujeitas ao ICMS.....	43
Seção II.....	15	Subseção III.....	44
Da Inscrição.....	15	Da Exclusão dos Serviços de Terceiros às Agências de Publicidade.....	44
Seção III.....	16	Subseção IV.....	44
Da Alteração.....	16	Da Exclusão de Transferências Legais dos Serviços Cartorários, Notariais e De Registro.....	44
Seção IV.....	18	Subseção V.....	45
Das Disposições Gerais.....	18	Da Exclusão de Passagens e Hospedagens das Agências de Turismo.....	45
CAPÍTULO III.....	20	Subseção VI.....	45
DO CADASTRO DE ATIVIDADES ECONÔMICO-SOCIAIS (CADES).....	20	Da Exclusão dos Atos Cooperados.....	45
Seção I.....	20	Subseção VII.....	46
Da Composição.....	20	Da Dedução de Materiais nas Obras e Serviços de Engenharia.....	46
Seção II.....	21	Subseção VIII.....	51
Da Consulta Prévia.....	21	Da Dedução de Serviços Credenciados dos Planos de Saúde.....	51
Seção III.....	22	Subseção IX.....	52
Da Inscrição.....	22	Da Dedução de Descontos Incondicionais.....	52
Seção IV.....	27	Seção II.....	53
Da alteração.....	27	Do Regime de Apuração.....	53
Seção V.....	28	Seção III.....	53
Da Baixa ou Suspensão.....	28	Da Retenção da Fonte.....	53
Seção VI.....	30	Seção IV.....	54
Da Licença para Localização e Funcionamento.....	30	Da Quitação do ISS na Construção Civil.....	54
Seção VII.....	31	Seção V.....	55
Das Disposições Gerais.....	31	Dos Profissionais Autônomos e das Sociedades de Profissionais.....	55
TÍTULO III.....	32	Subseção I.....	55
DOS PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS.....	32	Dos Profissionais Autônomos.....	55
CAPÍTULO I.....	32	Subseção II.....	57
DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES.....	32	Das Sociedades de Profissionais.....	57
CAPÍTULO II.....	32	Subseção III.....	59
DO PAGAMENTO DOS TRIBUTOS.....	32	Das Disposições Gerais.....	59
Seção I.....	32	Seção VI.....	60
Do Documento de Arrecadação Municipal (DAM).....	32	Dos Regimes Especiais para Pagamento.....	60
Seção II.....	33	Seção VII.....	60
Do Recolhimento dos Tributos.....	33	Das Incorporações Imobiliárias.....	60
CAPÍTULO III.....	34	CAPÍTULO III.....	60
DO PARCELAMENTO DOS TRIBUTOS.....	34	DO IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE PREDIAL E TERRITORIAL URBANA (IPTU).....	60
Seção I.....	34	Seção I.....	60
Das Disposições Preliminares.....	34	Dos Contribuintes.....	60
Seção II.....	34	Seção II.....	61
Do Parcelamento Direto.....	34	Das Isenções de Caráter Geral.....	61
Seção III.....	35	Seção III.....	61
Do Parcelamento de Débitos Fiscais.....	35	Das Disposições Gerais.....	61
Subseção I.....	35	CAPÍTULO IV.....	62
Da Forma.....	35	DO IMPOSTO SOBRE A TRANSMISSÃO <i>INTER VIVOS</i> DE BENS IMÓVEIS (ITBI).....	62
Subseção II.....	37	CAPÍTULO V.....	63
Da Denúncia e da Rescisão.....	37	DAS TAXAS.....	63
Subseção III.....	38	Seção I.....	63
Do Reparcelamento.....	38	Das Taxas do Poder de Polícia.....	63
CAPÍTULO IV.....	38	Seção II.....	64
DO CANCELAMENTO DE DÉBITOS.....	38	Das Taxas de Expediente e Serviços Diversos.....	64
CAPÍTULO V.....	38	Seção III.....	64
DAS CERTIDÕES.....	38	Da Taxa de Coleta de Lixo.....	64
TÍTULO IV.....	40	Seção IV.....	65
DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS AOS TRIBUTOS MUNICIPAIS.....	40	Das Isenções de Caráter Geral.....	65
CAPÍTULO I.....	40	CAPÍTULO VI.....	65
DO DOMICÍLIO TRIBUTÁRIO.....	40	DA CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA.....	65
CAPÍTULO II.....	41	CAPÍTULO VII.....	65
DO IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA (ISS).....	41	DA CONTRIBUIÇÃO PARA O CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA (COSIP).....	65
Seção I.....	41		
Do Preço dos Serviços.....	41		
Subseção I.....	41		

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMAS - TOCANTINS

CINTHIA ALVES CAETANO RIBEIRO
Prefeita de Palmas

GUILHERME FERREIRA DA COSTA
Secretário da Casa Civil do Município

NOEMI OLIVEIRA DE SOUZA
Superintendente de Elaboração Legislativa

IDERLAN SALES DE BRITO
Diretor do Diário Oficial do Município



CASA CIVIL
IMPrensa Oficial

<http://diariooficial.palmas.to.gov.br>
diariooficialpalmas@gmail.com
Av. JK - 104 Norte - Lote 28 A

Ed. Via Nobre Empresarial - 7º Andar - Palmas/TO
CEP: 77006-014 | Fone: (63) 2111-2507

TÍTULO V	66
DOS DOCUMENTOS FISCAIS	66
CAPÍTULO I	66
DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES	66
CAPÍTULO II	67
DAS NOTAS FISCAIS DE SERVIÇOS	67
Seção I	67
Do Cadastramento Eletrônico de Contribuintes (CeC)	67
Seção II	68
Da Nota Fiscal de Serviços Eletrônica	68
(NFS-e)	68
Seção III	70
Da Nota Fiscal de Serviços Eletrônica Avulsa	70
Seção IV	71
Do Recibo Provisório de Serviços (RPS)	71
Seção V	72
Do Recolhimento do ISS pela Emissão de NFS-e	72
Seção VI	73
Do Cadastro Simplificado de Contribuintes Não Estabelecidos (CNES)	73
Seção VII	74
Do Registro Auxiliar de Nota Fiscal de Serviço (Ranfs)	74
Seção VIII	76
Da Substituição e do Cancelamento de NFS-e	76
Seção IX	77
Do Arquivamento Das NFS-e pelo Emitente	77
Seção X	78
Dos Regimes Especiais para Emissão de NFS-e	78
CAPÍTULO III	78
DA DECLARAÇÃO ELETRÔNICA DE SERVIÇOS DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS (DES-IF)	78
CAPÍTULO IV	81
DA DECLARAÇÃO PARA ESTIMATIVA FISCAL (DEF)	81
TÍTULO VI	81
DA ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA	81
CAPÍTULO I	81
DO LANÇAMENTO	81
CAPÍTULO II	82
DA FISCALIZAÇÃO E DAS AUTORIDADES FISCAIS	82
CAPÍTULO III	84
DO MONITORAMENTO FISCAL	84
CAPÍTULO IV	86
DA PRESTAÇÃO DE INFORMAÇÕES SIGILOGAS PELAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS AO FISCO MUNICIPAL	86
CAPÍTULO V	92
DOS PROCEDIMENTOS FISCAIS	92
Seção I	92
Das Disposições Preliminares	92
Seção II	92
Da Ação Fiscal	92
Seção III	94
Do Auto de Infração	94
Seção IV	95
Da Estimativa Fiscal e do Arbitramento	95
Subseção I	95
Da Apuração da Base de Cálculo	95
Subseção II	97
Da Estimativa Fiscal	97
Subseção III	99
Do Arbitramento	99
Seção V	101
Da Diligência e da Inspeção	101
Seção VI	101
Da Apreensão	101
Seção VII	103
Da Representação	103
Seção VIII	103
Do Regime Especial de Fiscalização	103
Seção IX	104
Da Desclassificação da Escrita Contábil	104
Seção X	105
Do Ajuste Fiscal	105
CAPÍTULO VI	106
DA DÍVIDA ATIVA	106
TÍTULO VII	107
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS	107

ANEXOS

ANEXO I - CALENDÁRIO FISCAL
ANEXO II - TABELAS PARA PARCELAMENTO DE DÉBITOS
ANEXO III - MODELO E ELEMENTOS DA NOTA FISCAL DE SERVIÇOS ELETRÔNICA - NFS-e

TÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Este Regulamento disciplina a aplicação do Código Tributário do Município de Palmas, instituído pela Lei Complementar nº 285, de 31 de outubro de 2013, como instrumento complementar das seguintes legislações que compõem o sistema tributário municipal:

I - Constituição Federal;

II - Código Tributário Nacional;

III - leis complementares nacionais, instituidoras de normas gerais de direito tributário;

IV - Lei Orgânica Municipal;

V - leis complementares e ordinárias do município de Palmas que tratam de matéria tributária.

Parágrafo único. Para fins do caput, define-se sistema tributário do município de Palmas como o conjunto de princípios, regras, institutos e práticas que incidam direta ou indiretamente sobre fatos ou atos jurídicos de natureza tributária relacionados com os tributos municipais e com as relações jurídicas tributárias deles decorrentes.

Art. 2º Aplicam-se aos optantes pelo Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte-Simples Nacional e pelo Sistema de Recolhimentos em Valores Fixos Mensais dos Tributos abrangidos pelo Simples Nacional para os Microempreendedores Individuais-SIMEI, previstos na Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006, prioritariamente, as normas determinadas pelo Comitê Gestor do Simples Nacional-CGSN.

Art. 3º Para efeito de citação neste Decreto, as entidades ou expressões serão identificadas pelas seguintes siglas ou abreviaturas:

I - Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT);

II - Associação Brasileira das Secretarias de Finanças das Capitais (Abrasf);

III - Anotação de Responsabilidade Técnica (ART);

IV - Banco Central do Brasil (Bacen);

V - Cadastro de Atividades Econômico-Sociais (Cades);

VI - Cadastro Imobiliário Fiscal (Cadif);

VII - Cadastramento Eletrônico de Contribuintes (CeC);

VIII - Cadastro Específico do Instituto Nacional do Seguro Social (CEI);

IX - Comitê Gestor do Simples Nacional (CGSN);

X - Tabela de Classificação nacional de Atividades Econômico-Sociais (CNAE Fiscal);

XI - Cadastro Simplificado de Contribuintes Não Estabelecidos (CNES);

XII - Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);

XIII - Comissão Nacional de Classificação (Concla);

XIV - Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (Cosif);

XV - Contribuição Para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública (Cosip);

XVI - Cadastro de Pessoas Físicas (CPF);

XVII - Custo Unitário Básico de Construção (CUB);

XVIII - Documento de Arrecadação Municipal (DAM);

XIX - Declaração para Estimativa Fiscal (DEF);

XX - Declaração Eletrônica de Serviços de Instituições Financeiras (DES-IF);

XXI - Federação Brasileira de Bancos (Febraban);

XXII - Guia de Recolhimento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço e Informações à Previdência Social (GFIP);

XXIII - Guia de Informações para Apuração do ITBI (GIAI);

XXIV - Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS);

XXV - Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileiras (ICP Brasil);

XXVI - Imposto Sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU);

XXVII - Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS);

XXVIII - Imposto Sobre a Transmissão inter vivos de Bens Imóveis (ITBI);

XXIX - Junta Comercial do Estado do Tocantins (Jucetins);

XXX - Nota Fiscal de Serviços Eletrônica (NFS-e);

XXXI - Nota Fiscal de Serviços Eletrônica Avulsa (NFS-e Avulsa);

XXXII - Notificação para Recolhimento (NR);

XXXIII - Plano Geral de Contas Comentado (PGCC);

XXXIV - Gerador do Documento de Arrecadação do Simples Nacional Declaratório (PGDAS-D);

XXXV - Programa Gerador do Microempresário Individual (PGMEI);

XXXVI - Registro Auxiliar de Nota Fiscal de Serviço (Ranfs);

XXXVII - Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios (Redesim);

XXXVIII - Registro Eletrônico de Construtoras, Obras e Materiais (Recom);

XXXIX - Requisição de Informações sobre Movimentação Financeira (RMF);

XL - Recibo Provisório de Serviços (RPS);

XLI - Sistema de Recolhimentos em Valores Fixos Mensais dos Tributos abrangidos pelo Simples Nacional para os Microempreendedores Individuais (Simei);

XLII - Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Simples Nacional);

XLIII - Sindicato das Indústrias da Construção Civil do Estado do Tocantins (Sinduscon-TO);

XLIV - Unidade Fiscal de Palmas (UFIP).

TÍTULO II DO CADASTRO FISCAL DO MUNICÍPIO

CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 4º O cadastro fiscal do Município é composto:

- I - do Cadastro Imobiliário Fiscal (Cadif);
- II - do Cadastro de Atividades Econômico-Sociais (Cades).

Art. 5º Compete à Secretaria Municipal de Finanças a administração do cadastro fiscal e a celebração de convênios e/ou acordos de cooperação técnica que objetivem:

- I - o intercâmbio de informações cadastrais;
- II - a integração dos respectivos cadastros;
- III - a prática de atos cadastrais perante o Cades.

Art. 6º O número de inscrição no cadastro fiscal será fornecido pela Secretaria Municipal de Finanças, discriminadamente:

- I - para as inscrições imobiliárias;
- II - para os que exercem atividades econômicas ou sociais, sejam pessoas:
 - a) físicas, inscritas como profissionais autônomos;
 - b) jurídicas ou a elas equiparadas.

Parágrafo único. Ocorrendo a baixa ou cancelamento no registro por qualquer motivo, o número da inscrição cadastral não poderá ser aproveitado para nova inscrição.

Art. 7º O documentário utilizado para o cadastro fiscal será arquivado, após o processamento, físico ou eletronicamente, na Secretaria Municipal de Finanças.

Art. 8º O cadastro fiscal deverá conter todas as informações necessárias à identificação da propriedade ou das atividades econômicas ou sociais do contribuinte, conforme instruções da Secretaria Municipal de Finanças, e será a base para:

- I - lançamento, arrecadação, cobrança e fiscalização dos tributos municipais;
- II - consultas atinentes à regularidade fiscal, para os fins que se fizerem necessários;
- III - fornecimento das autorizações e licenciamentos previstos em lei.

Art. 9º A Secretaria Municipal de Finanças exigirá, quando necessário para o cadastro fiscal, documentos originais acompanhados de cópias simples, a serem autenticadas no ato da apresentação, ou cópias autenticadas em cartório.

Art. 10. A Secretaria Municipal de Finanças poderá providenciar ou requisitar a vistoria no imóvel ou no estabelecimento, conforme o caso, observadas as instruções internas de serviços, para verificação das informações prestadas na movimentação cadastral.

Art. 11. A Secretaria Municipal de Finanças poderá promover a inscrição ou alteração de ofício no cadastro fiscal, com base em dados contidos nos elementos ao alcance do Fisco, sem prejuízo das penalidades cabíveis.

§ 1º A inscrição de ofício será realizada exclusivamente para lançamento, arrecadação, cobrança e fiscalização de tributos.

§ 2º São sujeitos à inscrição de ofício as unidades imobiliárias e todos aqueles que exercerem atividades econômicas ou não, passíveis de fiscalização municipal, ainda que isentos ou imunes, para os quais não for constatada a devida inscrição a pedido.

§ 3º Realizada a inscrição de ofício, a Secretaria Municipal de Finanças, sempre que necessário, intimará o interessado da decisão e o notificará para regularização da atividade.

Art. 12. As alterações no cadastro fiscal, solicitadas pelo interessado, em relação aos tributos lançados de ofício por notificação de lançamento, surtirão efeito quando:

- I - requeridas até o vencimento, para o lançamento no exercício corrente;
- II - solicitadas após o vencimento, a partir do exercício subsequente ao requerimento.

Art. 13. Sempre que convocado, o contribuinte deverá fornecer informações para atualização cadastral, em consonância com as orientações da Secretaria Municipal de Finanças.

Art. 14. Quaisquer alterações da base de cálculo de tributos incidentes sobre a propriedade ou prestação de serviços, solicitadas pelo contribuinte, somente serão atendidas após a respectiva alteração cadastral.

Art. 15. O cadastro fiscal não exclui a existência de outros cadastros, em órgãos da Prefeitura, com as informações complementares indispensáveis à administração dos tributos municipais.

CAPÍTULO II DO CADASTRO IMOBILIÁRIO FISCAL (CADIF)

Seção I Da Composição

Art. 16. O Cadastro Imobiliário Fiscal (Cadif) do Município compreende os imóveis urbanos, e tem caráter multifinalitário.

§ 1º São imóveis urbanos:

I - os situados nas áreas urbanas, urbanizáveis ou de expansão urbana, conforme as zonas delimitadas na legislação própria, compreendendo:

a) os lotes e áreas resultantes de micro parcelamentos ou remanejamentos;

b) as glebas não microparceladas;

c) as chácaras;

II - as áreas utilizadas:

a) como loteamentos ou condomínios, destinados à habitação, ainda que não aprovados pelo Poder Público;

b) para atividades industriais, comerciais ou prestacionais, com estabelecimentos próprios, ainda que inseridas na zona rural, exceto quando o imóvel for utilizado em exploração extrativa vegetal, agrícola, pecuária ou agroindustrial.

§ 2º O cadastro imobiliário multifinalitário será gerido e utilizado, sob a coordenação da Secretaria Municipal de Finanças, pelos órgãos municipais responsáveis pelas áreas ambiental, sanitária, tributária e urbanística, visando:

I - a aplicação dos instrumentos de gestão urbanística previstos no Estatuto da Cidade;

II - o desenvolvimento sustentável do Município;

III - a promoção de maior justiça social e fiscal;

IV - a correta arrecadação dos tributos municipais.

§ 3º O Cadif manterá, além dos dados do proprietário e do coproprietário, quando houver, as informações das pessoas que sejam contribuintes ou dos responsáveis tributários pelos tributos incidentes sobre os imóveis.

Art. 17. O Cadif deverá ser implementado em consonância com os registros de localização, área e confrontações promovidos pelo Cartório de Registro de Imóveis de Palmas, para cada unidade imobiliária.

§ 1º A Secretaria Municipal de Finanças, por meio de normas próprias, poderá determinar a inscrição de subunidades imobiliárias, independentemente da categoria de uso, para fins de incidência da tributação municipal, quando no mesmo imóvel existir mais de uma unidade imobiliária autônoma.

§ 2º As áreas utilizadas para atividades industriais, comerciais ou de prestação de serviços em zona rural deverão ser incluídas no Cadif com base nas áreas efetivamente ocupadas, independentemente do tamanho legal do imóvel, assim consideradas as áreas construídas e as áreas adjacentes que estejam sob abrangência e inerentes às respectivas atividades.

Art. 18. As caracterizações dos imóveis e das edificações no Cadif deverão observar as determinações contidas na legislação da Planta de Valores Genéricos.

§ 1º Na caracterização da unidade ou da subunidade imobiliária será considerada a situação de fato do imóvel, em relação ao uso e edificações, coincidindo ou não com a descrita no respectivo título de propriedade, domínio ou posse.

§ 2º A área construída de unidade imobiliária edificada é determinada pela soma da área privativa e da fração ideal relativa à área comum.

Art. 19. Serão considerados corresponsáveis no Cadif, desde a lavratura do ato até o seu registro em Cartório:

I - os promissários vendedores;

II - os doadores;

III - os loteadores;

IV - os incorporadores de condomínio;

V - os concedentes de direitos reais de uso, na forma da legislação civil.

Seção II Da Inscrição

Art. 20. A inscrição no Cadif será promovida:

I - pelo proprietário de loteamento ou responsável pelo remanejamento de área;

II - pelo incorporador, seja o condomínio diviso ou indiviso, em relação a condomínios.

Parágrafo único. A obrigação de efetuar a inscrição no Cadastro Imobiliário inclui o poder público, em qualquer esfera.

Art. 21. A inscrição no Cadif deverá ser providenciada:

I - em até 30 (trinta) dias, contados do registro no Cartório de Registro de Imóveis, do loteamento, do remanejamento de área ou da incorporação do condomínio;

II - em até 10 (dez) dias, quando o proprietário, o promitente comprador, o titular do domínio útil, o possuidor a qualquer título ou o detentor de direitos reais de uso, identificar a ausência da inscrição.

Art. 22. O pedido de inscrição no Cadif será instruído com o título de propriedade ou domínio do imóvel, devidamente registrado, acompanhado:

I - do memorial descritivo e da planta impressa ou em meio digital, quando se tratar de loteamento ou remanejamento de área;

II - dos memoriais descritivos das unidades imobiliárias, quando se tratar de condomínio.

Art. 23. As construções ou edificações, ainda que realizadas sem licença ou em desobediência às normas técnicas previstas no Plano Diretor, Código de Obras, Código de Posturas e na Lei de Uso e Ocupação do Solo do Município, serão cadastradas para efeitos tributários.

Seção III Da Alteração

Art. 24. A alteração no Cadif deverá ser solicitada junto à Secretaria Municipal de Finanças pelo proprietário, titular do domínio útil, possuidor a legítimo título de imóveis ou detentor de direitos reais de uso, para:

I - mudança do contribuinte tributário;

II - realização ou modificação de edificações;

III - remanejamento de áreas.

§ 1º Os corresponsáveis poderão, também, solicitar a alteração de mudança do contribuinte tributário.

§ 2º A alteração no Cadif deverá ser solicitada em até 30 (trinta) dias, contados do ato ou fato que der causa.

Art. 25. O pedido de alteração no Cadif deverá ser instruído:

I - no caso de mudança do contribuinte tributário, com o documento comprobatório da propriedade, domínio útil, posse legítima ou direito de uso de imóvel;

II - no caso de inclusão ou alteração de área edificada:

a) termo de habite-se ou alvará de demolição, conforme o caso;

b) matrícula do imóvel ou convenção de condomínio registrada em cartório, com certificação emitida há, no máximo, 90 (noventa) dias;

III - no caso de remanejamento de áreas, a comprovação do registro imobiliário do remembramento, desdobro ou parcelamento.

Parágrafo único. As alterações relativas à realização ou modificação de edificações poderão ser requeridas em caráter declaratório, sem a apresentação de documentação e sujeitar-se-ão à vistoria.

Art. 26. Os débitos existentes no imóvel com alteração do contribuinte tributário serão transferidos ao respectivo adquirente, titular de domínio, detentor da posse legítima ou detentor de direito de uso, exceto dívidas em execução judicial.

Parágrafo único. O disposto no caput deste artigo não se aplica aos atos de lavratura e registro de instrumento público de transmissão de imóveis ou direitos a eles relativos, para os quais é obrigatória a Certidão Negativa de Débitos (CND).

Art. 27. Serão tratadas como meras alterações no Cadif a inserção ou correção de informações cadastrais, tais como:

- I - endereçamento do imóvel;
- II - uso do imóvel;
- III - zona fiscal;
- IV - codificação da Planta de Valores Genéricos;
- V - alteração do proprietário ou contribuinte;
- VI - área do terreno;
- VII - inclusão, exclusão ou alteração de edificações;
- VIII - características construtivas;
- IX - padrão construtivo.

Art. 28. As solicitações de revisão do valor venal do imóvel para fins tributários serão tratadas como reclamação contra o respectivo lançamento e analisadas na forma procedimental do processo administrativo fiscal.

Art. 29. Os loteadores ou incorporadores ficam obrigados a fornecer à Secretaria Municipal de Finanças, no prazo de 30 (trinta) dias, contados do respectivo ato, as cópias:

I - do contrato de compromisso de compra e venda dos imóveis negociados, registrados ou não, inclusive no caso de alteração do promissário comprador;

II - da autorização para escritura, quando for o caso.

Art. 30. A Procuradoria Geral do Município, responsável pelo Patrimônio Imobiliário, deverá comunicar à Secretaria Municipal de Finanças, no prazo de até 30 (trinta) dias, contados do respectivo ato, as alterações de propriedade, domínio ou posse, em relação aos imóveis públicos municipais, para fins de atualização do Cadif.

Art. 31. O Órgão de Desenvolvimento Urbano, responsável pela gestão do uso do solo municipal, deverá comunicar à Secretaria Municipal de Finanças, no prazo de 30 (trinta) dias, contados do respectivo ato:

I - a aprovação de novos loteamentos ou de remanejamentos de áreas;

II - a concessão de alvarás para construção, habite-se ou demolição.

Art. 32. Os Cartórios de Registro de Imóveis que atuem na circunscrição do município de Palmas deverão fornecer relatório contendo os dados das transcrições imobiliárias, a ser entregue na Secretaria Municipal de Finanças até o dia 15 (quinze) do mês subsequente ao dos respectivos registros.

Parágrafo único. Deverão ser apresentadas também as comprovações das transcrições imobiliárias não sujeitas ao ITBI, mediante cópia dos respectivos atos, juntamente com o relatório previsto no caput deste artigo.

Art. 33. Os relatórios, informações e documentos previstos nos arts. 29 e 32 deverão ser enviados no formato determinado pela Secretaria Municipal de Finanças, inclusive por meio eletrônico.

Seção IV Das Disposições Gerais

Art. 34. Considera-se título de propriedade, domínio útil, posse legítima ou direito de uso do imóvel, para fins de inscrição e alteração cadastral:

I - a escritura pública, inclusive nos casos de instituição de direito real de uso;

II - o contrato ou o compromisso de compra e venda;

III - o contrato de incorporação;

IV - a carta de arrematação, termo de adjudicação e documentos equivalentes;

V - o formal de partilha;

VI - as decisões judiciais transitadas em julgado que impliquem na transmissão de propriedade do imóvel;

VII - outros documentos que, a critério da Secretaria Municipal de Finanças, comprovem a condição de contribuinte do interessado.

§ 1º Para comprovação da propriedade, domínio útil ou direito de uso de imóvel deverá ser apresentado o documento registral ou certificação emitida pelo Cartório de Registro de Imóveis, no máximo, há 90 (noventa) dias.

§ 2º Podem ser apresentados como comprobatório de posse legítima os documentos particulares com as respectivas firmas reconhecidas ou públicos lavrados nos cartórios de notas, assim como os originários de decisões judiciais, que identifiquem corretamente o imóvel e o seu possuidor.

Art. 35. A inscrição ou alteração no Cadif será de responsabilidade do inventariante, síndico, liquidante ou sucessor, quando se tratar de imóvel pertencente a espólio, massa falida ou à sociedade em liquidação ou sucessão.

Art. 36. A inscrição de imóvel no Cadif, bem como a alteração de dados cadastrais, será procedida de ofício quando:

I - o sujeito passivo deixar de solicitar a inscrição do imóvel ou a alteração dos dados cadastrais nos prazos previstos neste Regulamento;

II - houver revisão dos dados do imóvel não motivada por denúncia espontânea do sujeito passivo, sendo constatada a divergência entre os dados do imóvel existentes no cadastro e os existentes de fato, em face de alterações procedidas no imóvel e não declaradas à Administração Tributária no prazo estabelecido na legislação ou em recadastramento;

III - o imóvel estiver fechado ou o sujeito passivo impedir o levantamento das características do imóvel.

§ 1º Os dados cadastrais serão incluídos ou alterados de ofício sempre que for constatada qualquer divergência entre o cadastro e os dados do imóvel.

§ 2º Os dados cadastrais do contribuinte serão alterados de ofício quando houver o pagamento de ITBI em face de transmissão da titularidade de unidade imobiliária.

§ 3º Na hipótese do disposto no inciso III do caput deste artigo, as dimensões, as características e os fatores do imóvel inacessíveis serão arbitrados considerando a área edificada estimada por imagens aéreas disponíveis na Administração Tributária, o padrão de construção do próprio imóvel e os dados dos imóveis vizinhos ou semelhantes constantes do Cadif.

Art. 37. Resulta o cancelamento dos cadastros imobiliários originários, a pedido ou de ofício, a inscrição de novas unidades em razão de loteamentos, condomínios, remembramentos, desdobros ou parcelamentos de áreas.

Parágrafo único. Não serão realizados cancelamentos de cadastros imobiliários, a pedido, quando houver débitos sobre o imóvel.

Art. 38. As declarações prestadas pelo contribuinte ou responsável, no ato da inscrição ou da atualização dos dados cadastrais, não implicam a sua aceitação, pela Administração Tributária, que poderá revê-las a qualquer época, independentemente de prévia ressalva ou comunicação.

Art. 39. Considera-se recadastramento imobiliário a revisão cadastral de unidades imobiliárias realizada em massa para todos ou determinados grupos de imóveis, previamente designada pela Administração Tributária.

Art. 40. As multas pela falta de inscrição no Cadif, pela ausência de comunicação de alterações que possam afetar a base de cálculo de tributos e a identificação do contribuinte, pela falta de participação em cadastramentos ou recadastramentos promovidos pelo Município, poderão ser aplicadas de ofício pela autoridade fiscal competente, ainda que a situação seja posteriormente regularizada pelo interessado.

CAPÍTULO III DO CADASTRO DE ATIVIDADES ECONÔMICO-SOCIAIS (CADES)

Seção I Da Composição

Art. 41. O Cadastro de Atividades Econômico-Sociais (Cades) do Município compreende todas as atividades, econômicas ou não, com ou sem fins lucrativos, sujeitas a qualquer obrigação tributária, ainda que imunes ou isentas de tributos.

Parágrafo único. Serão consideradas atividades sujeitas ao cadastro:

- I - as comerciais;
- II - as industriais;
- III - as prestacionais;
- IV - as públicas, em qualquer esfera, inclusive da administração indireta, concessões, permissões ou autorizações;
- V - as exercidas por grupos de sociedades;
- VI - os consórcios;
- VII - patrimônios de afetação;
- VIII - os clubes ou fundos mútuos de investimentos;
- IX - as religiosas;
- X - os serviços sociais autônomos, instituídos por lei;
- XI - as exercidas por órgãos representativos de classes ou profissões;
- XII - as associativas;
- XIII - as cooperativas;
- XIV - os condomínios edilícios;

XV - as exercidas por partidos políticos;

XVI - as exercidas por federações ou confederações;

XVII - as missões diplomáticas e repartições consulares de caráter permanente;

XVIII - as representações permanentes de órgãos internacionais;

XIX - as sindicais;

XX - os serviços cartorários, notariais e de registro, exceto aqueles vinculados a Varas Judiciais;

XXI - as exercidas por delegatários, concessionários ou permissionários de serviços públicos;

XXII - outras que atendam implícita ou explicitamente às definições contidas no caput deste artigo, inclusive quando não possuírem personalidade jurídica.

Art. 42. O Cades deverá estar integrado à Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios (Redesim), prevista na Lei Federal nº 11.598, de 3 de dezembro de 2007.

Seção II Da Consulta Prévia

Art. 43. Antes de qualquer procedimento relativo à inscrição no Cades, o interessado deverá encaminhar consulta prévia ao Órgão de Desenvolvimento Urbano, responsável pela fiscalização do uso do solo municipal, para informação acerca da possibilidade de exercício da atividade pretendida.

§ 1º Também se sujeitam à consulta prévia as alterações cadastrais motivadas por:

I - mudança da atividade do interessado;

II - alteração do endereço do estabelecimento.

§ 2º O disposto neste artigo somente se aplica às atividades com estabelecimento.

Art. 44. O consulente, ao formular seu pedido, informará, no mínimo:

I - endereço completo do local da atividade;

II - código e descrição das atividades a serem exercidas, de acordo com o CNAE Fiscal.

Art. 45. Recebida a consulta, deverá ser analisado se as atividades indicadas para o local pretendido estão contempladas na legislação que trata do uso do solo urbano municipal.

Art. 46. A consulta prévia deverá ser respondida no prazo de até 2 (dois) dias úteis, afirmativa ou negativamente.

§ 1º A resposta afirmativa à consulta:

I - não dispensa o cumprimento das condições estabelecidas para o cadastramento da atividade;

II - deverá informar todos os requisitos a serem cumpridos para obtenção de licenças ou autorizações de funcionamento, segundo a natureza da atividade pretendida, o porte, o grau de risco e a localização.

§ 2º A resposta negativa à consulta informará os motivos de seu indeferimento.

Art. 47. A consulta prévia deverá ser disponibilizada e processada em meio eletrônico, inclusive no ambiente Redesim.

Seção III Da Inscrição

Art. 48. A inscrição no Cades será promovida junto à Secretaria Municipal de Finanças:

I - pelas pessoas físicas interessadas que exerçam:

a) serviços profissionais autônomos, com ou sem estabelecimento;

b) serviços cartorários, notariais e de registro público;

II - pelas pessoas jurídicas ou a elas equiparadas, por meio de seus representantes legais, com ou sem estabelecimento.

Parágrafo único. A inscrição no Cades deverá ser providenciada antes do início das respectivas atividades.

Art. 49. Será admitido o pedido de inscrição de pessoa jurídica sem a indicação de estabelecimento físico no Município nas seguintes condições:

I - realização de atividades provisórias, assim entendidas aquelas oriundas de contratos por prazos determinados;

II - canteiro de obras, vinculado a uma empresa regularmente constituída, desde que não desenvolva atividades industriais ou comerciais;

III - atividades prestacionais exercidas em caráter de exclusividade, por empresas individuais, inclusive microempreendedores, relativas a representação comercial, corretores de imóveis, corretores de seguros e consultoria, desde que não haja, em nenhuma hipótese, atendimento ao público;

IV - atividades de condomínios prediais.

Art. 50. Para o Cades, considera-se:

I - atividade provisória, a que for exercida em período de até 90 (noventa) dias;

II - atividade permanente, a que for exercida sem prazo determinado de duração, ou que exceder o prazo previsto no inciso I deste artigo;-

Art. 51. Somente será admitida uma inscrição para cada estabelecimento.

§ 1º Para os fins deste artigo, considera-se estabelecimento a dependência da pessoa física ou jurídica localizada em unidade imobiliária autônoma ou contínua.

§ 2º Por unidade imobiliária autônoma entende-se a sala ou o pavimento ou o edifício onde se instalará a atividade.

§ 3º Por unidade imobiliária contínua entende-se:

I - o conjunto de edificações na mesma área de terras;

II - o grupo de pavimentos contínuos de um ou mais edifícios que se comuniquem internamente;

III - o grupo de salas de um ou mais edifícios que se comuniquem internamente.

§ 4º São considerados estabelecimentos distintos aqueles que embora:

I - no mesmo local, com idêntico ramo de negócio, pertençam a diferentes pessoas físicas ou jurídicas;

II - sob as mesmas responsabilidades e ramo de negócio estejam situados em locais diferentes.

Art. 52. O disposto no caput do art. 51 não se aplica:

I - aos usuários de escritórios virtuais ou incubadoras de startups e/ou de empresas, devidamente comprovado;

II - aos profissionais autônomos que compartilhem o mesmo estabelecimento, havendo compatibilidade de horários e mediante contrato.

§ 1º Considera-se escritório virtual o estabelecimento destinado à prestação de serviços de suporte administrativo para profissionais autônomos ou pessoas jurídicas que mantenham domicílio ou estejam estabelecidas no município de Palmas, sob contrato.

§ 2º Considera-se incubadora de startups e/ou de empresas, a pessoa jurídica constituída com o objetivo de criar ou desenvolver microempresas ou pequenas empresas, apoiando-as nas primeiras etapas de suas vidas.

§ 3º O estabelecimento definido como escritório virtual ou incubadora de startups e/ou de empresas deverá:

I - estar inscrito com o CNAE Fiscal correspondente à atividade;

II - oferecer serviços de recepção de pessoas, documentos, mensagens e encomendas;

III - manter serviço de atendimento telefônico;

IV - disponibilizar, por meio de salas apropriadas, ambientes adequados à execução de trabalhos e à realização de reuniões por seus usuários;

V - permanecer em funcionamento durante o horário comercial local.

Art. 53. O pedido de inscrição no Cades deverá ser instruído com cópia dos seguintes documentos:

I - para profissionais autônomos, com estabelecimento:

a) identidade e CPF;

b) comprovante de escolaridade;

c) prova de inscrição e regularidade no órgão fiscalizador do Tocantins, quando se tratar de profissão regulamentada;

d) termo de habite-se;

e) consulta prévia, com parecer favorável, na forma da Seção II deste Capítulo;

II - para profissionais autônomos, sem estabelecimento:

a) os documentos mencionados nas alíneas "a", "b" e "c" do inciso I do caput deste artigo;

b) comprovante de endereço do interessado;

III - para pessoas físicas que exercem serviços cartorários, notariais e de registro público:

a) os documentos mencionados nas alíneas "a" e "d" do inciso I do caput deste artigo;

b) comprovação da outorga da respectiva delegação;

IV - para pessoas jurídicas, com estabelecimento:

a) ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor e respectivas alterações, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documento comprobatório da eleição de seus administradores;

b) inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;

c) identidade e CPF dos sócios, quando pessoas físicas, ou do titular da firma individual;

d) quando os sócios forem sociedades comerciais, por ações ou civis, os documentos indicados nas alíneas "a" e "b" deste inciso em relação aos sócios;

e) termo de habite-se;

f) consulta prévia, com parecer favorável, na forma da Seção II deste Capítulo;

g) no caso de órgãos públicos, lei de criação e ato de designação do titular, inclusive as autarquias e fundações mantidas e instituídas pelo Poder Público;

V - para pessoas jurídicas, sem estabelecimento:

a) os documentos indicados nas alíneas "a", "b", "c" e "d" do inciso IV do caput deste artigo;

b) comprovação do atendimento dos requisitos para a ausência do estabelecimento, conforme o caso;

VI - para pessoas jurídicas com atividades provisórias:

a) os documentos indicados nas alíneas "a", "b", "c" e "d", assim como, quando aplicável, os documentos indicados nas alíneas "e" e "f", todos do inciso IV do caput deste artigo;

b) o contrato por prazo determinado que produz a situação.

§ 1º A Secretaria Municipal de Finanças poderá solicitar outros documentos para efetivação da inscrição, relativos à atividade pretendida ou previstos em normatização própria, inclusive nos casos de delegações, permissões ou autorizações públicas.

§ 2º O pedido de inscrição não faz presumir a aceitação pela Prefeitura dos dados e informações apresentados pelo contribuinte.

Art. 54. No pedido de inscrição de atividades com estabelecimento deverá estar informado o código de cadastramento imobiliário relativamente ao respectivo endereço.

§ 1º Não será exigida unidade imobiliária específica para inscrição no Cades de:

I - condomínios edilícios;

II - consórcios;

III - grupos de sociedades;

IV - sociedades de propósito específico;

V - patrimônio de afetação;

VI - quiosques estabelecidos em centros comerciais ou em shopping center;

VII - entidades estabelecidas em logradouros públicos, devidamente autorizadas pelo poder público, nas hipóteses definidas em lei;

VIII - outras hipóteses estabelecidas pela Secretaria Municipal de Finanças.

§ 2º As entidades previstas no § 1º deste artigo, quando não possuírem imóvel exclusivo para o exercício das suas atividades, serão cadastradas quando se tratar de:

I - condomínios edilícios, no endereço principal do prédio do condomínio;

II - consórcios, no imóvel da pessoa jurídica responsável pelo consórcio;

III - grupos de sociedades, no imóvel da sede da sociedade controladora ou de comando do grupo;

IV - sociedades de propósito específico, no imóvel do domicílio ou da sede da pessoa representante legal;

V - patrimônio de afetação, no imóvel do estabelecimento da pessoa responsável pela incorporação;

VI - quiosques estabelecidos em centros comerciais ou em shopping center, no imóvel do estabelecimento responsável pela administração destes;

VII - entidades estabelecidas em logradouro público, no próprio logradouro onde esteja localizado.

Art. 55. O número da inscrição no Cades deverá ser obrigatoriamente informado pelo contribuinte:

I - nos documentos apresentados às repartições públicas municipais;

II - em quaisquer notas ou outros documentos fiscais, inclusive declarações.

Art. 56. Serão considerados inscritos a título precário:

I - os contribuintes com inscrição provisória, nos termos deste regulamento;

II - os contribuintes inscritos de ofício, até a regularização.

Art. 57. Será considerado clandestino qualquer estabelecimento que desenvolva atividades sem inscrição no cadastro, ficando sujeito às penalidades previstas em lei, inclusive a lacração ou interdição da atividade.

Art. 58. Recebido o requerimento com a documentação exigida, será realizada a inscrição municipal.

Seção IV Da alteração

Art. 59. O interessado deverá promover a alteração de sua inscrição sempre que ocorrer um dos seguintes fatos:

I - para os profissionais autônomos:

a) alteração do endereço de correspondência ou da atividade;

b) mudança de atividade exercida;

II - para pessoas físicas que exercem serviços cartorários, notariais e de registro público, alteração do endereço da atividade;

III - para as pessoas jurídicas, pela alteração do ato constitutivo, estatuto ou contrato social, relativamente a:

a) razão social ou denominação;

b) natureza jurídica;

c) composição societária;

d) endereço da atividade;

e) ramo ou descrição das atividades, conforme CNAE Fiscal;

f) cisão, fusão ou incorporação.

Parágrafo único. Em caso de mudança de endereço de escritório virtual ou incubadora de startups e/ou de empresas, os seus usuários terão de promover as alterações correspondentes no seu contrato ou estatuto social.

Art. 60. A alteração cadastral deverá ser solicitada em até 30 (trinta) dias, contados do ato ou fato que der causa.

Parágrafo único. No mesmo prazo assinalado no caput deste artigo, os escritórios virtuais ou incubadoras de startups e/ou de empresas deverão comunicar qualquer alteração nos dados dos seus usuários, que possa vir a influenciar na arrecadação ou fiscalização das atividades.

Art. 61. O pedido de alteração no Cades deverá ser instruído com:

I - os documentos que ensejarem a respectiva alteração, conforme o caso;

II - a consulta prévia com parecer favorável, na forma indicada na Seção II deste Capítulo, quando se tratar de atividades com estabelecimento, em relação a:

a) alteração de endereço;

b) atividade exercida;

III - outros documentos, a critério da Secretaria Municipal de Finanças, indispensáveis à alteração pretendida.

Seção V Da Baixa ou Suspensão

Art. 62. O interessado deverá promover a baixa ou suspensão de sua inscrição no Cades sempre que, por qualquer motivo, deixar de exercer as respectivas atividades.

Art. 63. A baixa ou suspensão da inscrição deverá ser solicitada em até 30 (trinta) dias, contados da data do evento que der causa.

Parágrafo único. No pedido de baixa ou suspensão da inscrição, o requerente fica obrigado informar o nome, endereço, e-mail e telefones do responsável pelos documentos comerciais e fiscais.

Art. 64. A baixa da inscrição depende do encerramento das atividades, consubstanciado em:

I - previsão contida no ato constitutivo, estatuto, contrato social ou legislação própria, conforme o caso;

II - baixa da inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);

III - baixa da inscrição no cadastro de contribuintes estadual, quando a ela obrigado;

IV - baixa, a qualquer título, do registro de inscrição em órgão fiscalizador de profissões regulamentadas, no caso de profissionais autônomos ou sociedades de profissionais sujeitos ao registro;

V - fusão ou incorporação, exclusivamente em relação ao estabelecimento fundido ou incorporado.

§ 1º No caso de fusão, a baixa da inscrição da atividade será promovida sob a responsabilidade da nova pessoa jurídica e, no caso de incorporação, da sociedade incorporadora.

§ 2º A solicitação de baixa deverá estar acompanhada da respectiva documentação comprobatória.

Art. 65. A suspensão no cadastro é cabível quando o contribuinte deixar de exercer temporariamente as suas atividades.

Art. 66. A Secretaria Municipal de Finanças poderá promover a suspensão de ofício da inscrição quando o contribuinte:

I - não for localizado no domicílio fiscal eleito;

II - deixar de recolher a taxa de licença para funcionamento em dois ou mais exercícios consecutivos;

III - não proceder à atualização cadastral regularmente determinada pela Secretaria Municipal de Finanças;

IV - declarar informações falsas, inexatas ou incompletas na inscrição ou alteração cadastral;

V - tiver a inscrição estadual ou federal suspensa, por qualquer motivo, quando a elas obrigado;

VI - não efetuar o pagamento de ISS lançado por tributação fixa ou no regime de estimativa, por período superior a 24 (vinte e quatro) meses consecutivos.

Art. 67. A baixa de ofício da inscrição poderá ser determinada pela Secretaria Municipal de Finanças nos seguintes casos:

I - suspensão de ofício por período superior a 2 (dois) anos, sem qualquer manifestação do contribuinte;

II - suspensão requerida pelo contribuinte, por período superior a 5 (cinco) anos;

III - o contribuinte tiver sua inscrição estadual ou federal baixada, por qualquer motivo.

Art. 68. A baixa ou suspensão de ofício da inscrição não implicará na quitação de créditos tributários devidos ou exoneração de quaisquer responsabilidades de natureza fiscal.

Art. 69. O registro das baixas ou suspensões das inscrições municipais ocorrerá independentemente da regularidade de obrigações tributárias, principais ou acessórias, do empresário, da sociedade, dos sócios, dos administradores ou de empresas de que participem, sem prejuízo das responsabilidades do empresário, dos titulares, dos sócios ou dos administradores por tais obrigações, apuradas antes ou após o ato de baixa.

§ 1º As disposições do caput deste artigo aplicam-se inclusive nos casos de baixa ou suspensão de ofício.

§ 2º A baixa ou suspensão da inscrição não impede que, posteriormente, sejam lançados ou cobrados impostos, contribuições e respectivas penalidades, decorrentes da simples falta de recolhimento ou da prática comprovada e apurada em processo administrativo ou judicial de outras irregularidades praticadas pelos empresários ou pelas pessoas jurídicas ou seus titulares, sócios ou administradores.

§ 3º A baixa da inscrição importa responsabilidade solidária dos empresários, titulares, sócios e administradores das pessoas jurídicas no período de ocorrência dos respectivos fatos geradores.

Art. 70. Sem prejuízo do disposto no art. 69, enquanto o contribuinte permanecer com sua inscrição suspensa, fica interrompido o lançamento de quaisquer tributos.

Art. 71. As inscrições provisórias serão automaticamente baixadas no término do prazo previsto para atividade cadastrada.

Art. 72. A baixa ou suspensão no cadastro será comprovada com:

I - a respectiva certidão fornecida pela Secretaria Municipal de Finanças, quando requerida pelo interessado;

II - a publicação no Diário Oficial do Município, quando realizada de ofício.

Seção VI

Da Licença para Localização e Funcionamento

Art. 73. Realizada a inscrição municipal, a Secretaria Municipal de Finanças providenciará:

I - a emissão do cartão de inscrição municipal para o contribuinte sem estabelecimento, pessoa física ou jurídica, que deve ser renovado anualmente;

II - para o contribuinte com estabelecimento, o encaminhamento ao Órgão de Desenvolvimento Urbano do Município, responsável pela fiscalização das posturas municipais, para a expedição da autorização ou licença para localização e funcionamento.

§ 1º São licenciamentos preliminares à licença para localização e para funcionamento, quando a atividade assim exigir:

I - o alvará sanitário;

II - a licença ambiental;

III - qualquer outro licenciamento inerente à atividade, previsto em legislação própria.

§ 2º A autorização provisória poderá ser emitida para as atividades de baixo risco sanitário e/ou ambiental, no prazo limite de 90 (noventa) dias, para que o interessado promova as adequações necessárias, consignadas em termo de ajuste.

Art. 74. A licença para funcionamento terá validade até o dia 31 de janeiro do ano subsequente ao de sua concessão, exceto quando se tratar de autorização provisória.

Parágrafo único. Os mesmos prazos da licença para funcionamento aplicam-se ao cartão de inscrição municipal

Art. 75. O período compreendido entre o vencimento do prazo de validade da licença para funcionamento e sua posterior prorrogação será tido como licenciamento precário, mas não ensejará a emissão de alvará.

Seção VII

Das Disposições Gerais

Art. 76. O documentário a ser exigido para a inscrição municipal e alteração no Cades deverá ser o mesmo da Redesim, quando integrados os cadastros.

Art. 77. Adotar-se-á no Cades, para as pessoas jurídicas ou a elas equiparadas, as conceituações e regramentos determinados:

I - pela Receita Federal do Brasil, para o CNPJ;

II - pela Comissão Nacional de Classificação (Concla),

para a tabela de natureza jurídica, qualificação da pessoa física responsável e Tabela de Classificação Nacional de Atividades Econômico-Sociais (CNAE Fiscal).

Art. 78. As multas pela falta de inscrição no Cades e pela ausência de comunicação das alterações de dados cadastrais ou do encerramento de atividade poderão ser aplicadas de ofício pela autoridade fiscal competente, ainda que a situação seja posteriormente regularizada pelo interessado.

TÍTULO III DOS PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS

CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 79. Para os fins das disposições contidas neste Título, os tributos municipais compreendem, além dos impostos, taxas e contribuições:

I - a atualização monetária;

II - as multas de mora e punitivas;

III - os juros de mora;

IV - as multas formais decorrentes do descumprimento das obrigações acessórias.

Art. 80. Nenhum procedimento ou ação se intentará contra o contribuinte que pagar tributo ou cumprir outras obrigações fiscais, de acordo com decisão administrativa irreversível, ainda que posteriormente essa decisão seja revogada ou modificada.

Parágrafo único. Aplica-se o disposto no caput deste artigo ao contribuinte que tenha praticado os atos nele previstos em conformidade com as instruções emanadas da Secretaria Municipal de Finanças, regularmente publicadas.

CAPÍTULO II DO PAGAMENTO DOS TRIBUTOS

Seção I

Do Documento de Arrecadação Municipal (DAM)

Art. 81. Os tributos municipais serão pagos pelo contribuinte por meio do respectivo Documento de Arrecadação Municipal (DAM).

Parágrafo único. No interesse da Administração, o DAM pode ser utilizado como instrumento de arrecadação de outras receitas municipais.

Art. 82. O DAM será fornecido diretamente ao interessado, sob a responsabilidade da Secretaria Municipal de Finanças, para quaisquer tributos, exceto Simples Nacional.

Parágrafo único. A Secretaria Municipal de Finanças deverá priorizar a geração de DAM via internet, inclusive com o fornecimento das informações necessárias e impressão pelo próprio contribuinte.

Art. 83. Os modelos de DAM serão definidos pela Secretaria Municipal de Finanças em boletos, talões, carnês e outros, com códigos de barras, obedecido o padrão estabelecido pela Federação Brasileira de Bancos (Febraban).

Art. 84. Os DAMs relativos às taxas de expediente e taxas do poder de polícia requeridos ou emitidos pelo interessado terão o prazo para pagamento de até 10 (dez) dias, exceto quando outro for indicado no Calendário Fiscal.

Art. 85. Será admitida a emissão de DAM unificado de tributos vencidos para pagamento à vista, em data a ser determinada pelo próprio contribuinte, não superior ao término do exercício fiscal.

Seção II Do Recolhimento dos Tributos

Art. 86. O recolhimento dos tributos municipais obedecerá aos prazos fixados no Calendário Fiscal constante no Anexo I deste Regulamento.

§ 1º A Secretaria Municipal de Finanças, por ato próprio, atendendo os interesses da Administração, poderá:

I - alterar o calendário fiscal, em caráter temporário;

II - implantar regime de recolhimento diferenciado para um contribuinte ou grupo de contribuintes, observada a peculiaridade da apuração do tributo, devidamente justificado em processo regular;

III - determinar valores mínimos para recolhimento e a forma de ajuste posterior, exceto quando se tratar de contribuinte do ISS tributado por alíquota fixa, em regime de estimativa fiscal, optante pelo Simples Nacional ou optante pelo Simei.

§ 2º No caso de convênios, acordos e tratados firmados para arrecadação de tributos municipais, por qualquer forma, prevalecerão as datas de vencimento indicadas no respectivo instrumento.

§ 3º As datas estabelecidas no calendário fiscal ou emissões avulsas de DAM para pagamento de créditos tributários que coincidirem com dia não útil deverão ser prorrogadas para o primeiro dia útil seguinte.

Art. 87. O cadastro do recolhimento dos tributos será individualizado por contribuinte, em controle tipo conta corrente fiscal.

Art. 88. Os tributos serão recolhidos somente nas instituições financeiras e suas agências arrecadadoras, regularmente credenciadas pela Administração Municipal.

Art. 89. As retenções, quando efetuadas, serão correspondentes ao valor do tributo devido, promovendo-se os recolhimentos na forma e prazos estabelecidos no calendário fiscal.

Art. 90. Pela cobrança a menor de tributos, respondem, mediante apuração realizada em processo administrativo, perante a Fazenda Municipal, solidariamente, os servidores responsáveis.

Parágrafo único. Não será de responsabilidade do servidor a cobrança a menor que se fizer em virtude de declaração falsa do contribuinte, quando ficar comprovado que a fraude foi praticada em circunstâncias que impossibilitaram a tomada de providências necessárias à defesa da Fazenda Pública Municipal.

CAPÍTULO III DO PARCELAMENTO DOS TRIBUTOS

Seção I

Das Disposições Preliminares

Art. 91. Os parcelamentos de tributos serão efetuados em parcelas iguais, mensais e sucessivas, nas formas previstas neste Capítulo.

Art. 92. O atraso no pagamento do parcelamento acarretará os seguintes acréscimos:

I - atualização monetária;

II - multa moratória de 0,33% (zero vírgula trinta e três por cento) por dia de atraso, até o limite de 30 (trinta) dias e, a partir daí, 10% (dez por cento) do valor do tributo;

III - juros de mora de 1% (um por cento) ao mês ou fração.

Parágrafo único. As multas e juros incidem sobre os créditos atualizados monetariamente.

Seção II Do Parcelamento Direto

Art. 93. Serão parcelados diretamente os seguintes tributos, até a data do vencimento da parcela única:

I - IPTU, em até 10 (dez) parcelas;

II - ITBI, em 6 (seis) parcelas, quando requerido pelo contribuinte;

III - ISS devido pelos profissionais autônomos ou sociedades de profissionais, em 12 (doze) parcelas;

IV - Taxa de Coleta de Lixo, em até 10 (dez) parcelas;

V - Contribuição de Melhoria, na forma e condições fixadas em cada caso por ato do Chefe do Poder Executivo;

VI - Cosip, em relação aos imóveis não edificados, em até 10 (dez) parcelas.

§ 1º Os parcelamentos dos tributos previstos nos incisos I, IV e VI do caput deste artigo, quando realizados isoladamente ou em conjunto, não poderão resultar em parcela inferior a 20 (vinte) UFIPs.

§ 2º Os parcelamentos previstos nos incisos I, III, IV, V e VI do caput deste artigo serão processados automaticamente pela Secretaria Municipal de Finanças no momento do lançamento, independente de requerimento do contribuinte.

§ 3º Sem prejuízo do disposto no inciso IV do caput deste artigo, as demais taxas não serão objeto de parcelamento direto.

§ 4º O parcelamento direto do ISS devido pelos profissionais autônomos e sociedades de profissionais, tratado no inciso III do caput deste artigo, ocorridos no decorrer do exercício, será proporcional aos meses de apuração, nos casos de inscrição ou reativação do Cades.

§ 5º Para os fins do disposto no § 4º deste artigo, a parcela superior a 15 (quinze) dias será computada como um mês.

Art. 94. O parcelamento direto formaliza-se pelo pagamento, por parte do contribuinte, de qualquer das parcelas convencionadas.

Seção III Do Parcelamento de Débitos Fiscais

Subseção I Da Forma

Art. 95. Poderão ser parcelados os débitos fiscais oriundos de quaisquer tributos, após o respectivo vencimento.

Parágrafo único. Não se considera débito fiscal o DAM gerado via internet, com o fornecimento das informações necessárias e impressão pelo próprio contribuinte, que não ingresse em conta corrente fiscal antes do pagamento.

Art. 96. No parcelamento tratado nesta Seção, incidirão sobre débitos fiscais:

I - a atualização monetária, multas e os juros de mora aplicáveis a cada caso, até o momento da concessão do parcelamento;

II - os juros de 1% (um por cento) ao mês ou fração, obtidos pelo sistema de cálculo da tabela price, calculados sobre o total do débito fiscal a ser parcelado, até a data prevista para pagamento da última parcela.

Art. 97. Os parcelamentos de débitos fiscais, para pessoas físicas ou jurídicas, serão concedidos de acordo com solicitação do interessado, observadas as faixas, valores e números de parcelas estipulados no Anexo II deste Regulamento.

§ 1º O sujeito passivo poderá formalizar o pedido de parcelamento por intermédio de formulário eletrônico, quando implementado, disponibilizado na internet, pela Secretaria Municipal de Finanças, ou por meio de requerimento dirigido às unidades de atendimento tributário no Município.

§ 2º Na realização do pedido de parcelamento pela internet será gerado o respectivo formulário, que deverá ser impresso e entregue pelo sujeito passivo à Secretaria Municipal de Finanças por meio das unidades de atendimento tributário no Município, junto com os documentos exigidos.

§ 3º Deverá ser admitido, quando implementado, o pedido de parcelamento por meio de formulário eletrônico e assinado com certificação digital, na forma da legislação aplicável.

§ 4º A solicitação de parcelamento, quando não realizada com certificação digital, deverá ser acompanhada dos documentos que comprovem a capacidade postulatória do requerente.

§ 5º A primeira parcela será emitida com prazo de pagamento de até 3 (três) dias úteis, contados da solicitação.

§ 6º As parcelas decorrentes do pedido de parcelamento vencerão mensalmente no mesmo dia do vencimento da primeira parcela.

§ 7º Deverá ser fornecido ao requerente o demonstrativo detalhado do débito parcelado.

Art. 98. Considera-se efetivamente concedido o parcelamento de débitos fiscais após o pagamento de quaisquer das parcelas convencionadas.

Parágrafo único. Não sendo efetuada a quitação de quaisquer das parcelas até a data de vencimento da primeira parcela, a solicitação será considerada inválida e o parcelamento deverá ser cancelado e estornado pela Secretaria Municipal de Finanças.

Art. 99. O parcelamento de débitos fiscais, regularmente constituído, importa em:

I - confissão em caráter irretroativo do débito fiscal por parte do sujeito passivo;

II - confissão extrajudicial, na forma do Código de Processo Civil;

III - autorização para que eventual crédito que tenha ou venha a ter direito junto à Fazenda Municipal, passível de restituição, seja compensado com os débitos objeto do parcelamento, quitando-se, nesse caso, as parcelas vincendas, em ordem decrescente de data de vencimento;

IV - renúncia do direito de defesa, na esfera administrativa, ainda que a impugnação ou recurso tenha sido interposto, com encerramento da fase contenciosa.

Parágrafo único. O disposto no inciso IV do caput deste artigo não se aplica caso o interessado ingresse concomitantemente com o parcelamento, com petição justificada requisitando a análise do mérito da impugnação ou recurso.

Art. 100. Os parcelamentos de débitos fiscais poderão ser efetuados englobando-se quaisquer tributos, inscritos ou não em dívida ativa, ajuizados ou não, podendo, inclusive, ser cumulativos os exercícios.

§ 1º Incumbe ao requerente do parcelamento determinar quais débitos fiscais deverão estar inclusos no parcelamento requerido, inclusive no caso de exigibilidade suspensa.

§ 2º Para os fins deste artigo, não será aplicada qualquer limitação à quantidade de parcelamentos pretendidos pelo contribuinte.

Art. 101. A Procuradoria Geral do Município poderá disciplinar a exigência de garantias reais ou bancárias ou, ainda, arrolamento de bens integrantes do patrimônio do contribuinte, com cláusulas resolutivas, para fins de parcelamento de débitos já ajuizados.

Parágrafo único. A opção pelo parcelamento implica na manutenção automática dos gravames decorrentes de medida cautelar fiscal e das garantias prestadas nas ações de execução fiscal, permitida a substituição dos gravames e das garantias por equivalentes, nos termos da legislação.

Subseção II Da Denúncia e da Rescisão

Art. 102. Ocorrendo atraso no pagamento de qualquer parcela por prazo superior a 60 (sessenta) dias, o acordo do parcelamento de débitos fiscais poderá ser denunciado pela Secretaria Municipal de Finanças.

Art. 103. A rescisão do parcelamento ocorrerá mediante requerimento formal do interessado.

Art. 104. Ocorrendo a denúncia ou a rescisão, o parcelamento será cancelado e estornado, com a aplicação, em relação ao montante não pago, dos acréscimos legais na forma da legislação aplicável.

Parágrafo único. Na denúncia ou rescisão do parcelamento deverão ser adotadas imediatamente as providências de cobrança do débito remanescente, inclusive, conforme o caso, a inscrição em dívida ativa, protesto extrajudicial, encaminhamento para execução judicial e/ou execução da garantia prestada.

Subseção III Do Reparcèlement

Art. 105. Será admitido o reparcèlement de débitos constantes de parcelamento que tenha sido denunciado ou rescindido, podendo ser incluídos novos débitos, a critério do sujeito passivo.

Parágrafo único. A formalização de reparcèlement, inclusive quando houver a inclusão de novos débitos, fica condicionada ao recolhimento da primeira parcela em valor correspondente a, no mínimo:

I - 5% (cinco por cento) do total dos débitos, para pessoas físicas, para reparcèlamentos acima de 20 (vinte) parcelas.

II - 10% (dez por cento) do total dos débitos, para pessoas jurídicas, para reparcèlamentos acima de 10 (dez) parcelas.

CAPÍTULO IV DO CANCELAMENTO DE DÉBITOS

Art. 106. Poderão ser cancelados, mediante despacho fundamentado da autoridade responsável pelo lançamento, os débitos originários de procedimentos onde seja comprovada a existência de erro formal ou material que prejudique sua legalidade.

Parágrafo único. O cancelamento de débitos será determinado de ofício ou a requerimento do interessado, em processo administrativo.

CAPÍTULO V DAS CERTIDÕES

Art. 107. À vista do requerimento do interessado, serão expedidas pela Secretaria Municipal de Finanças as seguintes certidões, relativamente a:

I - débitos tributários e não tributários:

- a) Certidão Negativa de Débitos;
- b) Certidão Positiva de Débitos com Efeito de Negativa;
- c) Certidão de Baixa de DAM;

II - cadastro fiscal, referente à situação cadastral, inclusive baixa ou suspensão de atividades, Certidão de Situação Fiscal;

III - situações específicas dos tributos:

- a) Certidão de Lançamento;
- b) Certidão de Não Incidência;
- c) Certidão de Imunidade;
- d) Certidão de Isenção;
- e) Certidão de Decadência.

§ 1º Os modelos das certidões previstas no caput deste artigo serão estabelecidos pela Secretaria Municipal de Finanças.

§ 2º Em nenhuma hipótese será expedida certidão positiva de débitos tributários, porém o contribuinte, ou seu procurador, poderá ter acesso ao seu extrato de débitos pelos meios físicos ou eletrônicos disponibilizados pela Secretaria Municipal de Finanças.

Art. 108. A Certidão Negativa de Débitos e a Certidão Positiva de Débitos com Efeito de Negativa serão emitidas em relação:

I - aos imóveis regularmente inscritos no Cadif;

II - às pessoas, físicas ou jurídicas, regularmente inscritas no Cades ou contribuintes de tributos relacionados a imóveis constantes no Cadif.

§ 1º A Certidão Negativa de Débitos será expedida se for constatada:

- I - a inexistência de débitos;
- II - a existência de débitos não vencidos.

§ 2º A Certidão Positiva de Débitos com Efeito de Negativa será expedida se for constatada a existência de débitos:

I - decorrentes de parcelamento, em relação às parcelas vincendas;

II - cuja exigibilidade esteja suspensa, administrativa ou judicialmente;

III - em curso de cobrança executiva em que tenha sido efetivada a penhora, desde que o valor determinado na penhora seja suficiente para cobertura total dos débitos fiscais na cobrança judicial.

§ 3º A Certidão Positiva de Débitos com Efeito de Negativa deverá conter as ressalvas necessárias quanto às situações previstas no § 2º deste artigo.

Art. 109. As certidões previstas neste Capítulo terão o seguinte prazo de validade, contados da expedição:

I - de 60 (sessenta) dias:

- a) Certidão Negativa de Débitos;
- b) Certidão Positiva de Débitos com Efeito de Negativa;
- c) Certidão de Situação Fiscal;

II - pelo prazo e condições fixados no próprio documento:

- a) Certidão de Não Incidência;
- b) Certidão de Isenção;

III - indeterminado:

- a) Certidão de Baixa de DAM;
- b) Certidão de Lançamento;
- c) Certidão de Imunidade;
- d) Certidão de Decadência.

Art. 110. As certidões previstas neste Capítulo deverão ser emitidas por processo eletrônico, inclusive pela internet, com código de validação.

TÍTULO IV DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS AOS TRIBUTOS MUNICIPAIS

CAPÍTULO I DO DOMICÍLIO TRIBUTÁRIO

Art. 111. O contribuinte de tributos municipais, ou o responsável, deverá escolher e indicar, no cadastro fiscal, o seu domicílio tributário.

§ 1º Para a inscrição econômico-social, entende-se por domicílio tributário o lugar onde a pessoa física ou jurídica desenvolve suas atividades, responde por suas obrigações e pratica os demais atos que constituem ou possam vir a constituir obrigação tributária.

§ 2º Para a inscrição imobiliária, considera-se domicílio tributário:

I - no caso de terreno sem edificação, o local que for escolhido e informado pelo contribuinte;

II - no caso de terreno com edificação, o local onde estiver situado o imóvel ou o endereço do contribuinte, por sua opção.

Art. 112. Independente do domicílio tributário eleito pelo contribuinte, indicará a existência de domicílio ou estabelecimento no município de Palmas, para fins de lançamento, arrecadação, cobrança e fiscalização de tributos, a conjugação parcial ou total dos seguintes requisitos:

I - manutenção de pessoal, material, máquinas, instrumentos e equipamentos necessários à execução das atividades;

II - estrutura organizacional ou administrativa;

III - inscrição nos órgãos previdenciários;

IV - indicação como domicílio fiscal para efeito de outros tributos;

V - permanência ou ânimo de permanecer no local, para a exploração econômica de atividades de prestação de serviços, exteriorizada por elementos tais como:

a) indicação do endereço em imprensa, formulários ou correspondência;

b) locação de imóvel;

c) realização de propaganda ou publicidade no Município ou com referência a ele;

d) fornecimento de água, telefone, energia elétrica ou quaisquer outros serviços públicos concedidos em nome do prestador ou seu representante;

VI - outros elementos, a critério do Fisco.

Art. 113. O domicílio tributário será obrigatoriamente consignado nas petições, notas fiscais e outros documentos que os obrigados dirijam ou devam apresentar à Administração Tributária.

CAPÍTULO II DO IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA (ISS)

Seção I Do Preço dos Serviços

Subseção I Das Disposições Preliminares

Art. 114. O preço do serviço é a receita bruta a ele correspondente, incluídos os materiais e as mercadorias utilizados de qualquer forma na respectiva prestação, sem nenhuma dedução e independentemente do pagamento ou do resultado financeiro.

§ 1º Não se incluem no preço do serviço:

I - as mercadorias sujeitas ao ICMS, conforme exceções contidas na lista de serviços tributáveis do ISS;

II - os serviços de terceiros prestados às agências de publicidade, em relação ao subitem 17.06 da lista de serviços tributáveis do ISS;

III - a taxa judiciária, fundo civil e outras transferências objeto de legislação específica, cobrados em conjunto com os emolumentos, para os serviços previstos no subitem 21.01 da lista de serviços tributáveis do ISS;

IV - as passagens aéreas, terrestres e marítimas, bem como hospedagens, para os serviços prestados pelas agências de viagens, conforme subitem 9.02 da lista de serviços tributáveis do ISS;

V - os atos cooperados, para os serviços prestados por sociedades cooperativas.

§ 2º Poderão ser deduzidos do preço do serviço:

I - o valor dos materiais fornecidos pelo prestador dos serviços previstos nos subitens 7.02 e 7.05 da lista de serviços tributáveis do ISS;

II - os pagamentos realizados pelo prestador a terceiros credenciados, em decorrência da execução dos serviços previstos nos subitens 4.22 e 4.23 da lista de serviços tributáveis do ISS;

III - os descontos incondicionais concedidos.

§ 3º Para os efeitos deste artigo, considera-se preço tudo o que for cobrado em virtude da prestação do serviço, em

dinheiro, bens, serviços ou direitos, inclusive a título de reembolso ou dispêndio de qualquer natureza.

§ 4º Nos serviços contratados em moeda estrangeira, o preço será o valor resultante de sua conversão em moeda nacional ao câmbio do dia da ocorrência do fato gerador.

Art. 115. São incluídos no preço dos serviços:

I - quaisquer valores percebidos pela prestação do serviço, inclusive os decorrentes de acréscimos contratuais, atualizações monetárias, reajustamentos, multas, ressarcimentos ou outros que onerem o custo do serviço;

II - os descontos condicionais concedidos ou abatimentos;

III - os valores despendidos direta ou indiretamente, em favor de outros prestadores de serviços, a título de participação, coparticipação ou demais formas da espécie;

IV - as vantagens financeiras decorrentes da prestação de serviço, inclusive as relacionadas com a retenção periódica de valores recebidos;

V - os ônus relativos à obtenção de financiamento nas prestações de serviço a crédito, sob qualquer modalidade, ainda que cobrados em separado.

Art. 116. Não sendo o preço do serviço desde logo conhecido, poderá ser adotado o praticado no mercado local.

§ 1º Inexistindo preço corrente na praça, será ele fixado pelo fisco, mediante estimativa ou arbitramento, levando-se em conta os elementos conhecidos ou apurados.

§ 2º O preço mínimo de determinados tipos de serviços poderá ser fixado pela Secretaria Municipal de Finanças em pauta que reflita o preço corrente da praça, a ser utilizado para lançamentos por estimativa ou arbitramento.

Subseção II Da Exclusão das Mercadorias Sujeitas ao ICMS

Art. 117. Não se incluem na base de cálculo do ISS as mercadorias sujeitas ao ICMS relativas:

I - à distribuição de conteúdos de áudio, vídeo, imagem e texto por meio da internet pelas prestadoras de Serviço de Acesso Condicionado de que trata a Lei Federal nº 12.485, de 12 de setembro de 2011, conforme item 1.09 da lista de serviços tributáveis do ISS;

II - ao fornecimento de mercadorias produzidas pelo prestador de serviços fora do local da prestação dos serviços para:

a) execução, por administração, empreitada ou subempreitada, de obras de construção civil, hidráulica ou elétrica e de outras obras semelhantes, inclusive sondagem, perfuração de poços, escavação, drenagem e irrigação, terraplanagem, pavimentação, concretagem e a instalação e montagem de produtos, peças e equipamentos, conforme item 7.02 da lista de serviços tributáveis do ISS;

b) reparação, conservação e reforma de edifícios, estradas, pontes, portos e congêneres, conforme item 7.05 da lista de serviços tributáveis do ISS;

III - a peças e partes empregadas para:

a) lubrificação, limpeza, lustração, revisão, carga e recarga, conserto, restauração, blindagem, manutenção e conservação de máquinas, veículos, aparelhos, equipamentos, motores, elevadores ou de qualquer objeto, conforme item 14.01 da lista de serviços tributáveis do ISS;

b) recondicionamento de motores, conforme item 14.03 da lista de serviços tributáveis do ISS;

IV - fornecimento de alimentação e bebidas para organização de festas e recepções, inclusive bufê, conforme item 17.11 da lista de serviços tributáveis do ISS.

Art. 118. Os fornecimentos de mercadorias previstos no art.

117 sujeitam-se à emissão de nota fiscal de consumo ou documento equivalente por parte do tomador, sob pena de o valor incorporar-se ao preço dos serviços.

Subseção III
Da Exclusão dos Serviços de Terceiros
às Agências de Publicidade

Art. 119. Não integram a base de cálculo do ISS das agências de propaganda e publicidade, conforme prestação contida no item 17.06 da lista de serviços tributáveis do ISS, os repasses de valores correspondentes aos serviços relativos:

I - aos veículos de comunicação, como rádios, jornais, televisão e outros meios;

II - aos terceiros subcontratados, indispensáveis aos serviços prestados.

Parágrafo único. No agenciamento de publicidade e propaganda, a aquisição de serviços de terceiros deverá ser individualizada e demonstrada por ordem e conta de quem foram efetuadas as despesas, mediante previsão contratual e emissão de documento fiscal, sob pena de integrar a base de cálculo do ISS devido.

Art. 120. A base de cálculo dos serviços de publicidade e propaganda compreenderá:

I - o preço do serviço próprio de produção, entendendo a criação, concepção, redação, planejamento de campanha ou sistemas de publicidade, elaboração de desenhos, textos e demais peças publicitárias;

II - o valor das comissões ou honorários sobre o reembolso de despesas feitas por ordem e conta de clientes, tais como pesquisas de mercado, clipping, promoção de vendas, relações públicas e outras.

Subseção IV
Da Exclusão de Transferências Legais dos Serviços Cartorários,
Notariais e De Registro

Art. 121. A base de cálculo do ISS devido pela prestação de serviços contida no item 21.01 da lista de serviços tributáveis será composta dos valores dos emolumentos recebidos correspondentes aos serviços cartorários, notariais e de registro público, excluindo-se os valores destinados a outras entidades em virtude de lei, como a taxa judiciária e o fundo civil.

Art. 122. Incluem-se na base de cálculo do ISS dos serviços cartorários, notariais e de registro público os valores correspondentes à compensação de atos gratuitos ou de complementação de receita ao cartório que houver praticado o ato.

Subseção V
Da Exclusão de Passagens e Hospedagens
das Agências de Turismo

Art. 123. Para a prestação dos serviços previstos no item 9.02 da lista de serviços tributáveis, não integram base de cálculo do ISS as vendas de passagens aéreas, terrestres e marítimas, bem como de hospedagens dos viajantes e excursionistas, relativas a organização de viagens ou excursões promovidas pelas agências de turismo.

Parágrafo único. O disposto no caput deste artigo somente se aplica desde que tais valores tenham sido pagos a terceiros, devidamente comprovado por meio da respectiva nota fiscal ou documento equivalente.

Subseção VI
Da Exclusão dos Atos Cooperados

Art. 124. Da base de cálculo do ISS devido por sociedades cooperativas de prestação de serviços podem ser excluídos os valores:

I - recebidos dos cooperados a título de remuneração dos serviços a eles prestados;

II - repassados aos cooperados e às cooperativas, quando associadas, pela remuneração dos serviços que estes prestaram à cooperativa.

Parágrafo único. A exclusão prevista no caput deste artigo refere-se apenas às atividades caracterizadas como ato cooperado praticado pelas sociedades cooperativas.

Art. 125. A exclusão prevista nesta Subseção será aplicável desde que:

I - a cooperativa esteja regularmente constituída na forma da legislação específica;

II - não for caracterizada fraude à legislação trabalhista mediante a dissimulação de relação de emprego entre a cooperativa e seus cooperados;

III - estejam os cooperados, quando prestadores de serviços, regularmente inscritos no Cades.

Subseção VII
Da Dedução de Materiais nas Obras e Serviços de Engenharia

Art. 126. O valor dos materiais fornecidos pelo prestador dos serviços previstos nos subitens 7.02 e 7.05 da lista de serviços tributáveis do ISS poderá ser deduzido da base de cálculo do ISS, conforme esta Subseção.

Art. 127. Fica o prestador de serviços obrigado ao cadastramento das obras e serviços de engenharia, relativamente aos serviços prestados correspondentes aos itens 7.02 e 7.05 da lista de serviços tributáveis do ISS, no Sistema Registro Eletrônico de Construtoras, Obras e Materiais (Recom), disponibilizado pela Secretaria Municipal de Finanças.

§ 1º O Sistema Recom aplica-se a toda execução de obras de construção civil, hidráulica ou elétrica ocorrida no Município de Palmas, sendo obrigatório para efeito da dedução do valor de materiais adquiridos de terceiros e incorporados nas obras e do valor das mercadorias produzidas pelo próprio prestador fora do local da obra e sujeitas ao ICMS.

§ 2º O Recom é de preenchimento obrigatório pelas empresas prestadores dos serviços dos itens 7.02 e 7.05 da lista de serviços tributáveis do ISS, e o seu não preenchimento impedirá qualquer dedução da base de cálculo do imposto.

§ 3º Sem prejuízo da exigência de outras informações do interesse do Fisco, as obras e serviços de engenharia deverão ser cadastradas no Recom com, no mínimo, as seguintes informações:

I - identificação do declarante;

II - dados da construtora responsável;

III - dados do responsável técnico da obra;

IV - data de início da obra e previsão de término;

V - tipologia de obra: construção ou reforma;

VI - endereço da obra;

VII - número da inscrição no Cadif;

VIII - número da matrícula no Cadastro Específico do Instituto Nacional do Seguro Social (CEI);

IX - número do processo administrativo que solicitou o Alvará de Construção ou de Reforma.

§ 4º A inscrição da obra no Sistema Recom deverá ser realizada por uma das seguintes pessoas:

I - responsável pela obra;

II - sujeito passivo do IPTU referente ao imóvel objeto do serviço.

§ 5º O acesso ao Sistema Recom poderá ser realizado por meio de senha web fornecida para emissão de NFS-e, conforme art. 195, ou por certificado digital.

§ 6º Os prestadores de serviços de que tratam os itens 7.02 e 7.05 da lista de serviços tributáveis do ISS, que não sejam estabelecidos neste Município, mas que prestem tais serviços,

também devem cadastrar a obra no Sistema Recom previamente à emissão da Nota Fiscal de Serviços e, ainda, emitir o Registro Auxiliar de Nota Fiscal de Serviços (Ranfs), de que trata a Seção VII do Capítulo II do Título IV, sob pena de impossibilidade de dedução da base de cálculo de que trata esta Subseção.

§ 7º O Sistema Recom estará disponível em link no serviço de Nota Fiscal Eletrônica da Secretaria Municipal de Finanças.

Art. 128. O prestador de serviços deverá optar no início de cada obra ou serviço de engenharia, via Recom, por um dos seguintes regimes:

- I - comprovação dos materiais aplicados;
- II - estimativa de dedução de materiais.

§ 1º A opção tratada no caput deste artigo deverá ser realizada antes da emissão da primeira nota fiscal relativa à obra ou serviço de engenharia cadastrado, e terá caráter irrevogável, sem possibilidade de alteração.

§ 2º Não se sujeitam ao regime estimativo de dedução de materiais os serviços prestados exclusivamente com o fornecimento de mão de obra ou utilização de equipamentos.

§ 3º Para a dedução de materiais, deverá ser emitida a nota fiscal por obra, sendo vedado constar dados referentes a mais de uma obra na mesma nota ou Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) emitida pelo órgão competente.

Art. 129. No regime de comprovação dos materiais aplicados, obriga-se o prestador de serviços a declarar os materiais adquiridos no Sistema Recom, relativos à obra ou serviço de engenharia, para fins de dedução do respectivo preço.

§ 1º As deduções realizadas pelas empresas prestadoras de serviços registradas devem corresponder a documentos fiscais exclusivamente em formato eletrônico, em arquivo xml, e se referirem:

- I - aos materiais incorporados à obra, sejam eles produzidos pelo prestador fora do local da obra e sujeitos ao ICMS, ou adquiridos de terceiros;
- II - ao concreto, quando adquiridos de terceiros e produzidos fora da obra, desde que tenha sido recolhido o respectivo ISS.

§ 2º A nota fiscal eletrônica de compra de materiais deverá ser registrada no Sistema Recom previamente à emissão da NFS-e a que se pretende deduzir a base de cálculo, e sua apresentação será exclusivamente em arquivo no formato xml, emitida através de Sistema de NF-e do Estado do Tocantins ou qualquer outro Estado da Federação, e a mercadoria deverá ter como endereço de entrega a obra previamente cadastrada pelo contribuinte.

§ 3º O arquivo xml referido no § 2º deste artigo somente poderá ser importado e registrado no Sistema Recom até o prazo de 150 (cento e cinquenta) dias após a emissão da nota fiscal eletrônica de compra de material de terceiro, ou de materiais produzidos pelo prestador fora do canteiro de obra, sendo que após este prazo não haverá nenhum direito à dedução.

§ 4º Poderá ser transferido material entre obras do mesmo prestador de serviços, inclusive depósitos, desde que haja emissão de NF-e.

§ 5º A dedução somente será possível, desde que observado, ainda, que:

- I - a NF-e deve estar emitida em nome do CNPJ do contribuinte;
- II - na NF-e deve estar devidamente preenchido o destinatário com o CNPJ do contribuinte;
- III - na NF-e deve estar preenchido o CEP no destinatário e/ou endereço de entrega, exatamente conforme definido no cadastro da obra;
- IV - em caso de NF-e de transferência ou de simples remessa, é obrigatório que o código CFOP seja correspondente a esta operação e o CNPJ do emissor e do destinatário estejam

cadastrados nas obras envolvidas e, ainda, que os endereços de origem e destino também sejam os dos cadastros das obras ou depósitos envolvidos.

§ 6º O prestador de serviços deverá manter o registro em seus livros contábeis por centro de custo, assim como todos os originais dos contratos, planilhas de orçamento e medições, além das notas fiscais de aquisição de materiais que forem importadas para o Sistema Recom, referentes às obras ou serviços das quais foram feitas as deduções, de forma a possibilitar a conferência pelo Fisco.

§ 7º Compete ao prestador de serviços declarar o que deve ser deduzido em cada emissão da nota fiscal de serviços, limitado ao volume de materiais adquiridos, transferidos ou remetidos à obra ou serviço.

Art. 130. Não serão deduzidos da base de cálculo os materiais que não se incorporarem à obra ou serviço de engenharia, perdendo sua identidade física no ato da incorporação, em especial:

- I - materiais possíveis de remoção da obra, tais como:
 - a) placa da obra;
 - b) barracões, alojamento de empregados e respectivos utensílios;
 - c) madeiras e ferragens, pregos, instalações elétricas e similares utilizados na confecção de tapumes, andaimes, formas, escoras, torres e similares;
- II - equipamentos como forma de concreto, ferramentas, máquinas, motores, veículos, bombas, guindastes, balancins, equipamento de segurança, móveis, materiais de decoração e congêneres;

III - combustíveis e lubrificantes utilizados nas máquinas e equipamentos;

IV - ferramentas e apetrechos utilizados na prestação de serviços;

V - refeições e outros alimentos;

VI - quaisquer outros materiais e equipamentos utilizados na construção e que não se integram à mesma.

Parágrafo único. Também não poderão ser deduzidos da base de cálculo:

- I - materiais adquiridos para a formação de estoque ou armazenagem fora dos canteiros de obras antes de sua efetiva utilização;
- II - materiais recebidos na obra, após a concessão do respectivo Habite-se;
- III - materiais adquiridos com documento fiscal irregular, por recibos, nota fiscal de venda sem identificação do consumidor ou em que não conste o local da obra;
- IV - quaisquer subempreitadas.

Art. 131. No regime estimativo de dedução de materiais, conforme opção prévia no Sistema Recom, a nota fiscal de serviços poderá ser emitida com até 30% (trinta por cento) de dedução da base de cálculo.

Parágrafo único. A opção pelo regime estimativo de dedução de materiais impede qualquer outra dedução da base de cálculo do ISS.

Art. 132. O prestador de serviços deverá informar, no corpo da nota fiscal, o valor das deduções da base de cálculo, regularmente apurado, quando o imposto a ser recolhido pelo prestador ou retido pelo tomador será calculado mediante aplicação da alíquota da operação sobre a diferença entre o preço do serviço e o valor das deduções devidamente declarado.

Art. 133. Para os efeitos de tributação do ISS, consideram-se obras e serviços de engenharia:

I - as obras de construção civil propriamente ditas e obras hidráulicas:

- a) edificações em geral;
- b) rodovias, ferrovias, hidrovias, portos, aeroportos e suas respectivas obras de arte;
- c) sistemas de produção e distribuição de energia elétrica;
- d) sistemas de telecomunicações e redes de computação;
- e) pontes, túneis, viadutos e logradouros públicos;
- f) canais de irrigação, drenagem, obras de retificação ou regularização de leitos ou perfis de córregos barragens e diques;
- g) sistemas de abastecimentos de água e saneamento, poços artesianos e semiartesianos;
- h) terraplanagem e pavimentação em geral;
- i) montagens de estruturas pré-moldadas de concreto armado;
- j) esquadrias em geral;
- k) impermeabilização, isolamentos térmicos e acústicos;
- l) demolições;
- m) consertos e simples reparos em instalações prediais;

II - instalação e montagem de centrais telefônicas, sistema de refrigeração, elevadores, produtos, peças e equipamentos incorporados à obra;

III - instalações e ligações de água, de energia elétrica, de comunicação, inclusive equipamentos relacionados com estes serviços;

IV - arquitetura paisagística e grande decoração arquitetônica;

V - serviços tecnológicos em edifícios industriais;

VI - serviços de implantação de sinalização em logradouros públicos, estradas e rodovias;

VII - engenharia de trânsito e de transporte;

VIII - pesquisas, perfuração, cimentação, perfilagem, estimulação e outros serviços relacionados com exploração de petróleo, gás natural e demais riquezas minerais;

IX - escoramento e contenção de encostas e serviços congêneres;

X - construções, reparos e instalações de embarcações, diques flutuantes, porta-batel e materiais flutuantes em geral;

XI - aerofotogrametria, inclusive interpretação, mapeamento e topografia;

XII - instalações mecânicas e eletromecânicas;

XIII - serviços de engenharia concernentes ao transporte aéreo;

XIV - vistorias, perícias, avaliações e arbitramentos concernentes à engenharia.

§ 1º São serviços auxiliares ou complementares às obras de construção civil ou ligados a essas atividades:

I - serviços de engenharia consultiva:

- a) elaboração de planos diretores, estimativas orçamentárias, programação e planejamento;
- b) estudos e viabilidade técnica, econômica e financeira;
- c) elaboração de anteprojetos, projetos básicos, projetos executivos e cálculos de engenharia;

d) fiscalização, supervisão técnica, econômica e financeira;

II - escavação, movimento de terras, desmonte de rochas manual ou mecânica, rebaixamento de lençol freático;

III - serviços de proteção catódica;

IV - levantamentos topográficos, barimétricos, aerofotogramétricos e geodésicos;

V - estudos geotécnicos, ensaios tecnológicos de materiais.

§ 2º Também se sujeita ao ISS o fornecimento de:

I - concreto pronto para as obras de construção civil, hidráulicas e outros serviços de engenharia;

II - casas e edificações pré-fabricadas, quando produzidas e montadas pela própria empresa de construção e fazendo parte integrante da obra contratada por empreitada;

III - quaisquer produtos pré-moldados de cimento sob encomenda, ainda que produzidos fora do local da sua utilização.

Subseção VIII

Da Dedução de Serviços Credenciados dos Planos de Saúde

Art. 134. Poderão ser deduzidos da base de cálculo dos planos de saúde regularmente inscritos no Cades os pagamentos realizados por estes a terceiros credenciados, em decorrência da execução dos serviços previstos nos subitens 4.22 e 4.23 da lista de serviços tributáveis do ISS.

Art. 135. Aplica-se a dedução de que trata o art. 134 a terceiros credenciados a planos de saúde, tais como hospitais, clínicas, laboratórios, ambulatórios, prontos socorros, casas de saúde e de recuperação, bancos de sangue, de pele, de olhos, de sêmen e congêneres, médicos e demais profissionais da saúde, desde que:

I - os pagamentos sejam efetuados a credenciados fornecedores e/ou prestadores sujeitos à tributação do ISS;

II - os credenciados prestem serviços descritos nos demais subitens do item 4 da lista de serviços tributáveis;

III - seja realizada a emissão da respectiva nota fiscal de serviços pelos credenciados.

Art. 136. A apuração das deduções da base de cálculo previstas nesta Subseção deverá observar o regime de competência, considerando-se o mês imediatamente anterior, para o mês subsequente.

§ 1º A competência deverá ser aferida de acordo com a emissão das notas fiscais de serviços, tanto das receitas dos planos de saúde quanto dos serviços credenciados.

§ 2º O percentual de deduções a ser aplicado será obtido pela razão entre o total das deduções elegíveis e o total das receitas, multiplicado por 100 (cem), com arredondamento matemático.

§ 3º Não será admitida a compensação de deduções entre competências.

Art. 137. As deduções dos planos de saúde não poderão ser superiores a 60% (sessenta por cento) da respectiva base de cálculo em cada mês de competência.

Art. 138. Consideram-se declarados ao Fisco, pela emissão das notas fiscais de serviços eletrônicas e seus registros auxiliares, os valores das receitas dos planos de saúde e os valores das deduções elegíveis dos terceiros credenciados.

Subseção IX

Da Dedução de Descontos Incondicionais

Art. 139. Poderão ser deduzidos da base de cálculo os descontos incondicionais concedidos pelo prestador de serviços.

Parágrafo único. Consideram-se descontos incondicionais as parcelas redutoras do preço dos serviços, quando constarem da respectiva nota fiscal e não dependerem de evento posterior à emissão desse documento.

Seção II
Do Regime de Apuração

Art. 140. O regime de apuração do ISS será mensal, considerado o calendário civil, de acordo com os fatos geradores ocorridos no período, exceto quando se tratar de contribuinte tributado por alíquota fixa.

Parágrafo único. Sujeitam-se ao regime mensal de apuração, na forma determinada no caput deste artigo, o imposto devido por prestação de serviços próprios ou responsabilidade tributária pela retenção, por solidariedade ou por substituição.

Seção III
Da Retenção da Fonte

Art. 141. A retenção do ISS na fonte:

I - deverá ser realizada pelos tomadores ou intermediários de serviços indicados na legislação como responsáveis pela retenção;

II - poderá ser realizada pelos tomadores ou intermediários de serviços classificados como responsáveis tributários por substituição ou solidariedade.

Art. 142. Os responsáveis solidários se eximem da responsabilidade pela retenção e respectivo recolhimento do imposto, exceto quando se configurar erro de sua parte, má-fé, dolo, fraude ou simulação.

Art. 143. Os substitutos tributários estão obrigados ao recolhimento do imposto, independentemente de ter sido efetuada a retenção na fonte.

Art. 144. O Município deverá considerar satisfeito o crédito tributário quando comprovado o pagamento do imposto por parte do prestador, mesmo quando os serviços tiverem sido tomados por contribuinte responsável por retenção ou solidariedade.

Parágrafo único. Havendo diferença a recolher em favor do Município, a cobrança será feita com os acréscimos legais:

I - do prestador ou do responsável, no caso de responsabilidade por retenção na fonte ou solidariedade;

II - do responsável, no caso de substituição tributária.

Art. 145. A retenção na fonte ou a substituição tributária deverão ocorrer no mesmo mês do fato gerador, independente do resultado financeiro ou do pagamento dos serviços.

Art. 146. O pagamento da retenção na fonte pelos órgãos e entidades da Administração Pública, direta e indireta, do Município, Estado e União, poderá ser realizado no regime de caixa, apurado na competência do pagamento dos respectivos serviços ao prestador.

Parágrafo único. O tomador que realizar a retenção pelo regime de caixa deverá informar à Secretaria Municipal de Finanças a data do pagamento dos serviços ao prestador.

Art. 147. Não estão sujeitos à retenção na fonte e substituição tributária os serviços prestados por:

I - profissional autônomo que comprovar inscrição no Cades;

II - sociedades de profissionais, cujo regime de recolhimento seja por alíquota fixa;

III - contribuintes com regime de recolhimento por estimativa;

IV - instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central, relativamente às receitas operacionais;

V - delegatários cartorários, notariais e de registro;

VI - microempreendedores individuais optantes do Simei.

Art. 148. Para fins de retenção, prevalecem os valores de ISS apurados na nota fiscal de serviços emitida pelo prestador,

cabendo-lhe a responsabilidade pela veracidade das informações prestadas.

Seção IV
Da Quitação do ISS na Construção Civil

Art. 149. Os proprietários de obras de construção civil deverão fazer prova da quitação do ISS relativamente aos serviços de projetos, assim como realização ou modificação de edificações:

I - antes da expedição do alvará de construção, no caso de projetos;

II - antes da expedição do termo de habite-se, no caso de realização ou modificação de edificações;

III - na alteração do Cadif, requerida pelo interessado ou de ofício, em todos os casos.

Parágrafo único. Além da prova de recolhimento do ISS pelo prestador, inclusive na condição de profissional autônomo, serão admitidas as seguintes comprovações:

I - para os projetos:

a) autor contratado como empregado;

b) autor-domiciliado em outro município;

II - para as edificações:

a) administração própria da obra com a contratação de empregados;

b) contrato de empreitada;

c) incorporação imobiliária direta.

Art. 150. A ausência das comprovações previstas no art. 149 sujeitará o proprietário da obra ou seu sucessor legal à solidariedade tributária e à estimativa fiscal para recolhimento do ISS dos projetos e das edificações.

Art. 151. A estimativa fiscal será adotada pela Secretaria Municipal de Finanças tomando-se por base:

I - os valores de honorários sugeridos pelos órgãos fiscalizadores das profissões de engenheiros e/ou arquitetos, relativamente aos projetos;

II - os valores divulgados pelo Sindicato das Indústrias da Construção Civil do Estado do Tocantins (Sinduscon-TO), mediante a aplicação do percentual de 50% (cinquenta por cento) sobre o custo global de construção, calculado através da tabela de Custo Unitário Básico de Construção (CUB), em relação às obras;

Art. 152. Para fins de sujeição ao pagamento do ISS por solidariedade, incidente sobre as obras de construção civil, considera-se ocorrido o fato gerador por ocasião da conclusão da obra ou, caso esta não possa ser determinada pelo Fisco, na data da alteração do Cadif ou do requerimento do termo de habite-se.

Seção V
Dos Profissionais Autônomos e das Sociedades de Profissionais

Subseção I
Dos Profissionais Autônomos

Art. 153. Poderão ser inscritos no Cades e atuarem no Município, na condição de profissionais autônomos, as pessoas físicas que efetuarem a prestação de serviços com o próprio trabalho pessoal.

§ 1º Por profissional autônomo, entende-se todo aquele que exerce, habitualmente e por conta própria, serviços profissionais e técnicos remunerados, sem vínculo empregatício.

§ 2º Os autônomos inscritos em órgãos ou conselhos de fiscalização e controle de suas profissões regulamentadas estarão sujeitos à inscrição de ofício no Cades para consequente lançamento do ISS, havendo prova da atividade prestacional.

Art. 154. Para fins de tributação, serão equiparados à empresa os profissionais autônomos que:

I - admitirem mais de 2 (dois) empregados ou outros profissionais autônomos mesmo que não regularizados, para o exercício da respectiva atividade;

II - exerçam profissionalmente atividade econômica organizada para a produção ou a circulação de bens ou de serviços;

III - tenham imobilizações técnicas incompatíveis com o trabalho pessoal e intelectual do profissional;

IV - não estejam regularmente inscritos no Cades.

§ 1º O disposto no inciso I do caput deste artigo não se aplica às atividades de salão-parceiro e profissional-parceiro, reguladas na Lei Federal nº 12.592, de 18 de janeiro de 2012.

§ 2º Os empregados de profissionais autônomos deverão atuar exclusivamente na função de apoio administrativo ou auxílio técnico, quando a atividade assim exigir.

§ 3º A Secretaria Municipal de Finanças poderá estabelecer declaração periódica acerca da existência de empregados ou da prestação de serviços de outros profissionais autônomos, preferencialmente eletrônica.

§ 4º A equiparação à empresa, prevista no caput deste artigo, sujeita o profissional à tributação do ISS pela receita bruta, apurada ou arbitrada pelo Fisco.

Art. 155. O serviço prestado por profissional autônomo no mesmo estabelecimento de sociedade que integre, deverá compor a base de cálculo da referida sociedade pela receita bruta, para fins de tributação do ISS.

Art. 156. Os órgãos municipais que contratem profissionais autônomos, ou ainda que permitam ou deleguem serviços públicos a autônomos, deverão exigir a regularidade das respectivas inscrições no Cades.

Art. 157. A inscrição municipal como profissional autônomo, regularmente formalizada pelo interessado, pressupõe o exercício das atividades prestacionais, com sujeição ao ISS fixo na forma da legislação.

§ 1º O disposto no caput deste artigo não se aplica quando, comprovadamente, o profissional estiver em situações que gerem incompatibilidade com a prestação de serviço, tais como:

I - mudança de domicílio para outro município;

II - vínculo empregatício ou serviço público, quando a atividade constante do cadastro seja inviável com horário de trabalho;

III - problemas de saúde que impeçam o exercício da atividade profissional cadastrada, mediante laudo médico;

IV - falecimento do profissional.

§ 2º Ocorrendo o previsto no § 1º deste artigo, o cancelamento da cobrança do ISS será realizado a partir do exercício seguinte ao da respectiva comprovação.

Subseção II Das Sociedades de Profissionais

Art. 158. Considera-se sociedade de profissionais a sociedade simples pura, constituída na forma prevista nos arts. 997 a 1.038 do Código Civil.

Parágrafo único. Para fins de tributação, será considerada sociedade de natureza empresarial aquela que, embora formalmente constituída como sociedade simples pura, exerça de fato atividade própria de empresário, conforme disposto no art. 966 do Código Civil.

Art. 159. As sociedades de profissionais poderão optar, anualmente, pelo regime de tributação fixa quando:

I - estejam regularmente registradas em seus órgãos de classe;

II - sejam formadas com todos os participantes legalmente habilitados para a mesma atividade prestacional, dentre as seguintes:

a) médicos;

b) biomédicos;

c) enfermeiros;

d) fonoaudiólogos;

e) protéticos;

f) médicos veterinários;

g) zootecnistas;

h) terapeutas em geral;

i) contadores e/ou técnicos em contabilidade;

j) administradores;

k) atuários;

l) agentes de propriedade industrial, artística ou literária;

m) advogados;

n) engenheiros;

o) arquitetos e/ou urbanistas;

p) agrônomos;

q) geólogos;

r) agrimensores;

s) dentistas;

t) economistas;

u) psicólogos;

v) psicanalistas;

III - limitem-se à prestação de serviços específicos da área da habilitação dos profissionais;

IV - possuam até o máximo de 2 (dois) empregados, em relação a cada sócio;

V - utilizem suas imobilizações técnicas exclusivamente no trabalho pessoal e intelectual dos profissionais;

VI - não estejam constituídas sob a forma de sociedade comercial ou a ela equiparada, na forma da legislação civil;

VII - estejam regularmente inscritas no Cades;

VIII - prestem, exclusiva e isoladamente, os serviços previstos nos subitens 4.01, 4.02, 4.06, 4.08, 4.09, 4.11, 4.12, 4.13, 4.14, 4.16, 5.01, 5.03, 7.01, 10.03, 17.14, 17.15, 17.16, 17.18 e 17.19 da lista de serviços tributáveis do ISS.

Art. 160. Sem prejuízo do disposto no art.159, não se considera sociedade de profissionais, aquela:

I - que desenvolva atividade diversa da constante do objeto social e da habilitação profissional dos sócios;

II - em que o volume das atividades de prestação de serviço seja incompatível com a capacidade de trabalho pessoal dos profissionais habilitados;

III - em que o volume ou custo das atividades meio sejam preponderantes em relação ao custo final do serviço prestado;

IV - que contrate pessoa jurídica para a realização do todo ou de parte dos serviços prestados;

V - em que o resultado final dos serviços prestados pela sociedade não decorra exclusivamente do trabalho pessoal dos profissionais habilitados;

VI - que tenha filial, agência, posto de atendimento, sucursal, escritório de representação, contato ou qualquer outro estabelecimento descentralizado, no qual não tenha sócio ou profissional habilitado respondendo pessoalmente;

VII - que preste qualquer serviço que seja diverso daqueles expressamente permitidos.

Art. 161. As sociedades de profissionais poderão requerer o enquadramento para tributação anual fixa até o dia 20 de dezembro de cada ano, para o exercício subsequente, apresentando:

I - declaração informando o número de sócios, empregados e profissionais habilitados que prestem serviços em nome da sociedade;

II - Guia de Recolhimento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço e Informações à Previdência Social (GFIP) do mês de novembro anterior à solicitação.

§ 1º As sociedades de profissionais que realizarem a inscrição ou reativação no Cades no decorrer do exercício deverão requerer o enquadramento no respectivo ato.

§ 2º A Secretaria Municipal de Finanças poderá determinar outros documentos a serem apresentados pela sociedade, a fim de comprovação dos requisitos.

Art. 162. As sociedades de profissionais que não requererem o enquadramento na forma determinada nesta Subseção serão tributadas pela receita bruta.

Subseção III Das Disposições Gerais

Art. 163. Quando o contribuinte, regularmente cadastrado no Cades como profissional autônomo ou sociedade de profissionais, deixar de atender quaisquer dos requisitos legais e normativos para o regime de alíquota fixa, estará sujeito à tributação do ISS através da receita bruta.

Parágrafo único. A tributação pela receita bruta incidirá em todo o período em que se verificar o descumprimento das condições para o regime de alíquota fixa, apurado em procedimento de fiscalização, deduzidos eventuais pagamentos realizados.

Seção VI Dos Regimes Especiais para Pagamento

Art. 164. A Secretaria Municipal de Finanças poderá determinar regimes especiais para pagamento do ISS:

I - quando ocorrer situação peculiar que limite ou dificulte a apuração regular do imposto;

II - para contribuintes sujeitos a regime especial de fiscalização;

III - no caso de contribuintes com reiterada inadimplência com as obrigações fiscais.

Art. 165. O regime especial previsto nesta Seção somente será determinado mediante processo administrativo regular, com solicitação fundamentada do Fisco Municipal.

Seção VII Das Incorporações Imobiliárias

Art. 166. Não se materializa o fato gerador do ISS na hipótese de incorporação imobiliária direta, na qual o incorporador constrói em terrenos de sua propriedade, conforme suas próprias especificações, por sua conta e risco, para venda de unidades futuras.

Parágrafo único. A Secretaria Municipal de Finanças poderá determinar a comprovação fática da inexistência da prestação de serviços a terceiros para a não incidência de ISS na incorporação imobiliária direta.

CAPÍTULO III DO IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE PREDIAL E TERRITORIAL URBANA (IPTU)

Seção I Dos Contribuintes

Art. 167. Será inscrito como contribuinte do IPTU o proprietário do imóvel, o titular de domínio útil, o possuidor a qualquer título ou detentor de direitos reais de uso elencados no art. 1.225 do Código Civil, a critério da administração tributária.

§ 1º O cadastramento do imóvel em nome do possuidor não exonera a responsabilidade do proprietário ou titular de domínio útil pelas obrigações tributárias, que por elas responderá solidariamente.

§ 2º Somente a posse legítima, capaz de ser reconhecida como propriedade no futuro, deverá ser admitida para fins de determinação do contribuinte do IPTU.

Art. 168. Nas incorporações imobiliárias, a transferência do contribuinte do IPTU do proprietário do terreno para os adquirentes das respectivas unidades dar-se-á com a imissão na posse, ainda que presumida.

Seção II Das Isenções de Caráter Geral

Art. 169. A isenção para os imóveis com valor do imposto inferior a 50 (cinquenta) UFIPs independe de solicitação do interessado, restringir-se-á aos contribuintes, pessoas físicas, de um único imóvel no Município exclusivamente residencial que contenha apenas uma edificação, com base nos dados registrados no Cadif.

Parágrafo único. A isenção tratada no caput deste artigo não se aplica para as unidades autônomas de condomínio tributadas como garagem ou box em edifícios.

Seção III Das Disposições Gerais

Art. 170. Para fins de determinação da alíquota aplicável na incidência do IPTU, será considerado o uso que de fato é dado ao imóvel.

Parágrafo único. No caso de usos mistos de imóvel edificado, prevalecerá o uso não residencial.

Art. 171. Sem prejuízo do disposto no art. 170, serão considerados como edificados, para fins de determinação da alíquota aplicável, os imóveis comerciais utilizados em sua totalidade para atividades econômicas devidamente licenciadas pelo Município na mesma unidade imobiliária.

§ 1º As atividades econômicas deverão estar licenciadas, mediante a expedição do alvará de funcionamento, para a totalidade da área do imóvel que ocupam.

§ 2º A alteração da alíquota do IPTU se dará a requerimento do contribuinte e perdurará pelo prazo em que for configurado o funcionamento das atividades.

§ 3º Qualquer alteração das atividades licenciadas ou do uso do imóvel deverá ser comunicada à Secretaria Municipal de Finanças no prazo de 30 (trinta) dias, contados do ato ou fato que der causa.

CAPÍTULO IV DO IMPOSTO SOBRE A TRANSMISSÃO INTER VIVOS DE BENS IMÓVEIS (ITBI)

Art. 172. A transmissão onerosa de bens imóveis ou dos direitos a eles relativos, inclusive no caso de permuta, bem como a cessão onerosa de direitos relativos à referida transmissão, deverá ser informada ao Município por meio da Guia de Informações para Apuração do ITBI - GIAI.

§ 1º A GIAI deverá ser encaminhada à Secretaria Municipal de Finanças:

I - pelos notários, antes da lavratura do documento de transmissão ou cessão de bens e direitos, quando a referida lavratura for realizada em um dos Cartórios de Notas do município de Palmas;

II - pelos registradores, antes do registro imobiliário, quando o instrumento de transmissão não se originar dos cartórios de notas de Palmas.

§ 2º Os notários preencherão a GIAI de acordo com as informações prestadas pelo adquirente, permutante ou cessionário, assumindo responsabilidade subsidiária.

§ 3º Na ausência de funcionalidade técnica para emissão da GIAI na forma dos §§ 1º e 2º deste artigo, a GIAI será preenchida pela própria Secretaria Municipal de Finanças, mediante requerimento e informações do contribuinte do ITBI.

Art. 173. Recebida a GIAI, a Secretaria Municipal de Finanças adotará as providências necessárias à emissão do DAM para o pagamento do ITBI pelo contribuinte.

§ 1º O DAM será emitido com o prazo para pagamento de 30 (trinta) dias, limitado ao último dia útil do exercício de sua emissão.

§ 2º A GIAI terá o prazo de validade de 6 (seis) meses, limitado ao último dia útil do exercício de sua emissão.

§ 3º Transcorrido o prazo de validade da GIAI sem o pagamento do ITBI e respectiva transcrição imobiliária, deverá ser apresentada nova GIAI.

§ 4º A cobrança do ITBI terá natureza homologatória, exceto:

I - na arrematação ou leilão e na adjudicação de bens imóveis, quando o imposto será calculado considerando como base de cálculo o valor efetivamente pago;

II - quando houver avaliação realizada pela administração fazendária do Município, caso em que o imposto será calculado tendo como base de cálculo o valor efetivamente aferido na avaliação pontual.

Art. 174. O imóvel a ser transmitido sujeita-se à vistoria, prévia ou posterior à transmissão, a critério da Secretaria Municipal de Finanças.

Parágrafo único. Caso a vistoria identifique alterações cadastrais no imóvel que impliquem em alterações do seu valor venal e o ITBI já tenha sido pago, a Secretaria Municipal de Finanças poderá determinar o lançamento da diferença do imposto.

Art. 175. Quando identificada a ocorrência das situações compreendidas na incidência do imposto e não for apresentada a GIAI, a Secretaria Municipal de Finanças poderá realizar a cobrança do ITBI antes da realização do ato ou da lavratura do instrumento público ou particular que configurar a obrigação, determinando a antecipação do pagamento.

Art. 176. Nenhum ato de transmissão inter vivos de bens imóveis ou dos direitos a eles relativos, inclusive no caso de permuta, bem como a cessão de direitos relativos à referida transmissão deverá ser averbado no Cartório de Registro de Imóveis sem a apresentação da GIAI ou da certidão de não incidência do ITBI, sob pena da responsabilização solidária do registrador quanto ao imposto.

Art. 177. A pauta de avaliação dos imóveis rurais, para incidência do ITBI, deverá ser fixada pela Secretaria Municipal de Finanças e não poderá, em qualquer caso, ser inferior ao valor da terra nua indicado para cálculo do Imposto Territorial Rural.

CAPÍTULO V DAS TAXAS

Seção I Das Taxas do Poder de Polícia

Art. 178. São sujeitas ao lançamento de ofício anual, praticado pela Administração Tributária com base nos dados constantes no Cades, as taxas de:

I - funcionamento de estabelecimentos;

II - horário especial de funcionamento;

III - ocupação de solo nas vias e logradouros públicos, para as atividades de caráter permanente;

IV - publicidade e propaganda, para as situações de caráter permanente;

V - vigilância sanitária.

Parágrafo único. As demais taxas serão autolancadas pelo interessado do respectivo licenciamento, cabendo-lhe, sob as penas da lei, prestar todas as informações necessárias para o cálculo, sujeitando-se à posterior homologação pelo Fisco.

Art. 179. A inscrição municipal, regularmente formalizada pelo interessado, pressupõe o exercício das atividades cadastradas, com sujeição às taxas de poder de polícia que lhe são afetas para lançamento de ofício anual.

§ 1º O disposto no caput deste artigo não se aplica quando, comprovadamente, ocorrerem situações que gerem incompatibilidade com o exercício das atividades, tais como:

I - encerramento da inscrição no CNPJ;

II - mudança do estabelecimento ou do domicílio para outro município;

III - decretação de falência.

§ 2º Ocorrendo o previsto no § 1º deste artigo, o cancelamento da cobrança das taxas lançadas de ofício será realizado a partir do exercício seguinte ao da respectiva comprovação.

Seção II Das Taxas de Expediente e Serviços Diversos

Art. 180. As taxas de expediente e serviços diversos serão autolancadas pelo interessado do respectivo licenciamento, cabendo-lhe, sob as penas da lei, prestar todas as informações necessárias para o cálculo, sujeitando-se à homologação.

Parágrafo único. Nenhum ato de expediente ou de serviço poderá ser realizado por servidor municipal sem o pagamento da respectiva taxa, de acordo com as instruções de serviços, sob pena de responsabilização.

Seção III Da Taxa de Coleta de Lixo

Art. 181. O valor anual da Taxa de Coleta de Lixo, para cálculo e lançamento, considerará valores estimados do custo dos serviços à disposição do contribuinte, determinados na legislação tributária.

§ 1º Para fins de cobrança da Taxa de Coleta de Lixo, devem ser consideradas as despesas realizadas com a coleta e remoção do lixo urbano, prestadas pelo Município.

§ 2º O lançamento da Taxa de Coleta de Lixo é condicionado à existência dos serviços prestados aos contribuintes proprietários ou possuidores de bens imóveis, utilizados ou postos a sua disposição.

Art. 182. O órgão municipal responsável pelo controle da coleta do lixo, deverá informar, até 30 de novembro de cada exercício, a relação das rotas de locais de coletas e sua periodicidade semanal.

Seção IV Das Isenções de Caráter Geral

Art. 183. Independe de solicitação do interessado as seguintes isenções de taxas:

I - para os órgãos municipais, estaduais e federais dos poderes executivo, legislativo e judiciário, inclusive suas autarquias e fundações, para as taxas de poder de polícia e as taxas de expediente e serviços diversos;

II - para as emissões de notas fiscais avulsas, quando os tomadores de serviços forem pessoas físicas.

CAPÍTULO VI DA CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA

Art. 184. Para incidência da Contribuição de Melhoria, a comprovação da valorização decorrente de obra pública será realizada pela Administração Municipal:

I - antes do início da realização da obra;

II - no decorrer da realização da obra, quando a parte já executada for suficiente para beneficiar determinados imóveis, de modo a justificar o início da cobrança da contribuição, se for o caso;

III - no final da execução da obra, antes do lançamento do tributo.

**CAPÍTULO VII
DA CONTRIBUIÇÃO PARA O CUSTEIO DO SERVIÇO DE
ILUMINAÇÃO PÚBLICA (COSIP)**

Art. 185. A concessionária responsável pela distribuição de energia elétrica no Tocantins deverá informar os valores da Cosip retidos no município de Palmas, por unidade consumidora, até o dia 20 do mês subsequente ao da arrecadação.

Parágrafo único. Considera-se arrecadada a Cosip constante da fatura de energia elétrica no mês do respectivo vencimento, para fins de informação ao Município, independente do pagamento.

Art. 186. A informação prevista no art. 185 será em meio magnético ou eletrônico e conterá os seguintes dados da unidade consumidora:

- I - número da unidade consumidora;
- II - CPF ou CNPJ do responsável;
- III - nome ou razão social do responsável;
- VI - endereço completo;
- V - classificação residencial ou não residencial;
- VI - consumo em kWh;
- VII - valor da Cosip.

Art. 187. A relação das unidades consumidoras do município de Palmas vinculadas a outras concessionárias será obrigatoriamente informada pela concessionária responsável no Tocantins, por unidade consumidora, até o dia 30 de novembro de cada exercício.

Art. 188. A informação prevista no art. 187 será em meio magnético ou eletrônico e conterá os seguintes dados da unidade consumidora:

- I - número da unidade consumidora;
- II - CPF ou CNPJ do responsável;
- III - nome ou razão social do responsável;
- IV - endereço completo.

**TÍTULO V
DOS DOCUMENTOS FISCAIS**

**CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

Art. 189. Constituem instrumentos obrigatórios do controle fiscal os livros da escrita comercial e outros documentos, previstos pela legislação federal ou estadual, aplicáveis a cada caso, em especial os livros diário e razão.

§ 1º Estão obrigados a manter a escrituração prevista no caput todas os contribuintes inscritos no Cades, inclusive optantes pelo Simples Nacional.

§ 2º A fiscalização exigirá a apresentação dos livros e documentos previstos no caput deste artigo sempre que entender necessário.

§ 3º A Secretaria Municipal de Finanças poderá estabelecer formas de controle, documentos e declarações eletrônicas relativas à fiscalização dos contribuintes.

Art. 190. O ISS decorrente da emissão de NFS-e e da apresentação da DES-IF, assim como de outros instrumentos declaratórios que vierem a ser instituídos pela Secretaria Municipal de Finanças, será considerado autolancado, para todos os efeitos legais.

**CAPÍTULO II
DAS NOTAS FISCAIS DE SERVIÇOS**

**Seção I
Do Cadastro Eletrônico de Contribuintes (CeC)**

Art. 191. As empresas prestadoras de serviços e os profissionais autônomos no município de Palmas, para a emissão das novas NFS-e, deverão solicitar seu cadastramento no Cadastro Eletrônico de Contribuintes (CeC), nos endereços eletrônicos disponibilizados pela Secretaria Municipal de Finanças.

§ 1º Para a efetivação da solicitação de cadastramento no CeC o contribuinte deverá encaminhar à Secretaria Municipal de Finanças, pelos correios, ou pessoalmente, os seguintes documentos:

I - ficha de cadastro devidamente assinada, com firma reconhecida em cartório, pelo sócio ou representante legal ou cópia do documento de identidade com assinatura compatível;

II - cópia do contrato social consolidado (ou contrato social com todas as alterações) ou certidão atualizada emitida pela Junta Comercial do Estado do Tocantins (Jucetins);

III - cópia da carteira profissional do contador, responsável técnico pelo contribuinte;

IV - instrumento de procuração com firma reconhecida, em caso de representante legal.

§ 2º As informações prestadas pelo contribuinte na solicitação de cadastro no CeC são de sua exclusiva responsabilidade, cabendo à autoridade fazendária municipal autorizar ou não o cadastro, por intermédio do sistema de ISS no ambiente web.

§ 3º Aprovado o cadastro pela autoridade fiscal, o sistema de ISS enviará um correio eletrônico automaticamente ao contribuinte, que conterá informações de identificação e senha para acesso via internet.

§ 4º Com a identificação e a senha, os contribuintes poderão acessar o sistema de ISS e consultar, dentre outras informações, a lista de todas as NFS-e, por ele emitidas.

**Seção II
Da Nota Fiscal de Serviços Eletrônica
(NFS-e)**

Art. 192. A Nota Fiscal de Serviços Eletrônica (NFS-e) é o documento fiscal emitido e armazenado eletronicamente em sistema disponibilizado pela Secretaria Municipal de Finanças, de emissão obrigatória pelas pessoas físicas e jurídicas prestadoras de serviços no Município ou com atividade econômica em seu território, com o objetivo de registrar as respectivas operações.

§ 1º A obrigatoriedade de emissão da NFS-e estende-se aos optantes pelo Simples Nacional e pelo Simei.

§ 2º A NFS-e será emitida conforme modelo e elementos constantes no Anexo III deste Regulamento.

Art. 193. Ficam dispensadas da obrigatoriedade de emissão de NFS-e as instituições financeiras e equiparadas, autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen) e as demais pessoas jurídicas obrigadas a utilizar o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (Cosif), sujeitas à utilização da Declaração Eletrônica de Serviços de Instituições Financeiras (DES-IF) na forma do Capítulo III deste Título.

Art. 194. A NFS-e deverá ser emitida pelo prestador de serviços, pessoa jurídica física ou jurídica, ainda que isento ou imune:

- I - no ato da execução dos serviços;
- II - no ato do recebimento de adiantamento ou sinal.

Art. 195. A NFS-e deve ser emitida por meio da internet nos endereços eletrônicos disponibilizados pela Secretaria Municipal de Finanças, mediante a utilização de senha e login, que serão fornecidos aos contribuintes mediante cadastramento prévio.

Parágrafo único. Os tomadores de serviços devem confirmar a autenticidade da NFS-e no endereço eletrônico disponibilizado pela Secretaria Municipal de Finanças, podendo, em caso de falsidades ou inexatidões, serem corresponsáveis pelo crédito tributário, nos termos da lei.

Art. 196. A NFS-e conterá, entre outras, as seguintes informações:

I - itens de verificação e conferência dos dados constantes da nota, pelos tomadores de serviços, que comprovem sua validade e autenticidade;

II - registro automático das retenções obrigatórias dos responsáveis tributários nomeados em lei;

III - registro das retenções de tributos federais sob responsabilidade do tomador.

Art. 197. A NFS-e emitida deverá ser impressa e entregue ao tomador de serviços no ato de sua emissão, podendo também ser enviada por intermédio de correio eletrônico ao tomador de serviços.

Art. 198. O contribuinte, ao emitir a NFS-e, deverá fazê-la para todos os serviços prestados, de forma individualizada, de acordo com sua atividade.

Parágrafo único. O contribuinte, que paralisar temporariamente suas atividades deverá comunicar o fato à Secretaria Municipal de Finanças para suspensão das obrigações acessórias.

Art. 199. A NFS-e conterá a identificação dos serviços em conformidade com os subitens da lista de serviços tributáveis do ISS, acrescida de um item para "outros serviços".

§ 1º Somente poderão ser descritos vários serviços numa mesma NFS-e caso estejam relacionados a um único subitem da lista, de mesma alíquota e para o mesmo tomador de serviço.

§ 2º No caso de locações e de serviços não relacionados na lista de serviços tributáveis do ISS, poderá ser autorizada a emissão da NFS-e pela Administração Tributária, mediante requerimento do interessado, desde que tais serviços não constituam fato gerador do ICMS.

Art. 200. A identificação do tomador de serviços será feita por intermédio do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) ou pelo Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), junto à Secretaria da Receita Federal do Brasil, que será conjugado com a inscrição municipal.

Art. 201. Quando da emissão da NFS-e, o valor do imposto será sempre apurado conforme legislação em vigor, exceto nos seguintes casos:

I - se a natureza da operação for tributada no Município e a exigibilidade estiver suspensa por decisão judicial ou administrativa, ou por regime especial de tributação, sociedade de profissionais ou estimativa, salvo nos casos de estimativa mínima, quando houver;

II - se a operação for tributada fora do Município;

III - se a operação for imune ou isenta, casos em que não será apurado;

IV - se o contribuinte for optante pelo Simples Nacional, caso em que obedecerá a legislação específica;

V - se a redução da base de cálculo por decisão judicial, administrativa ou legislação, com o preenchimento obrigatório da redução no campo "Deduções" da NFS-e.

Art. 202. O valor total dos serviços, retenções, deduções da base de cálculo do ISS, descontos e casos de suspensão da exigibilidade do crédito tributário será informado e calculado pelo próprio contribuinte, sendo de sua exclusiva responsabilidade a correta descrição destas informações.

Parágrafo único. Será admitida a emissão de NFS-e com base de cálculo com valor zero, no caso da aplicação de descontos incondicionais, tais como bolsas de estudo.

Art. 203. Para realizar a emissão da NFS-e é obrigatório informar a natureza da operação, a saber:

I - tributada no Município;

II - tributada fora do Município;

III - imune;

IV - isenta;

V - exigibilidade suspensa por decisão judicial;

VI - exigibilidade suspensa por procedimento administrativo.

Seção III

Da Nota Fiscal de Serviços Eletrônica Avulsa

Art. 204. A Nota Fiscal de Serviços Eletrônica Avulsa (NFS-e Avulsa) destina-se exclusivamente aos prestadores de serviços pessoa física, eventuais ou inscritos no Cades como profissionais autônomos, sendo o documento fiscal a ser utilizado para especificação de serviços e respectivos preços.

§ 1º A NFS-e Avulsa deverá ser solicitada pelo contribuinte ou seu procurador, de forma presencial ou remotamente via internet, à Secretaria Municipal de Finanças, que terá a responsabilidade de disponibilizá-la.

§ 2º A NFS-e Avulsa conterá as mesmas informações e funcionalidades da NFS-e.

Art. 205. A emissão da NFS-e Avulsa fica condicionada ao prévio recolhimento do ISS referente ao serviço que constará na nota fiscal, observando-se as alíquotas e demais definições contidas na legislação em vigor, relativas às operações realizadas, sem prejuízo da cobrança da taxa de emissão.

Parágrafo único. Não se aplica o prévio recolhimento do ISS para obtenção da NFS-e Avulsa em relação aos contribuintes sujeitos ao recolhimento do imposto por alíquota fixa, inclusive microempreendedores individuais, ou regime de estimativa.

Art. 206. Não será considerado prestador de serviço eventual, aquele que, não inscrito no Cadastro de Atividades do Município, habitualmente solicitar NFS-e Avulsa, cuja descaracterização será analisada pela Administração Fazendária Municipal.

Seção IV

Do Recibo Provisório de Serviços (RPS)

Art. 207. O Recibo Provisório de Serviços (RPS) é o documento a ser utilizado pelo contribuinte em caso de contingência, no eventual impedimento da emissão online da NFS-e, devendo ser substituído por esta na forma e prazo definidos nesta Seção.

§ 1º O RPS somente poderá ser feito em formato eletrônico, inclusive com registro em modo off-line através de aplicativo próprio disponibilizado pelo Município, para a emissão posterior da nota eletrônica assim que a conexão à internet seja restabelecida.

§ 2º O RPS em formato eletrônico, será convertido em NFS-e e o sistema enviará automaticamente um correio eletrônico ao tomador de serviços indicando a emissão da NFS-e, sendo obrigatório informar o correio eletrônico do tomador de serviço quando da emissão do RPS neste formato.

§ 3º Os contribuintes poderão utilizar sistemas próprios de emissão de RPS, e poderão enviar eletronicamente os arquivos com lotes de RPS através de uma aplicação local instalada em seus computadores que seja compatível com o Manual de Integração da Abrasf, segundo as especificações divulgadas pela Secretaria Municipal de Finanças.

Art. 208. O RPS eletrônico gerado em aplicativo próprio será numerado, obrigatoriamente, em ordem crescente sequencial por série, e quando impresso e entregue ao tomador do serviço, deverá constar a seguinte mensagem:

"Este Recibo Provisório de Serviços - RPS - NÃO TEM VALIDADE COMO NOTA FISCAL devendo ser convertido em NOTA FISCAL ELETRÔNICA até o 10º dia subsequente a sua emissão, não podendo ultrapassar o dia 5º (quinto) dia do mês seguinte ao da prestação do serviço. Você, TOMADOR DE SERVIÇOS, também é responsável pelo cumprimento desta obrigação. Informe seu e-mail para receber automaticamente a NOTA FISCAL ELETRÔNICA no momento em que foi gerada".

Art. 209. O RPS deverá conter todos os dados que permitam a sua conversão em NFS-e e seguirá o modelo determinado pela Secretaria Municipal de Finanças.

Art. 210. O contribuinte que fizer uso da emissão do RPS em formato eletrônico deverá manter os arquivos eletrônicos à disposição do Fisco pelo prazo decadencial.

Art. 211. O RPS deverá ser substituído pela NFS-e até o 10º (décimo) dia subsequente ao de sua emissão, não podendo ultrapassar o 5º (quinto) dia do mês seguinte ao da prestação do serviço.

Parágrafo único. O prazo previsto no caput deste artigo inicia-se no dia seguinte ao da emissão do RPS, não podendo ser prorrogado, ainda que o vencimento ocorra em dia não útil.

Art. 212. Ainda que fora do prazo, o RPS deverá ser convertido em NFS-e, independentemente da penalidade prevista na legislação.

Parágrafo único. A não conversão do RPS em NFS-e será considerada como não emissão de nota fiscal e sujeita às sanções legais.

Art. 213. A funcionalidade de recepção e processamento em lotes de RPS realizará a validação estrutural e de negócio de seus dados, processará os RPS e, considerando-se válido o lote, gerará as NFS-e, uma para cada RPS emitido.

§ 1º A funcionalidade a que se refere o caput deste artigo deverá ser solicitada à Secretaria Municipal de Finanças que, a seu critério, poderá deferir-la ao contribuinte.

§ 2º Caso algum RPS do lote contenha informação considerada inválida, todo o lote será invalidado e as suas informações não serão armazenadas na base de dados da Secretaria Municipal de Finanças.

§ 3º É de responsabilidade do contribuinte a verificação de que o lote foi processado corretamente e, no caso de não processamento do lote, o contribuinte deverá realizar os ajustes necessários e submeter novamente o lote para processamento, sem prejuízo dos prazos estabelecidos no art. 211 e, até que o arquivo seja retificado, considera-se que o lote de RPS não foi enviado.

Seção V

Do Recolhimento do ISS pela Emissão de NFS-e

Art. 214. O recolhimento do ISS decorrente da emissão de NFS-e deverá ser feito exclusivamente por meio de DAM, nos prazos determinados no Calendário Fiscal.

§ 1º O disposto no caput deste artigo não se aplica aos microempreendedores individuais optantes pelo Simei ou às microempresas e empresas de pequeno porte, optantes pelo Simples Nacional, estabelecidos no município de Palmas, salvo disposição em contrário da legislação específica.

§ 2º O sistema permitirá, sem prejuízo do vencimento do imposto disposto no caput deste artigo, a possibilidade do contribuinte ou tomador responsável pelo pagamento do imposto emitir o DAM por nota ou por grupo de NFS-e.

Art. 215. Os responsáveis tributários por retenção são responsáveis pelo pagamento do ISS quando tomarem serviços de empresas sediadas ou não neste Município.

Art. 216. A falta de recolhimento do ISS retido pelo tomador no prazo constitui apropriação indébita, sujeitando-se o infrator à competente ação penal, sem prejuízo das penalidades previstas na legislação tributária.

Art. 217. A opção do prestador do serviço pelo regime do Simples Nacional não dispensa o tomador do serviço de proceder à retenção e recolhimento do ISS e a emissão pelo contribuinte prestador da NFS-e, exceto os contribuintes sujeitos à tributação do ISS do Simples Nacional por valores fixos mensais.

§ 1º A retenção e recolhimento do ISS dos contribuintes optantes pelo Simples Nacional deve observar a alíquota indicada na Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006, informada pelo emissor da NFS-e.

§ 2º As microempresas e empresas de pequeno porte optantes pelo Simples Nacional, quando prestarem serviços e não tiverem seu imposto retido, devem recolher o ISS com base na receita bruta, conforme determina a Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e resoluções do CGSN, por meio do Programa Gerador do Documento de Arrecadação do Simples Nacional Declaratório (PGDAS-D).

§ 3º O microempreendedor que optar pelo Simei deve efetuar o recolhimento mensalmente, conforme determina a Lei Complementar Federal nº 128, de 19 de dezembro de 2008, e resoluções do CGSN, por meio do Programa Gerador do Microempresário Individual (PGMEI).

Seção VI

Do Cadastro Simplificado de Contribuintes Não Estabelecidos (CNES)

Art. 218. Ficam sujeitos ao Cadastro Simplificado de Contribuintes Não Estabelecidos (CNES) os prestadores de serviços que emitem nota fiscal ou outro documento fiscal equivalente, autorizado por outro município ou pelo Distrito Federal, para tomadores estabelecidos no município de Palmas, referente aos serviços descritos nos itens 1, 2, 3 (exceto o subitem 3.04), 4 a 6, 8 a 10, 13 a 15, 17 (exceto os subitens 17.05 e 17.09), 18, 19 e 21 a 40, bem como nos subitens 7.01, 7.03, 7.06, 7.07, 7.08, 7.13, 7.18, 7.19, 7.20, 11.03 e 12.13, todos constantes da lista de serviços tributáveis do ISS.

Art. 219. O CNES será realizado utilizando-se o CeC previsto no art. 191, com o encaminhamento, via e-mail ou no formato eletrônico (escaneados em formato pdf), do disposto a seguir:

I - ficha cadastral devidamente assinada pelo representante legal, com firma reconhecida;

II - cópia do contrato social consolidado (o contrato social com todas as alterações);

III - cópia do alvará de funcionamento ou documento equivalente, emitido pelo município de origem, ou legislação referente à sua dispensa;

IV - cópia do comprovante de endereço em nome do prestador de serviços (conta de água ou energia elétrica), sendo que, caso o imóvel seja locado, será necessário apresentar também cópia do contrato de locação legalmente firmado.

§ 1º Ocorrendo a aprovação do CNES pela autoridade fiscal, o sistema de ISS enviará e-mail automaticamente ao contribuinte contendo informações de identificação e senha para acesso via internet.

§ 2º Caso o CNES não tenha sido aprovado pela autoridade fazendária, o e-mail conterá o motivo apontado pela autoridade fazendária para que sejam sanadas as irregularidades, com o reencaminhamento da solicitação.

§ 3º Caso o prestador dos serviços indicados no art. 218 não tenha realizado o CNES, o imposto será automaticamente gerado para o tomador do serviço como retenção tributária, nos termos da legislação.

Seção VII

Do Registro Auxiliar de Nota Fiscal de Serviço (Ranfs)

Art. 220. O Registro Auxiliar de Nota Fiscal de Serviço (Ranfs), documento emitido no endereço eletrônico do Portal da Prefeitura de Palmas em que constará todas as informações relativas a uma nota fiscal, deverá ser exigido pelas pessoas jurídicas de direito público ou privado estabelecidas nesta municipalidade sempre que contratarem serviços de prestadores sediados fora deste Município.

§ 1º O Ranfs somente deverá ser exigido dos prestadores de serviço estabelecidos fora deste Município quando os serviços forem executados dentro do território de Palmas.

§ 2º Somente prestadores de serviços sediados fora do Município podem emitir o Ranfs, devendo fazê-lo a cada serviço prestado a tomador sediado nesta municipalidade, por meio de prévio cadastro na página eletrônica do Portal da Prefeitura de Palmas.

§ 3º O cadastro prévio previsto no § 2º deste artigo será por meio do CeC previsto no art. 191, observadas, quando for o caso, as regras para cadastramento simplificado determinadas no art. 219.

§ 4º Caso o prestador de serviço estabelecido fora deste Município não realize a emissão do Ranfs, cabe ao tomador fazê-lo.

Art. 221. Quando a nota fiscal de serviços for autorizada por outro ente federativo, o tomador dos serviços deverá anexar o Ranfs emitido diretamente da página eletrônica do Portal da Prefeitura de Palmas à nota fiscal, emitida pelo prestador estabelecido fora do Município, relativa aos serviços tomados.

Art. 222. Os tomadores de serviços deverão:

I - acessar a página eletrônica do Portal da Prefeitura de Palmas mediante login e senha, após prévio cadastro;

II - conferir no Ranfs todos os dados registrados pelo prestador de fora com os dados da nota fiscal de origem;

III - aceitar ou rejeitar o Ranfs.

§ 1º A aceitação ou rejeição do Ranfs deverá ser feita até o dia 5 (cinco) do mês seguinte à sua emissão.

§ 2º Caso o tomador do serviço não se manifeste expressamente sobre o Ranfs emitido pelo prestador até 30 (trinta) após o prazo disposto no §1º, será considerado aceito tacitamente, podendo ser lançado o ISS para o tomador, com multa e juros, se for o caso.

Art. 223. Caberá ao prestador de serviço sediado fora deste Município realizar as devidas correções quando o Ranfs for rejeitado pelo tomador e submeter a versão corrigida para nova aprovação.

Art. 224. Na hipótese de cancelamento do serviço prestado, o prestador de serviços poderá excluir o Ranfs, devendo o tomador, em caso de solicitação de esclarecimentos pelo Fisco Municipal, comprovar o cancelamento por meio de documentos idôneos.

Seção VIII

Da Substituição e do Cancelamento de NFS-e

Art. 225. A substituição ou o pedido de cancelamento de NFS-e somente poderão ser feitos por meio do sistema no prazo de até 180 (cento e oitenta) dias após a data de sua emissão.

§ 1º A substituição ou o cancelamento de NFS-e somente será possível quando a NFS-e a ser substituída contiver CPF ou CNPJ e correio eletrônico válido (e-mail) do tomador de serviços.

§ 2º Caso a substituição ou o cancelamento de NFS-e ocorra antes do pagamento do DAM correspondente, o contribuinte deverá acessar o sistema e realizar nova impressão para pagamento.

§ 3º Caso a substituição ou o cancelamento da NFS-e venha ocorrer após o pagamento do DAM, o contribuinte poderá solicitar a restituição, quando aplicável.

§ 4º A substituição ou o cancelamento de NFS-e poderão ser revistos pela Administração Tributária, inclusive em ação fiscal.

§ 5º O emitente deverá preferir, sempre que possível, a substituição de NFS-e ao seu cancelamento.

Art. 226. A substituição de NFS-e poderá ser efetuada quando houver a necessidade de correção ou alteração de informações no documento fiscal, exceto quanto:

I - à competência;

II - ao tomador de serviços.

Parágrafo único. Quando houver substituição de NFS-e de forma sucessiva, o prazo previsto no caput do art. 225 será contado em relação à data de emissão da primeira nota substituída.

Art. 227. O cancelamento de NFS-e poderá ser requerido pelo contribuinte, via sistema, quando ocorrer um dos seguintes motivos:

I - inexecução dos serviços;

II - divergência do tomador;

III - duplicidade de emissão para o mesmo fato gerador do serviço;

IV - competência incorreta.

§ 1º No cancelamento de NFS-e por inexecução dos serviços, o prestador dos serviços deverá apresentar declaração, assinada pelo tomador, acerca do fato, contendo a respectiva justificativa.

§ 2º No cancelamento de NFS-e por divergência do tomador, o prestador de serviços deverá informar a NFS-e que foi emitida com o tomador correto para o mesmo serviço, e apresentar declaração, assinada pelo tomador incorreto, confirmando a inexecução dos serviços.

§ 3º No cancelamento de NFS-e por duplicidade de emissão para o mesmo fato gerador do serviço, o prestador deverá informar a NFS-e emitida incorretamente e apresentar declaração, assinada pelo tomador, que confirme a duplicidade da emissão do documento para o mesmo serviço.

§ 4º No cancelamento de NFS-e pela emissão em competência incorreta, o prestador deverá apresentar a nova NFS-e emitida na competência correta e apresentar declaração, assinada pelo tomador, que confirme a necessidade de alteração da competência.

§ 5º As declarações indicadas nos §§ 1º, 2º, 3º e 4º deste artigo deverão ser emitidas:

I - se empresa, em papel timbrado e com assinatura do representante legal, com reconhecimento em cartório da firma da pessoa jurídica;

II - se pessoa física, com sua assinatura reconhecida em cartório;

III - se órgão público, inclusive autarquias e fundações públicas, em papel timbrado com assinatura do titular, acompanhada de cópia do documento de identidade.

§ 6º Havendo ou não o pagamento do ISS, o cancelamento de uma NFS-e dependerá da análise prévia da Administração Tributária, que poderá, inclusive, solicitar outros meios de prova para seu convencimento.

§ 7º A NFS-e com solicitação de cancelamento continuará válida no sistema até a aprovação da Administração Tributária.

§ 8º O cancelamento de uma NFS-e será irreversível.

Seção IX

Do Arquivamento Das NFS-e pelo Emitente

Art. 228. Todos os contribuintes emitentes de NFS-e devem manter guardados arquivos das notas emitidas, canceladas e substituídas, em formato XML assinado digitalmente pela Secretaria Municipal de Finanças, baixado diretamente do sistema de gestão do ISS disponibilizado.

Parágrafo único. O arquivo XML deve ser arquivado pelo prazo decadencial e apresentado à fiscalização sempre que solicitado pelo Fisco.

Seção X

Dos Regimes Especiais para Emissão de NFS-e

Art. 229. São considerados regimes especiais para emissão de NFS-e:

I - a permissão para os delegatários cartorários, notariais e de registro, que prestam os serviços descritos no item 21.01 da lista de serviços tributáveis do ISS emitirem, obrigatoriamente e independente de autorização prévia, uma NFS-e por mês, até o terceiro dia do mês seguinte à ocorrência dos fatos geradores;

II - a autorização para emissão de NFS-e sem identificação do tomador do serviço, conforme a atividade e volume de serviços prestados pelo contribuinte, mediante requerimento do interessado ou de ofício;

III - a permissão para os prestadores que realizem atividades de diversão, lazer, entretenimento, feiras, exposições, congressos, palestras, conferências, seminários e congêneres, mediante a cobrança de ingresso ou qualquer outro meio de controle de acesso aos eventos, emitirem uma NFS-e por evento.

Art. 230. Os contribuintes, em especial aqueles com volume elevado de emissão de NFS-e, deverão adotar a emissão de RPS, nos termos da Seção IV deste Capítulo.

CAPÍTULO III DA DECLARAÇÃO ELETRÔNICA DE SERVIÇOS DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS (DES-IF)

Art. 231. Fica estabelecida a Declaração Eletrônica de Serviços de Instituições Financeiras (DES-IF), através de sistema informatizado destinado a validar, assinar e transmitir arquivos, com o objetivo de registrar as operações e a apuração do ISS, de utilização obrigatória pelas instituições financeiras e equiparadas, autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen), e as demais pessoas jurídicas obrigadas a utilizar o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (Cosif).

Parágrafo único. A DES-IF fica estabelecida conforme o modelo conceitual definido pela Associação Brasileira das Secretarias de Finanças das Capitais (Abrasf), resguardado ao Fisco Municipal promover as adequações que entender necessárias para atendimento das normas e preceitos da legislação do Município.

Art. 232. As instituições financeiras e equiparadas, autorizadas a funcionar pelo Bacen, e as demais pessoas jurídicas obrigadas a utilizar o Cosif ficam obrigadas à apresentação da DES-IF, nos termos previstos neste Capítulo, que consiste em:

I - geração da DES-IF na periodicidade prevista;

II - entrega da DES-IF ao Fisco na forma e prazo estabelecido;

III - guarda da DES-IF, juntamente com o protocolo de entrega em meio digital, pelo prazo estabelecido.

§ 1º Estão também sujeitas à apresentação da DES-IF as pessoas jurídicas a que se refere o caput deste artigo, estabelecidas no Município por meio de agência, posto de atendimento, unidade econômica ou profissional, ainda que a escrituração ou contabilização das receitas provenientes dos serviços seja promovida em território distinto de onde os serviços são prestados.

§ 2º A geração, transmissão, validação e certificação digital da DES-IF, será feita por meio de sistemas informatizados, disponibilizados aos contribuintes para a importação de arquivos que compõem as bases de dados da instituição financeira e equiparadas.

§ 3º A validade jurídica da DES-IF é assegurada pela certificação e assinatura digital no padrão da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileiras (ICP Brasil), garantindo segurança, não repúdio e integridade das informações declaradas ao Fisco.

Art. 233. A DES-IF é um documento fiscal exclusivamente digital, constituído dos seguintes módulos:

I - Módulo 1 - Demonstrativo Contábil, que deverá ser entregue anualmente ao Fisco até o dia 5 (cinco) do mês de julho do ano seguinte ao ano de competência dos dados declarados, contendo:

- a) os balancetes analíticos mensais;
- b) o demonstrativo de rateio de resultados internos;

II - Módulo 2 - Apuração Mensal do ISS, que deverá ser gerado mensalmente e entregue ao Fisco até o dia 5 (cinco) do mês seguinte ao de competência dos dados declarados, contendo:

a) o demonstrativo da apuração da receita tributável e do ISS mensal devido por subtítulo;

b) o demonstrativo do ISS mensal a recolher;

c) a informação, se for o caso, de ausência de movimento, por dependência ou por instituição;

III - Módulo 3 - Informações Comuns ao Município, que deverá ser entregue anualmente ao Fisco até o dia 5 (cinco) do mês de fevereiro do ano seguinte ao ano de competência dos dados declarados ou por ocasião das alterações surgidas, contendo:

a) o Plano Geral de Contas Comentado (PGCC);

b) a tabela de tarifas de serviços da instituição;

c) a tabela de identificação de serviços de remuneração variável;

IV - Módulo 4 - Demonstrativo das Partidas dos Lançamentos Contábeis, que deverá ser gerado anualmente até o dia 5 (cinco) do mês de julho do ano seguinte ao de competência dos dados declarados ou por solicitação do Fisco, contendo as informações das partidas dos lançamentos contábeis.

§ 1º O Fisco Municipal reserva o direito de solicitar estes e outros dados e informações, com prazos diversos dos previstos nos incisos do caput deste artigo, sempre que entender ser necessário para verificação de conformidade na homologação do ISS.

§ 2º Os contribuintes que não cumprirem as obrigações previstas neste artigo, bem como se as fizerem fora dos prazos estabelecidos, ficarão sujeitos às penalidades previstas na legislação tributária municipal.

§ 3º A Secretaria Municipal de Finanças disciplinará, por meio de ato normativo próprio, a geração, estrutura de dados, entrega e guarda da DES-IF.

Art. 234. O ISS devido em cada competência deverá ser recolhido dentro dos prazos estabelecidos, independentemente da entrega da DES-IF.

Art. 235. Os sujeitos passivos previstos neste Capítulo ficam obrigados a entregar declaração retificadora de informações escrituradas em declaração, já transmitida, no caso de erro ou omissões e sempre que substituídas declarações encaminhadas ao Bacen, cujos dados tenham sido objeto de encaminhamento anterior ao Fisco, devendo o declarante gerar e enviar, em substituição à anterior, uma nova declaração, até o último dia do mês seguinte ao mês previsto para transmissão da declaração original.

Parágrafo único. A retificação de dados ou informações constantes da DES-IF feita fora do prazo previsto não ilide o declarante da aplicação da penalidade prevista na legislação, sendo vedada a retificação se iniciado qualquer procedimento de auditoria fiscal relacionada à verificação ou apuração do imposto devido.

Art. 236. As pessoas jurídicas sujeitas à DES-IF ficam dispensadas da elaboração, preenchimento e entrega de qualquer outro documento com fins de declarar informações inerentes a serviços prestados, manual ou eletrônico, exceto outros exigidos mediante intimação fiscal.

CAPÍTULO IV DA DECLARAÇÃO PARA ESTIMATIVA FISCAL (DEF)

Art. 237. A Declaração para Estimativa Fiscal (DEF) será fornecida pelo contribuinte quando se tornar necessária a apuração da base de cálculo para fixação do regime de estimativa fiscal.

§ 1º A DEF deverá ser preenchida:

I - pelo próprio contribuinte ou seu contador;

II - pelo Fisco, com base nas informações prestadas ou colhidas.

§ 2º A Secretaria Municipal de Finanças estabelecerá o modelo da DEF.

Art. 238. A DEF terá periodicidade anual, quando outro prazo não for fixado pela Secretaria Municipal de Finanças.

Parágrafo único. No caso de o contribuinte ser estimado com base na DEF, esta deverá ser reapresentada periodicamente, até 30 (trinta) dias antes do vencimento do prazo fixado para a estimativa.

TÍTULO VI DA ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA

CAPÍTULO I DO LANÇAMENTO

Art. 239. O crédito tributário será constituído:

I - pela notificação de lançamento, para:

a) lançamento anual de ofício de tributos, inclusive decorrentes da sujeição de alíquota fixa ou estimativa fiscal;

b) lançamento de diferenças de tributos anteriormente lançados pela mesma forma, quando não caiba aplicação de multa de caráter punitivo, inclusive em decorrência de ação fiscal;

c) lançamento de multas originárias do descumprimento de obrigações acessórias, apuradas pela Administração Tributária sem ação fiscal;

II - pelo auto de infração, em decorrência de ação fiscal, nos casos em que haja infração à legislação tributária que motive o lançamento de tributos com a aplicação de multa de caráter punitivo ou de multas por descumprimento de obrigações acessórias;

III - pelo autolancamento realizado pelo contribuinte, sujeito a homologação, por intermédio da emissão da NFS-e, DES-IF, GIAL ou outro instrumento instituído na legislação tributária, ou por qualquer outro meio formal, referente a valor de tributo a pagar, dispensando-se, para esse efeito, a notificação de lançamento emitida pela Administração Tributária.

§ 1º Para os efeitos do disposto no inciso III do caput deste artigo, o crédito considera-se constituído na data da efetivação da informação prestada ou na data prevista para seu pagamento, conforme a que ocorrer por último.

§ 2º Na ação fiscal, a cobrança de diferenças de tributos lançados anualmente de ofício será realizada por auto de infração, no caso da constatação de fraude, dolo ou simulação.

§ 3º A Secretaria Municipal de Finanças definirá, em cada caso, os modelos relativos aos documentos formalizadores do lançamento do crédito tributário.

Art. 240. A Administração Tributária utilizará, dentre outros meios, a Notificação para Recolhimento (NR), para realizar a cobrança administrativa de créditos tributários já constituídos ou denunciados pelo sujeito passivo.

CAPÍTULO II DA FISCALIZAÇÃO E DAS AUTORIDADES FISCAIS

Art. 241. Compete à Fazenda Pública Municipal todas as funções referentes a cadastramento, lançamento, cobrança, recolhimento e fiscalização dos tributos municipais, bem como a aplicação de sanções por infração à legislação tributária do Município e de medidas de prevenção e repressão a fraudes

Parágrafo único. A fiscalização será extensiva às pessoas naturais ou jurídicas, contribuintes ou não, inclusive às que gozem de imunidade tributária ou isenção.

Art. 242. Ficam os órgãos e entidades da administração pública do Município obrigados a prestar, no prazo de 5 (cinco) dias, as informações requeridas pela Administração Tributária.

Art. 243. Compete à Secretaria Municipal de Finanças orientar, em todo o Município, a aplicação das leis tributárias, dar-lhes interpretação, dirimir as dúvidas e omissões e expedir atos normativos, regulamentos, resoluções, ordem de serviços e as demais atribuições de esclarecimento dos atos decorrentes dessas atividades.

Parágrafo único. Sem prejuízo da estrita aplicação da legislação tributária e do desempenho de suas atividades, os servidores encarregados da fiscalização de tributos têm o dever de assistir aos contribuintes da obrigação tributária, orientando-os sobre a correta aplicação da legislação tributária municipal.

Art. 244. O exame de livros e documentos fiscais ou contábeis, e demais diligências da fiscalização, poderão ser repetidos, em relação ao mesmo fato ou período, enquanto permanecer o direito de proceder ao lançamento do tributo ou à aplicação da penalidade.

Art. 245. Sem prejuízo do disposto na legislação civil e criminal, é vedada a divulgação, por parte dos agentes públicos municipais, de informações obtidas em razão dos seus ofícios, sobre a situação econômica ou financeira do sujeito passivo ou de terceiros e sobre a natureza e o estado de seus negócios ou atividades.

§ 1º Excetuam-se do disposto no caput deste artigo:

I - requisição de autoridade judiciária;

II - solicitação de autoridade administrativa, no interesse da Administração Pública, desde que seja comprovada a instauração regular de processo administrativo, com objetivo de investigar o contribuinte a que se refere essa informação, por prática de infração administrativa;

III - prestação mútua de assistência para fiscalização e permuta de informações, entre o Município e a União, Estados e outros Municípios, prevista em lei ou convênio.

§ 2º Não é vedada a divulgação de informações relativas a:

I - representações fiscais para fins penais;

II - inscrições em dívida ativa;

III - parcelamento ou moratória.

Art. 246. A recusa ou impedimento ao exercício da fiscalização, por qualquer meio, importa em embaraço ao procedimento fiscal, sujeitando o infrator às penalidades cabíveis.

Parágrafo único. Em caso de embaraço ou desacato no exercício da função, a autoridade fiscal poderá requisitar auxílio de força policial.

Art. 247. Autoridades fiscais são as que possuem competência, atribuições e circunscrição estabelecidos em lei, regulamento ou regimento.

Art. 248. O agente fiscal que, em função do cargo executivo, tendo conhecimento de infração da legislação tributária, deixar de lavrar e encaminhar o auto competente, ou o servidor que da mesma forma, deixar de lavrar a representação, será responsável pecuniariamente pelo prejuízo causado à Fazenda Pública Municipal.

§ 1º Igualmente responsável será a autoridade ou servidor que:

I - deixar de dar andamento aos processos administrativos tributários-contenciosos ou versem sobre consulta ou reclamação contra lançamento, inclusive quando o fizer fora dos prazos estabelecidos ou mandar arquivá-los antes de concluídos e sem causa justificada e não fundamentado o despacho na legislação vigente à época da determinação do arquivamento;

II - der causa à prescrição ou decadência de tributos municipais.

§ 2º A responsabilidade tratada no caput e no § 1º deste artigo é pessoal e independe do cargo ou função exercida, sem prejuízo de outras sanções administrativas e penais cabíveis à espécie.

§ 3º Não será de responsabilidade do servidor a omissão que praticar em razão de ordem superior, devidamente provada, ou quando não apurar infração em face das limitações das tarefas que lhe tenham sido atribuídas pelo seu chefe imediato, inclusive quando não forem exibidos, pelo sujeito passivo, os livros ou documentos fiscais exigidos.

CAPÍTULO III DO MONITORAMENTO FISCAL

Art. 249. A Administração Tributária adotará procedimentos de monitoramento fiscal de sujeitos passivos com vista a otimizar o cumprimento espontâneo das obrigações tributárias e a promover a eficiência da arrecadação tributária.

Art. 250. A atividade de monitoramento fiscal poderá ser realizada, de modo permanente ou temporário, por atividades, por grupo de sujeitos passivos ou por sujeito passivo específico, que por sua relevância para a arrecadação tributária mereça tratamento especial.

§ 1º O planejamento e a seleção dos sujeitos passivos a serem monitorados serão determinados com base em critérios técnicos definidos pela Administração Tributária.

§ 2º Para fins de comparação do cumprimento das obrigações tributárias, a Administração Tributária deverá estabelecer indicadores econômicos e/ou fiscais a serem observados na realização dos procedimentos de monitoramento fiscal.

Art. 251. O procedimento de monitoramento será realizado pelos Auditores do Tesouro Municipal, mediante prévia e especial designação, devendo ser desenvolvido no prazo e na forma estabelecida no respectivo ato.

Parágrafo único. O contribuinte ou responsável tributário sujeito a procedimento de monitoramento fiscal será notificado do fato, no prazo de até 10 (dez) dias, contado da sua inclusão no procedimento fiscal.

Art. 252. No monitoramento fiscal, os agentes designados poderão acionar os sujeitos passivos por meio da realização de ligações telefônicas, do envio de e-mail, do envio de comunicados, inclusive para domicílio eletrônico, da realização de diligências e da expedição e envio de termo para intimar o sujeito passivo a sanar a irregularidade verificada, a adotar providências ou para obter informações de terceiros com vista a confirmar os dados dos sujeitos passivos monitorados.

Art. 253. O monitoramento fiscal compreenderá, preferencialmente, o período correspondente ao exercício fiscal em curso, sem prejuízo da cobrança de obrigações vencidas referentes a exercícios anteriores.

Parágrafo único. Quando o monitoramento se referir a exercícios anteriores ao da designação, estes devem ser obrigatoriamente mencionados no ato designatório.

Art. 254. Os procedimentos básicos da atividade de monitoramento fiscal, sem prejuízo da análise de outros dados, elementos e fatos econômico-financeiros, são os seguintes:

I - análise de dados cadastrais dos sujeitos passivos constantes no Cades, nos sistemas corporativos mantidos pela Secretaria Municipal de Finanças, bem como em outros à disposição da Administração Tributária, como cadastro no CNPJ, Simples Nacional, Simei ou outros;

II - análise do cumprimento das obrigações acessórias relativas à emissão de nota fiscal de serviços e da entrega de declarações fiscais, previstas na legislação tributária, quanto à tempestividade e à completude e exatidão das informações prestadas;

III - análise do desempenho da arrecadação individual do sujeito passivo e setorial, comparando-os com os indicadores e metas estabelecidas;

IV - cobrança dos impostos declarados e não recolhidos;

V - cobrança do cumprimento das obrigações acessórias relativas aos cadastros tributários, à emissão de documento fiscal tempestivo e para todos os serviços prestados, nas datas corretas e com as informações exigidas e outras obrigações previstas na legislação;

VI - circularização para confirmação da certeza e da natureza das operações de prestações de serviços realizadas pelo sujeito passivo monitorado;

VII - confronto das informações fornecidas pelos sujeitos passivos com as informações obtidas junto ao Simples Nacional, outros Fiscos e a terceiros;

VIII - verificação do cumprimento das exigências previstas em regimes especiais de cumprimento de obrigações tributárias;

IX - verificação do uso indevido de benefícios fiscais ou de regime de tributação;

X - outros procedimentos determinados pela Administração Tributária.

Art. 255. No curso da atividade de monitoramento, na hipótese de ser constatado o descumprimento da obrigação tributária, principal ou acessória, o responsável pela atividade deverá emitir intimação para o sujeito passivo a sanar a obrigação, no prazo de até 10 (dez) dias.

§ 1º O disposto no caput deste artigo não se aplica nas seguintes hipóteses, cuja infração deverá ser comunicada imediatamente à Administração Tributária, para fins de sujeição a fiscalização:

I - reincidência reiterada na infração;

II - supressão ou redução de tributo mediante dolo, fraude ou simulação.

§ 2º Na ocorrência do disposto no § 1º deste artigo, deverá ser designado procedimento de auditoria fiscal para apurar e constituir os créditos tributários devidos e aplicar as sanções fiscais pertinentes.

Art. 256. A critério da Administração Tributária, o período sujeito a monitoramento fiscal poderá ser objeto de uma nova ação fiscal para fins de constituição dos créditos tributários devidos.

Art. 257. O auditor designado para atividade de monitoramento fiscal deverá apresentar, até o 3º (terceiro) dia útil do mês subsequente, relatório mensal das atividades e providências realizadas em relação a cada sujeito passivo alvo do monitoramento, no formato determinado pela Administração Tributária.

Art. 258. O procedimento de monitoramento fiscal relativo ao ISS não homologa o imposto declarado ou recolhido pelo sujeito passivo, referente ao período objeto do monitoramento.

CAPÍTULO IV DA PRESTAÇÃO DE INFORMAÇÕES SIGILOGAS PELAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS AO FISCO MUNICIPAL

Art. 259. Este Capítulo regula, nos termos do art. 6º da Lei Complementar Federal nº 105, de 10 de janeiro de 2001, sobre a requisição, acesso e uso, pela Secretaria Municipal de Finanças e seus agentes, de informações referentes a operações e serviços das instituições financeiras e das entidades a elas equiparadas, em conformidade com o art. 1º, §§ 1º e 2º, da mencionada lei, bem como estabelece procedimentos para preservar o sigilo das informações obtidas.

Art. 260. Consideram-se operações e serviços das instituições financeiras, para os efeitos deste Capítulo:

I - depósitos à vista e a prazo, inclusive em conta de poupança;

II - pagamentos efetuados em moeda corrente ou em cheques;

III - emissão de ordens de crédito ou documentos assemelhados;

IV - resgates em contas de depósitos à vista ou a prazo, inclusive de poupança;

V - contratos de mútuo;

VI - descontos de duplicatas, notas promissórias e outros títulos de crédito;

VII - aquisições e vendas de títulos de renda fixa ou variável;

VIII - aplicações em fundos de investimentos;

IX - aquisições de moeda estrangeira;

X - conversões de moeda estrangeira em nacional;

XI - transferências de moeda e outros valores para o exterior;

XII - operações com ouro, ativo financeiro;

XIII - operações com cartão de crédito;

XIV - operações de arrendamento mercantil;

XV - quaisquer outras operações de natureza semelhante que venham a ser autorizadas pelo Banco Central do Brasil, Comissão de Valores Mobiliários ou outro órgão competente.

Art. 261. A Secretaria Municipal de Finanças, por intermédio de servidor ocupante do cargo de Auditor do Tesouro Municipal, somente poderá examinar informações relativas a terceiros, constantes de documentos, livros e registros de instituições financeiras e de entidades a elas equiparadas, inclusive os referentes a contas de depósitos e de aplicações financeiras, quando houver procedimento de fiscalização em curso e tais exames forem considerados indispensáveis.

Art. 262. Os exames referidos no art. 261 somente serão considerados indispensáveis nas seguintes hipóteses:

I - obtenção de empréstimos de pessoas jurídicas não financeiras ou de pessoas físicas, quando o sujeito passivo deixar de comprovar o efetivo recebimento dos recursos;

II - realização de gastos ou investimentos em valor superior à renda disponível;

III - remessa, a qualquer título, para o exterior, por intermédio de conta de não residente, de valores incompatíveis com as disponibilidades declaradas;

IV - embarço à fiscalização, caracterizado pela negativa não justificada de exibição de livros e documentos em que se assente a escrituração das atividades do sujeito passivo, bem como pelo não fornecimento de informações sobre bens, movimentação financeira, negócio ou atividade, próprios ou de terceiros, quando intimado, e demais hipóteses que autorizam a requisição do auxílio da força pública, nos termos do art. 200 do Código Tributário Nacional;

V - resistência à fiscalização, caracterizada pela negativa de acesso ao estabelecimento, ao domicílio fiscal ou a qualquer outro local onde se desenvolvam as atividades do sujeito passivo ou se encontrem bens de sua posse ou propriedade;

VI - evidências de que a pessoa jurídica esteja constituída por interpostas pessoas que não sejam os verdadeiros sócios ou acionistas, ou o titular, no caso de firma individual;

VII - realização de operações sujeitas à incidência tributária sem a devida inscrição no cadastro de contribuintes apropriado;

VIII - prática reiterada de infração à legislação tributária;

IX - incidência em conduta que enseje representação criminal, nos termos da legislação que rege os crimes contra a ordem tributária;

X - negativa, pelo titular de direito da conta, da titularidade de fato ou da responsabilidade pela movimentação financeira;

XI - presença de indício de que o titular de direito é interposta pessoa do titular de fato;

XII - indícios de omissão de receita, conforme legislação aplicável;

XIII - fundada suspeita de fraude à execução fiscal.

Art. 263. O exame das informações de que trata o art. 259 deverá ser precedido de requisição à instituição financeira, observados os critérios estabelecidos neste artigo.

§ 1º A requisição será formalizada mediante documento denominado Requisição de Informações sobre Movimentação Financeira (RMF) e dirigida, conforme o caso, ao:

I - Presidente do Banco Central do Brasil ou a seu preposto;

II - Presidente da Comissão de Valores Mobiliários ou a seu preposto;

III - presidente de instituição financeira ou entidade a ela equiparada, ou a seu preposto;

IV - gerente de agência.

§ 2º A RMF será precedida de intimação ao sujeito passivo para apresentação de informações sobre movimentação financeira, necessárias à execução do procedimento fiscal.

§ 3º O sujeito passivo poderá atender a intimação a que se refere o § 2º deste artigo por meio de:

I - autorização expressa do acesso direto às informações sobre movimentação financeira por parte da autoridade fiscal;

II - apresentação das informações sobre movimentação financeira, hipótese em que responde por sua veracidade e integridade, observada a legislação penal aplicável.

§ 4º A necessidade da expedição de RMF deverá ser fundamentada em relatório circunstanciado, elaborado pelo Auditor do Tesouro Municipal encarregado da execução do procedimento fiscal ou pela chefia imediata, apensando-se a requisição ao respectivo processo de fiscalização tributária.

§ 5º Do relatório circunstanciado referido no § 4º deste artigo deverá constar a motivação da proposta de expedição da RMF que demonstre, com precisão e clareza, tratar-se de situação indispensável.

§ 6º Da RMF deverá constar, no mínimo:

I - o nome ou razão social do sujeito passivo, bem como o endereço e o número de inscrição no Cades e no CPF ou no CNPJ da Receita Federal;

II - o número de identificação da operação fiscal a que se vincular;

III - as informações requisitadas e o período a que se refere a requisição;

IV - o nome, a matrícula e a assinatura da autoridade que a expediu;

V - o nome e a matrícula do Auditor do Tesouro Municipal responsável pela execução do procedimento fiscal;

VI - a forma de apresentação das informações (em papel ou em meio magnético);

VII - o prazo para entrega das informações;

VIII - o endereço para entrega das informações.

§ 7º O prazo previsto no inciso VII do § 6º deste artigo poderá ser prorrogado, por igual período, mediante solicitação justificada da instituição financeira.

§ 8º A expedição da RMF presume indispensabilidade das informações requisitadas, nos termos deste Capítulo.

§ 9º Fica autorizado a expedir a RMF, observado o disposto neste Capítulo, o dirigente da Administração Tributária do Município de Palmas ou qualquer autoridade hierarquicamente superior.

Art. 264. As informações requisitadas na forma do art. 263:

I - compreendem:

a) dados constantes da ficha cadastral do sujeito passivo;

b) valores individualizados dos débitos e dos créditos efetuados no período a que se refere a requisição, conforme previsto no inciso III do § 6º do art. 263;

II - deverão:

a) ser apresentadas, no prazo estabelecido na RMF, à autoridade que a expediu, definida na forma do § 9º do art. 263;

b) subsidiar o procedimento de fiscalização em curso;

c) integrar o processo administrativo fiscal instaurado, quando interessarem à prova do lançamento de ofício.

Parágrafo único. As informações obtidas por meio de RMF e não utilizadas no processo administrativo fiscal deverão ser entregues ao sujeito passivo, destruídas ou inutilizadas.

Art. 265. As informações, os resultados dos exames fiscais e os documentos obtidos em função do disposto neste Decreto serão mantidos sob sigilo fiscal, na forma da legislação pertinente.

§ 1º Na expedição e tramitação das informações deverá ser observado o seguinte:

I - as informações serão enviadas em 2 (dois) envelopes lacrados, na seguinte conformidade:

a) 1 (um) externo, que conterá apenas o nome ou a função do destinatário e seu endereço, sem qualquer anotação que indique o grau de sigilo do conteúdo;

b) 1 (um) interno, no qual serão inscritos o nome e a função do destinatário, seu endereço, o número do processo administrativo fiscal e, claramente indicada, a observação de que se trata de matéria sigilosa;

II - o envelope interno será lacrado e sua expedição acompanhada de recibo apostado ao envelope externo;

III - o recibo destinado ao controle da custódia das informações conterá, necessariamente, indicações sobre o remetente, o destinatário e o número da operação fiscal ou do processo administrativo fiscal.

§ 2º Aos responsáveis pelo recebimento de documentos sigilosos incumbe:

I - verificar e registrar, se for o caso, indícios de qualquer violação ou irregularidade na correspondência recebida, dando ciência do fato ao destinatário, o qual informará ao remetente;

II - assinar e datar o respectivo recibo;

III - proceder ao registro do documento e ao controle de sua tramitação, se for o caso.

§ 3º O envelope interno somente será aberto pelo destinatário ou por seu representante autorizado.

§ 4º O destinatário do documento sigiloso comunicará ao remetente qualquer indício de violação, tais como rasuras, irregularidades de impressão ou de paginação.

§ 5º Os documentos sigilosos serão guardados em condições especiais de segurança.

§ 6º As informações enviadas por meio eletrônico serão obrigatoriamente criptografadas, na forma a ser definida pela Secretaria Municipal de Finanças.

Art. 266. O servidor que utilizar ou viabilizar a utilização de qualquer informação obtida nos termos deste Capítulo em finalidade ou hipótese diversa da prevista em lei, regulamento ou ato administrativo, será responsabilizado administrativamente com fundamento nos incisos III do art. 131 da Lei Complementar nº 8, de 16 de novembro de 1999 (Estatuto dos Servidores Públicos da Administração Direta e Indireta dos Poderes do Município de Palmas), se o fato não configurar infração mais grave, sem prejuízo de sua responsabilização em ação regressiva própria e da responsabilidade penal cabível.

Art. 267. O servidor que divulgar, revelar ou facilitar a divulgação ou revelação de qualquer informação de que trata este Decreto, constante de sistemas informatizados, arquivos de documentos ou autos de processos protegidos por sigilo fiscal, com infração ao disposto no art. 198 do Código Tributário Nacional, bem como ao previsto no Estatuto dos Servidores Públicos da Administração Direta e Indireta dos Poderes do Município de Palmas, art. 131, inciso VIII, ficará sujeito à penalidade de que trata o art. 154, inciso III, do mesmo diploma, sem prejuízo das sanções civis e penais cabíveis.

Art. 268. O servidor que permitir ou facilitar, mediante atribuição, fornecimento ou empréstimo de senha ou qualquer outra forma, o acesso de pessoas não autorizadas a sistemas de informações, banco de dados, arquivos ou a autos de processos que contenham informações mencionadas neste Decreto, será responsabilizado administrativamente, nos termos da legislação específica, sem prejuízo das sanções civis e penais cabíveis.

Parágrafo único. O disposto no caput deste artigo também se aplica no caso de o servidor utilizar-se, indevidamente, do acesso restrito.

Art. 269. Constatada a omissão ou o retardo injustificado, ou, ainda, a prestação de informações falsas pela instituição financeira requerida nos termos da Lei Complementar Federal

nº 105, de 10 de janeiro de 2001, a autoridade que expediu a respectiva RMF deverá noticiar o fato ao Ministério Público, consoante previsto no parágrafo único do art. 268 deste Decreto.

CAPÍTULO V DOS PROCEDIMENTOS FISCAIS

Seção I Das Disposições Preliminares

Art. 270. O procedimento fiscal compreende o conjunto de atos e formalidades, que possui por finalidade efetuar o levantamento quanto ao cumprimento das obrigações tributárias do contribuinte relativas aos tributos municipais.

Seção II Da Ação Fiscal

Art. 271. As ações ou omissões contrárias ao sistema tributário municipal serão apuradas de ofício, mediante procedimento regular de ação fiscal, para o fim de determinar o responsável pela infração, o dano causado ao Município e o respectivo valor, propondo-se, quando for o caso, a aplicação da sanção correspondente.

Parágrafo único. A ação fiscal somente poderá ser iniciada e realizada mediante a expedição de ordem de serviços pela Administração Tributária.

Art. 272. A autoridade fiscal que proceder ou presidir a ação fiscal lavrará os termos necessários para que se documente o início, desenvolvimento e término do procedimento.

§ 1º A ação fiscal deverá ser demonstrada por meio do Relatório de Atividades Fiscais (RAF), destinado a registrar todas as fases do procedimento de fiscalização.

§ 2º Sempre que a ação fiscal resultar em lançamento de imposto por auto de infração, o RAF será incorporado à peça de lançamento.

§ 3º O RAF deverá ser elaborado de acordo com modelo e instruções expedidas pela Administração Tributária.

Art. 273. A ação fiscal exclui a espontaneidade do sujeito passivo em relação aos atos anteriores, e considera-se iniciada com a ciência do termo de início ou da notificação para apresentação de livros, documentos e arquivos, eletrônicos ou não, necessários à ação fiscal, seguido do prazo para a apresentação destes.

Art. 274. Na conclusão da ação fiscal, a autoridade fiscalizadora lavrará o termo de encerramento, que registrará de forma circunstanciada os fatos a ela relacionados, contendo, no mínimo, as seguintes indicações:

I - identificação da ação fiscal;

II - identificação completa do contribuinte;

III - livros, notas e outros documentos analisados no procedimento;

IV - levantamentos e procedimentos fiscais realizados;

V - irregularidades constatadas;

VI - autos de infração lavrados e orientações gerais ao contribuinte tendente a corrigir as irregularidades.

Parágrafo único. Após a conclusão da fiscalização, uma cópia do termo de encerramento será entregue ao contribuinte, mediante recibo, com a imediata devolução dos elementos por ele fornecidos para a realização do procedimento.

Art. 275. A Administração Tributária deverá desenvolver periodicamente programas de fiscalização visando o incremento da arrecadação tributária municipal, direcionando as ações fiscais para a consecução dos objetivos propostos em cada projeto.

§ 1º Os programas de fiscalização deverão conter, no mínimo, os seguintes elementos:

I - metas fiscais a serem atingidas;

II - rol de contribuintes a serem fiscalizados;

III - períodos a serem verificados;

IV - prazos de início e fim do projeto.

§ 2º Os programas de fiscalização, bem como os relatórios de acompanhamento, deverão ser apresentados ao dirigente máximo da Secretaria Municipal de Finanças para conhecimento.

Art. 276. A Secretaria Municipal de Finanças deverá instituir o Manual de Fiscalização, com normas e instruções de uso interno das autoridades fiscais, inclusive os modelos oficiais dos documentos necessários e pertinentes.

Seção III Do Auto de Infração

Art. 277. Verificada a infração de dispositivo da legislação tributária, relativa ao descumprimento de obrigação principal ou acessória, no curso da ação fiscal, lavrar-se-á o auto de infração correspondente, que deverá conter os seguintes requisitos:

I - o local, data e hora da lavratura;

II - a identificação completa do infrator, contendo nome, endereço completo, número do CPF ou do CNPJ e da respectiva inscrição, quando houver;

III - a descrição clara e precisa do fato que constituir infração e, se necessário, as circunstâncias pertinentes;

IV - a capitulação legal do fato e sua data de cometimento, com a indicação expressa da disposição legal infringida e da penalidade aplicável;

V - a base tributável, alíquota aplicável e o montante do valor originário do tributo ou, ainda, o valor originário da penalidade pelo descumprimento de obrigação acessória;

VI - a indicação das hipóteses de reduções de penalidades, quando aplicáveis;

VII - a intimação para apresentação de defesa ou pagamento do tributo ou da penalidade pelo descumprimento de obrigação acessória, com os acréscimos legais cabíveis em cada caso, no prazo indicado;

VIII - a assinatura e identificação do autor do procedimento;

IX - a ciência do próprio autuado ou infrator ou de seus representantes, ou ainda mandatários ou prepostos.

§ 1º Na lavratura do auto de infração, não sendo possível discriminar o débito por períodos, considerar-se-á o tributo devido no último mês do exercício fiscalizado.

§ 2º O auto de infração poderá conter, para maior elucidação dos fatos, além dos requisitos definidos neste artigo, relatório ou outros elementos, contábeis e fiscais, comprobatórios da infração, mencionando anexos, documentos, papéis, livros e arquivos que serviram de base à ação fiscal.

§ 3º No caso de recusa da ciência prevista no inciso IX do caput deste artigo, tal circunstância deve ser mencionada pela autoridade fiscal no mesmo campo, sem prejuízo do encaminhamento pelos meios previstos na legislação.

Art. 278. A lavratura do auto de infração é de competência exclusiva do Auditor do Tesouro Municipal, como autoridade fiscal legalmente constituída para o lançamento.

Art. 279. O auto de infração será registrado na repartição fiscal responsável pelo preparo do processo.

Art. 280. Na intimação do sujeito passivo, ser-lhe-ão fornecidas cópias de todos os termos, demonstrativos e levantamentos elaborados pela autoridade fiscal, que acompanham o respectivo auto de infração.

Art. 281. As omissões ou incorreções do auto de infração não o invalidam, quando nele constarem elementos para a determinação da infração e a identificação do infrator.

Seção IV Da Estimativa Fiscal e do Arbitramento

Subseção I Da Apuração da Base de Cálculo

Art. 282. Para a fixação da base de cálculo para estimativa ou arbitramento do ISS, o Fisco poderá considerar a receita ou a despesa provável do contribuinte.

§ 1º A obtenção da receita provável poderá ser feita:

I - mediante a confrontação das receitas de serviços, em períodos similares, declaradas ou recolhidas por outros contribuintes que exerçam a mesma atividade e sejam de porte equivalente;

II - pela verificação do preço divulgado ao público pelo próprio contribuinte ou outros que exerçam atividades semelhantes, inclusive quando se tratar de eventos com venda de ingressos, bilhetes, convites, fichas para admissão em jogos, cartelas, couvert, consumação mínima e congêneres;

III - por meio dos valores apurados por regime especial de fiscalização;

IV - mediante o valor declarado pelo contribuinte a outros entes tributantes, ou por eles apurado;

V - com base no valor de honorários fixado por órgão de classe;

VI - em pauta fixada pela Secretaria Municipal de Finanças;

VII - por quaisquer outras formas identificadas pelo Fisco que indiquem a obtenção das receitas do contribuinte.

§ 2º A apuração do movimento tributável com base na despesa provável será com base nos seguintes elementos:

I - o valor da matéria-prima, combustíveis, insumos e quaisquer materiais consumidos e aplicados na execução dos serviços;

II - os materiais de expediente, escritório e outros, de consumo operacional;

III - o custo de manutenção de máquinas e equipamentos;

IV - salários, retiradas pró-labore, honorários, comissões e gratificações de empregados, sócios, titulares ou prepostos;

V - aluguéis ou condomínios pagos ou, na falta destes, o valor equivalente para idênticas situações;

VI - o montante das despesas com energia, água, esgoto e telefone;

VII - gastos relativos à publicidade e propaganda;

VIII - honorários, impostos, taxas, contribuições e encargos em geral;

IX - outras despesas mensais obrigatórias, relativas à atividade.

§ 3º Não sendo possível a identificação dos elementos indicados no § 2º deste artigo, a obtenção do movimento tributável com base na despesa provável levará em conta, no mínimo, as seguintes informações:

I - retirada mensal do titular e dos sócios, não inferior a 2 (dois) salários mínimos;

II - salário mensal de cada empregado de, pelo menos, um salário mínimo, acrescido de encargos trabalhistas na ordem de 50% (cinquenta por cento);

III - valor mensal de aluguel, podendo ter como base 1% (um por cento) do valor venal fixado pela Prefeitura para fins tributários.

§ 4º A soma dos valores indicados nos incisos I, II e III do § 3º deste artigo constituir-se-á na parcela correspondente a gastos

gerais, a qual acrescida de 20% (vinte por cento) a 40% (quarenta por cento), a título de outras despesas, representará o total da despesa estimada.

§ 5º Ao total da despesa de que trata os §§ 2º, 3º e 4º deste artigo será acrescido de 30% (trinta por cento) a 50% (cinquenta por cento), a título de vantagem remuneratória dos serviços executados, obtendo-se, assim, o total geral que servirá de base para o cálculo da estimativa ou do arbitramento.

§ 6º Na estimativa ou arbitramento de contribuintes com atividades prestacionais conjugadas com outras, o acréscimo previsto no § 5º deste artigo será de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento).

Art. 283. A base de cálculo para estimativa do ITBI é a fixada em pauta da Secretaria Municipal de Finanças, para imóveis urbanos e rurais, devidamente publicada no Diário Oficial do Município.

Parágrafo único. Incumbe à unidade técnica de avaliações e perícias da Secretaria Municipal de Finanças sugerir a pauta do ITBI.

Art. 284. A base de cálculo para arbitramento do ITBI será apurada por intermédio de elementos fidedignos identificados em ação fiscal ou de parecer técnico da unidade de perícias e avaliações da Secretaria Municipal de Finanças.

Subseção II Da Estimativa Fiscal

Art. 285. Poderá a autoridade administrativa fixar o recolhimento do ISS por estimativa, nas hipóteses:

I - de rudimentar organização, entendidos dessa forma aqueles que, a critério da Secretaria Municipal de Finanças, não detenham condição de emissão de documentos fiscais pelo próprio volume, valor ou simplicidade das operações;

II - que mereçam tratamento fiscal específico em função da espécie ou modalidade de negócio ou, ainda, volume de operações, a critério da Secretaria Municipal de Finanças, abrangendo:

- a) atividades de difícil ou complexa fiscalização;
- b) atividades de caráter temporário ou transitório, inclusive as relacionadas a eventos ou acontecimentos ocasionais ou excepcionais;
- c) as firmas individuais;
- d) as sociedades civis que não estejam sujeitas ao recolhimento do imposto por alíquota fixa;
- e) outros estabelecimentos, em razão do próprio nível de atividade econômica do Município;

III - de solidariedade dos proprietários de obras pelo imposto devido pelos construtores ou empreiteiros, quando será exigida a comprovação da quitação do ISS na forma da Seção IV do Capítulo II do Título III deste Livro.

Art. 286. Não se sujeitam à estimativa fiscal os contribuintes:

I - inscritos no Município como profissionais autônomos ou sociedades de profissionais, tributados com a alíquota fixa do ISS;

II - os microempreendedores individuais, optantes do Simei.

Art. 287. Para obter as informações necessárias para a estimativa fiscal, a Secretaria Municipal de Finanças poderá solicitar do contribuinte a apresentação da Declaração para Estimativa Fiscal (DEF), na forma da Capítulo IV do Título IV.

§ 1º A DEF deverá ser preenchida pelo próprio contribuinte e informará dados econômicos presumidos, no mínimo, de 3 (três) meses, relativos à sua despesa e receita.

§ 2º A base tributável será a média aritmética mensal dos valores das despesas constantes na DEF, acrescidas de vantagem remuneratória dos serviços executados, na seguinte proporção:

I - 40% (quarenta por cento), quando o contribuinte exercer atividades prestacionais;

II - 25% (vinte e cinco por cento), quando o contribuinte exercer atividades prestacionais conjugadas com comerciais ou industriais.

§ 3º A Secretaria Municipal de Finanças estabelecerá o modelo da DEF.

§ 4º A Secretaria Municipal de Finanças poderá, ainda, estabelecer outras declarações que auxiliem na composição da base de cálculo.

Art. 288. A base de cálculo estimada para o lançamento do ISS será:

I - o preço praticado no mercado local, conhecido pelo Fisco e fixado por ato da Secretaria Municipal de Finanças, na forma do § 2º do art. 116;

II - o valor apurado com base na DEF, conforme art. 287;

III - o valor da despesa ou receita provável, determinado na forma do art. 282, em especial quando:

- a) não for conhecido o preço corrente da praça;
- b) a DEF não for apresentada;
- c) a DEF não refletir a real situação do contribuinte;

IV - para atividades previstas na alínea "b" do inciso II do art. 285, até 80% (oitenta por cento) do valor total dos ingressos, bilhetes, convites, fichas para admissão em jogos, cartelas, couvert, consumação mínima e congêneres, independente de descontos ou cortêsias concedidos.

Parágrafo único. Em relação ao inciso IV do caput deste artigo:

I - a aferição da base de cálculo poderá ser indireta, com base nos valores divulgados ou conhecidos por qualquer meio;

II - refere-se somente à receita do evento, sem prejuízo da cobrança do ISS relativo aos serviços de terceiros envolvidos.

Art. 289. A estimativa fiscal não poderá exceder o período de 12 (doze) meses, exceto quando se tratar de atividades temporárias ou transitórias.

Art. 290. O contribuinte enquadrado no regime de estimativa receberá notificação do lançamento do ISS estimado, na qual constará além da qualificação do contribuinte, o valor do imposto devido, a forma de pagamento e o prazo de vigência.

Art. 291. O regime de estimativa poderá ser revisto a qualquer tempo pela Secretaria Municipal de Finanças, quando verificar que os valores estimados estão incorretos ou que o volume ou a modalidade dos serviços tenham sido alterados de forma substancial.

Art. 292. A Administração Tributária deverá disciplinar os casos de estimativa fiscal com possibilidade de ajuste, para mais ou para menos, dos valores devidos de ISS, ao final de cada período de estimativa.

Art. 293. Os contribuintes sujeitos ao regime de estimativa do ISS são obrigados ao cumprimento das obrigações acessórias, assecuratórias da obrigação principal.

Art. 294. A estimativa fiscal do ITBI, por meio da pauta de preços regularmente aprovada pela Secretaria Municipal de Finanças, deverá ser adotada para fins de cobrança do imposto, ainda que no regime homologatório, quando superior ao valor declarado pelo contribuinte e ao valor estipulado na Planta de Valores Genéricos.

Subseção III Do Arbitramento

Art. 295. A autoridade tributária, arbitrar, em ação fiscal, sem prejuízo das penalidades cabíveis, a base de cálculo do ISS, quando:

I - houver indícios de omissão de receita;

II - o contribuinte não dispuser de elementos de contabilidade ou de qualquer outro dado que comprove a exatidão da matéria tributável;

III - o contribuinte recusar-se a apresentar ao Fisco os elementos indispensáveis à apuração da base de cálculo, comerciais, financeiros ou fiscais, ou não possuir tais elementos, inclusive nos casos de perda, extravio ou inutilização;

IV - o exame dos elementos fiscais ou contábeis levar à convicção da existência de fraude ou sonegação;

V - forem omissos ou não mereçam fé as declarações, os esclarecimentos prestados ou os documentos expedidos pelo sujeito passivo;

VI - o contribuinte, estando obrigado, não apresentar declarações periódicas e não houver outra forma de se apurar o imposto devido;

VII - o contribuinte utilizar equipamento autenticador e transmissor de documentos fiscais eletrônicos que não atenda aos requisitos da legislação tributária.

Parágrafo único. O arbitramento referir-se-á, exclusivamente, aos fatos ocorridos no período em que se verificarem os pressupostos mencionados nos incisos do caput deste artigo.

Art. 296. O arbitramento será elaborado com a identificação do provável movimento tributável do contribuinte, por meio do Termo de Arbitramento e demonstrativo da base de cálculo.

§ 1º Sem prejuízo das disposições contidas no art. 282, para apuração da base de cálculo para arbitramento, poderão ser considerados:

I - as variações percentuais sobre os valores das receitas apuradas, considerados os fatores inerentes a situações peculiares ao ramo de negócio ou atividade, devidamente justificado;

II - os preços dos serviços vigentes no mercado na época a que se refere o arbitramento, devidamente comprovado;

III - no caso de construção civil, o valor publicado por entidade especializada em relação a serviços assemelhados.

§ 2º O Termo de Arbitramento deverá ser aprovado pela Administração Tributária, antes da notificação, objetivando a constituição do crédito tributário.

Art. 297. Identificada a base de cálculo para o arbitramento de uma ou mais referências mensais, o Fisco poderá estendê-la a todo período passível de lançamento, com base:

I - na média aritmética dos valores conhecidos, corrigidos pela variação monetária nos índices oficiais adotados pelo Município;

II - em variações percentuais que reflitam a capacidade operativa do contribuinte no período considerado, devidamente justificado.

Art. 298. É lícito ao contribuinte solicitar a revisão do arbitramento do ISS em qualquer época, mediante a apresentação de elementos hábeis, capazes de elidir a presunção fiscal.

Art. 299. Do ISS resultante do arbitramento serão deduzidos os pagamentos realizados no período.

Art. 300. A Secretaria Municipal de Finanças, por ato próprio, poderá estabelecer outros critérios para arbitramento do ISS, de acordo com as atividades a serem apuradas.

Art. 301. O arbitramento do valor do ITBI poderá ser realizado, a critério da Administração Tributária, quando o valor do imóvel declarado pelo contribuinte, o constante em pauta da Secretaria Municipal de Finanças e o determinado na Planta de Valores Genéricos não refletir o respectivo valor venal no momento da transação.

Seção V Da Diligência e da Inspeção

Art. 302. A autoridade fiscal poderá realizar diligência para:

I - apuração de fatos geradores, incidências, contribuintes, responsáveis, bases de cálculo, alíquotas e lançamentos de tributos municipais;

II - fiscalização do cumprimento de obrigações tributárias, principais ou acessórias.

Art. 303. A autoridade fiscal inspecionará o contribuinte que:

I - apresentar indício de omissão de receita;

II - tiver praticado sonegação fiscal;

III - houver cometido crime contra a ordem tributária;

IV - opuser ou criar obstáculo à realização de diligência ou plantão fiscal.

Parágrafo único. Durante a inspeção, a autoridade fiscal poderá examinar e apreender livros, arquivos, documentos, papéis de efeitos comerciais ou fiscais, que constituam prova material de indício de omissão de receita, sonegação fiscal ou crime contra a ordem tributária.

Art. 304. A diligência e a inspeção fiscal somente podem ser realizadas no curso de ação fiscal.

Seção VI Da Apreensão

Art. 305. Poderão ser apreendidos livros, arquivos digitais e documentos fiscais ou não fiscais, equipamentos e outros bens que se encontrem em situação irregular ou que constituam prova de infração à legislação tributária, no curso de ação fiscal.

Art. 306. Deverão ser apreendidos:

I - livros, arquivos digitais e documentos fiscais e não fiscais, equipamentos, materiais e bens que façam prova de infração à legislação tributária, de fraude, de simulação, de adulteração ou de falsificação;

II - documentos fiscais de serviços com prazo de validade vencido ou de contribuinte que tenha encerrado as suas atividades.

Art. 307. Havendo prova ou fundada suspeita de que os livros, arquivos digitais, documentos, bens ou materiais se encontrem em local diverso do estabelecimento ou domicílio do sujeito passivo, será solicitada a busca e a apreensão judicial, sem prejuízo das medidas necessárias para evitar a sua remoção clandestina.

Parágrafo único. Quando houver a recusa da entrega espontânea de livros, arquivos magnéticos, documentos, bens ou materiais previstos neste Regulamento, deverá ser solicitada judicialmente a exibição.

Art. 308. Para a apreensão dos livros, documentos e objetos previstos nesta Seção será lavrado o Termo de Apreensão, que conterá, no mínimo, os seguintes requisitos:

I - a numeração da ordem de serviço, acompanhada de um número sequencial correspondente ao documento;

II - os dados identificadores do sujeito passivo destinatário da ação fiscal;

III - os tributos ou as obrigações fiscais alvos do procedimento fiscal;

IV - o tipo do procedimento fiscal executado;

V - as competências a serem fiscalizadas;

VI - o motivo da apreensão;

VII - a relação do que for apreendido;

VIII - a constituição do fiel depositário dos documentos ou bens apreendidos, se for o caso;

IX - a data e a hora da emissão;

X - o nome, a matrícula e a assinatura dos agentes responsáveis pela ação fiscal;

XI - o campo para ciência do sujeito passivo.

Parágrafo único. No curso do procedimento fiscal, poderão ser emitidos tantos termos de apreensão quantos forem necessários.

Art. 309. A Secretaria Municipal de Finanças adotará providências para a guarda e a devolução, quando for o caso, dos livros, documentos, equipamentos, mercadorias e bens apreendidos.

Seção VII Da Representação

Art. 310. A autoridade administrativa ou fiscal deverá representar contra toda ação ou omissão contrária às disposições da legislação tributária e representar os crimes contra a ordem tributária.

Art. 311. A representação faz-se em petição fundamentada, assinada pelo seu autor, e deverá:

I - estar acompanhada de provas ou indicará os elementos destas e mencionará os meios ou as circunstâncias em razão das quais se tornou conhecida a infração;

II - ser recebida pelo dirigente máximo da Secretaria Municipal de Finanças, que determinará imediatamente:

a) a diligência ou inspeção para verificar a veracidade dos fatos, se entender necessário;

b) o encaminhamento à Polícia Fazendária, Ministério Público, Receita Federal ou outro órgão que tenha competência para analisar a matéria;

c) a autuação do infrator, se couber;

d) o arquivamento do processo, caso seja demonstrada a sua improcedência.

Seção VIII Do Regime Especial de Fiscalização

Art. 312. O contribuinte do ISS que reiteradamente descumprir as obrigações tributárias poderá ser submetido a regime especial de fiscalização e arrecadação pela Administração Tributária.

§ 1º O regime especial previsto no caput deste artigo constará as normas que se fizerem necessárias para compelir o contribuinte à observância da legislação tributária.

§ 2º No regime especial de fiscalização, o contribuinte observará as normas determinadas pelo período indicado, as quais poderão ser alteradas, agravadas ou abrandadas, a critério da autoridade fiscal.

§ 3º O regime especial poderá ser utilizado para fixação de base de cálculo estimada ou arbitrada, conforme o caso.

Art. 313. A sujeição ao regime especial de fiscalização poderá ser determinada, inclusive mediante alteração quanto à forma e ao prazo de pagamento do imposto, quando:

I - não houver emissão de nota fiscal, ou quando esta for emitida irregularmente;

II - não for fidedigna a escrituração dos livros fiscais ou comerciais ou, por qualquer motivo, deixarem de serem escriturados, total ou parcialmente;

III - o contribuinte deixar de recolher o imposto, nos prazos e condições previstos na legislação;

IV - intimado pelo Fisco, o contribuinte não exibir, no prazo fixado pela autoridade fazendária, os livros ou documentos exigidos;

V - o contribuinte exercer as suas atividades sem inscrição municipal.

§ 1º O sistema especial de fiscalização poderá consistir, isolada ou cumulativamente:

I - em obrigatoriedade, quanto ao fornecimento periódico de informações relativas à prestação de serviços;

II - em alteração no período de apuração, no prazo e na forma de pagamento do imposto;

III - em emissão de documento fiscal controlado pela Secretaria Municipal de Finanças;

IV - em restrições quanto ao uso de documento fiscal destinado a acobertar operações concernentes à prestação de serviços;

V - em plantão periódico do Fisco junto ao estabelecimento.

§ 2º O ato que instaurar a fiscalização especial conterà as medidas a serem adotadas e o prazo de sua duração.

§ 3º A imposição do sistema de fiscalização especial não prejudica a aplicação de quaisquer das penalidades previstas na legislação tributária.

Seção IX Da Desclassificação da Escrita Contábil

Art. 314. A desclassificação da escrita contábil poderá ser feita quando ficar comprovada a sonegação da receita tributável, em especial nos seguintes casos:

I - superioridade sistemática da despesa sobre a receita;

II - verificada a ausência de contas contábeis de fundamental importância, como Banco Conta Movimento e outras;

III - falta da emissão da nota fiscal de quaisquer das operações realizadas;

IV - imobilização, investimento ou enriquecimento incompatível com as receitas das atividades econômicas do contribuinte;

V - quando ficar evidenciado saldo credor de caixa, constatado por levantamento financeiro, ressalvado a sua provisão devidamente comprovada por documentação idônea;

VI - prática de qualquer fraude ou modalidade de evasão de receitas, prevista no Código Tributário do Município de Palmas ou legislação específica.

Art. 315. A desclassificação da escrita contábil deverá ser identificada, fundamentada e comprovada pelo Fisco durante o procedimento de fiscalização do contribuinte.

Art. 316. Da desclassificação da escrita contábil poderá resultar o arbitramento ou a estimativa, conforme o caso.

Seção X Do Ajuste Fiscal

Art. 317. Na ação fiscal, a autoridade que verificar o indébito tributário em favor do contribuinte, poderá aproveitar o respectivo crédito para compensá-lo com créditos do Município, sem prévia autorização da Administração Tributária.

Parágrafo único. Não poderão ser aproveitados créditos do contribuinte alcançados pela prescrição.

Art. 318. O ajuste fiscal será realizado com base nos valores originários corrigidos monetariamente, devidamente demonstrado.

§ 1º Os créditos em favor do contribuinte serão aproveitados nos créditos do Município mês a mês, sempre da data mais antiga para a mais recente.

§ 2º Concluído o ajuste fiscal:

I - permanecendo crédito em favor do contribuinte ao final do ajuste, o valor poderá ser restituído, na forma do procedimento aplicável;

II - o crédito remanescente em favor do Município será objeto de lançamento, aplicados os acréscimos legais.

Art. 319. O ajuste fiscal estará sujeito à posterior homologação por parte da Administração Tributária.

CAPÍTULO VI
DA DÍVIDA ATIVA

Art. 320. Considera-se como inscrita, para todos os efeitos legais, na Secretaria Municipal de Finanças, a dívida ativa registrada em livros especiais ou em sistemas eletrônicos de processamento de dados.

Art. 321. A Secretaria Municipal de Finanças poderá providenciar a inscrição em dívida ativa imediatamente após o vencimento da obrigação tributária, mediante a apuração da liquidez e certeza dos créditos de natureza tributária e não tributária.

§ 1º Os órgãos da administração municipal encarregados de obrigações não tributárias deverão encaminhar, para fins de inscrição em dívida ativa, os débitos apurados em favor do Município, em prazo não superior a 90 (noventa) dias do vencimento.

§ 2º Para apuração da liquidez e certeza dos créditos, o setor responsável pela dívida ativa poderá requisitar as diligências que entender pertinentes junto aos setores responsáveis pela constituição dos créditos, ou ainda solicitar pareceres técnicos e jurídicos.

Art. 322. O registro da dívida ativa em livro tomo deverá ser efetuado de acordo com os elementos determinados nas disposições legais que tratam da matéria.

Art. 323. Após a inscrição, a Secretaria Municipal de Finanças deverá extrair as certidões e encaminhá-las para o protesto extrajudicial ou execução judicial.

§ 1º As certidões deverão conter todos os elementos do livro tomo, e serem assinadas pelo expedidor.

§ 2º As dívidas relativas ao mesmo devedor deverão ser reunidas em um só procedimento de cobrança.

§ 3º A ocorrência de qualquer forma de suspensão, extinção ou exclusão de crédito não invalida a certidão e não prejudica os demais débitos objeto da cobrança.

Art. 324. A inscrição na dívida ativa e a expedição das respectivas certidões deverão ser realizadas por meios eletrônicos que atendam aos requisitos legais.

Art. 325. O setor responsável pela dívida ativa na Secretaria Municipal de Finanças deverá realizar a cobrança administrativa dos débitos, diretamente ou por meio de órgãos de conciliação, que poderá ocorrer concomitantemente com o protesto extrajudicial, porém antes do encaminhamento para a cobrança judicial.

Art. 326. O recebimento de débitos constantes de certidões já encaminhadas para cobrança executiva será feito com os acréscimos relativos a honorários advocatícios aplicáveis em cada caso, na forma da legislação própria.

Art. 327. O pagamento ou parcelamento de débitos encaminhados para execução judicial deverá ser comunicado pela Secretaria Municipal de Finanças à Procuradoria Geral do Município, mediante demonstrativo analítico, para fins de arquivamento ou suspensão da respectiva ação, na forma da lei.

Art. 328. A Procuradoria Geral do Município deverá comunicar a Secretaria Municipal de Finanças, imediatamente, as decisões judiciais que suspendam a exigibilidade do crédito ou, em caráter definitivo, determinem a respectiva extinção.

Art. 329. Em qualquer época que se verificar a quitação do débito, a dívida ativa correspondente será baixada dos controles, pela Secretaria Municipal de Finanças.

TÍTULO VII
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 330. A atualização anual da UFIP será feita a cada dia 1º de janeiro, de acordo com a variação do IPCA/IBGE verificada de dezembro de um ano a novembro do ano seguinte, por ato da Secretaria Municipal de Finanças.

Art. 331. Os contadores e contabilistas com atividade regular no município de Palmas ficam obrigados a apresentar relatório indicando os contribuintes sob sua responsabilidade profissional, sempre que solicitado pela Administração Tributária.

Parágrafo único. Sem prejuízo do disposto no caput deste artigo, a Secretaria Municipal de Finanças poderá criar e normatizar o cadastro dos contadores que atuam no Município.

ANEXO I AO REGULAMENTO DO CÓDIGO TRIBUTÁRIO
DO MUNICÍPIO DE PALMAS, INSTITUÍDO PELA LEI
COMPLEMENTAR Nº 285, DE 31 DE OUTUBRO DE 2013.

CALENÁRIO FISCAL

TABELA 1 - IMPOSTOS

TABELA 1.1 - ISS

Fato Gerador	Regime de Apuração			
	Normal	Retenção e/ou Substituição Tributária	Estimativa	Alíquota Fixa
	Vencimento	Vencimento	Vencimento	Vencimento
Jan	10/02	15/02	10/02	31/01 (1ª parcela ou parcela única)
Fev	10/03	15/03	10/03	28/02 (2ª parcela)
Mar	10/04	15/04	10/04	31/03 (3ª parcela)
Abr	10/05	15/05	10/05	30/04 (4ª parcela)
Mai	10/06	15/06	10/06	31/05 (5ª parcela)
Jun	10/07	15/07	10/07	30/06 (6ª parcela)
Jul	10/08	15/08	10/08	31/07 (7ª parcela)
Ago	10/09	15/09	10/09	31/08 (8ª parcela)
Set	10/10	15/10	10/10	30/09 (9ª parcela)
Out	10/11	15/11	10/11	31/10 (10ª parcela)
Nov	10/12	15/12	10/12	30/11 (11ª parcela)
Dez	10/01	15/01	10/01	31/12 (12ª parcela)

Conceituações:
 - Apuração Normal- ISS devido pelos contribuintes em relação aos serviços próprios;
 - Apuração por Retenção e/ou Substituição Tributária - ISS devido:
 a) por todos os que efetuarem a retenção na fonte; e/ou
 b) pelos substitutos tributários, independentemente de retenção na fonte;
 - Apuração por Estimativa -ISS lançado e cobrado pelo regime de estimativa;
 - Apuração por Alíquota Fixa -ISS devido pelos profissionais autônomos ou sociedades de profissionais devidamente enquadradas nesse regime.

Observações:
 1) As datas para pagamento do ISS devido pela apuração normal, retenção, substituição tributária e estimativa se referem ao mês subsequente ao do fato gerador;
 2) O pagamento do ISS estimado, quando se tratar de atividades com venda de ingressos, bilhetes, convites, fichas para admissão em jogos, cartelas, *couvert*, consumação mínima e congêneres, deverá ser feito antecipadamente, em até 2 (dois) dias úteis antes do evento, sob pena de sujeição a ação fiscal.

TABELA 1.2 - IPTU

Referência	Vencimento
1ª parcela ou parcela única	15/03
2ª parcela	15/04
3ª parcela	15/05
4ª parcela	15/06
5ª parcela	15/07
6ª parcela	15/08
7ª parcela	15/09
8ª parcela	15/10
9ª parcela	15/11
10ª parcela	15/12

TABELA 1.3 - ITBI

Situação	Pagamento
Realização do ato ou da lavratura do instrumento público ou particular que configurar a obrigação	Antes da realização ou da lavratura

2 - TAXAS

TABELA 2.1. - TAXAS DE EXPEDIENTE E SERVIÇOS DIVERSOS

Pagamento
Antes da realização dos respectivos atos ou serviços.

TABELA 2.2. - TAXA DE COLETA DE LIXO

Vencimento
Nas mesmas datas determinadas para o IPTU, conforme Tabela 1.2 deste Anexo.

TABELA 2.3. - TAXAS PELO PODER DE POLÍCIA

Descrição	Referência	Pagamento / Vencimento
Localização	Na instalação, com estabelecimento	Antes do licenciamento
Funcionamento	Anual, para atividades licenciadas	31/01
	Na alteração	Antes do licenciamento
Horário Especial de Funcionamento	Na instalação, com estabelecimento	Antes do licenciamento
	Anual, para atividades licenciadas	31/01
	Na alteração	Antes do licenciamento
Divertimentos Públicos	Por atividade	Antes do licenciamento
Ocupação de Solo nas Vias e Logradouros	Por espécie	Antes do licenciamento
	Anual, para atividades licenciadas	31/01
Propaganda e Publicidade	Por tipo	Antes do licenciamento
	Anual, para atividades licenciadas	31/01
Comércio em Logradouro Público	Pela natureza dos produtos	Antes do licenciamento
Vigilância Sanitária	Na instalação ou liberação	Antes do licenciamento
	Anual, para atividades já licenciadas	31/01
Execução de Obras e Termo de Habite-se	Por tipo	Antes do licenciamento
Loteamentos, Remanejamentos ou Desmembramentos de Área	Por tipo	Antes do licenciamento
Licenciamento Ambiental	Por tipo	Antes do licenciamento
Trânsito e Transportes	Por tipo	Antes do licenciamento
Observação: As taxas anuais, quando devidas no decorrer do exercício financeiro, serão calculadas proporcionalmente a partir da ocorrência do fato gerador.		

3 - CONTRIBUIÇÕES

Tabela 3.1 - Contribuição de Melhoria

Vencimento e Pagamento
O prazo e condições para pagamento da Contribuição de Melhoria serão fixados, em cada caso, pelo Chefe do Poder Executivo.

Tabela 3.2 - Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública

Vencimento
Nas mesmas datas determinadas para o IPTU, conforme Tabela 1.2 deste Anexo.

ANEXO II AO REGULAMENTO DO CÓDIGO TRIBUTÁRIO DO MUNICÍPIO DE PALMAS, INSTITUÍDO PELA LEI COMPLEMENTAR Nº 285, DE 31 DE OUTUBRO DE 2013.

TABELAS PARA PARCELAMENTO DE DÉBITOS

Tabela 1 - PARCELAMENTO DE DÉBITOS DE CONTRIBUINTES - PESSOA FÍSICA

Faixa	Valor do Débito Fiscal - Em UFIP	Número Máximo de Parcelas
1	até 60,00	2
2	de 60,01 a 180,00	4
3	de 180,01 a 450,00	6
4	de 450,01 a 800,00	8
5	de 800,01 a 1.500,00	12
6	de 1.500,01 a 3.000,00	18
7	de 3.000,01 a 6.000,00	24
8	de 6.000,01 a 12.000,00	36
9	de 12.000,01 a 25.000,00	48
10	acima de 25.000,00	60

Tabela 2 - PARCELAMENTO DE DÉBITOS DE CONTRIBUINTES - PESSOA JURÍDICA

Faixa	Valor do Débito Fiscal - Em UFIP	Número Máximo de Parcelas
1	até 180,00	2
2	de 180,01 a 540,00	4
3	de 540,01 a 1.350,00	6
4	de 1.350,01 a 2.400,00	8
5	de 2.400,01 a 4.500,00	12
6	de 4.500,01 a 8.100,00	18
7	de 8.100,01 a 14.500,00	24
8	de 14.500,01 a 26.500,00	36
9	de 26.500,01 a 50.000,00	48
10	de 50.000,01 a 80.000,00	60
11	de 80.000,01 a 125.000,00	72
12	acima de 125.000,00	96

ANEXO III AO REGULAMENTO DO CÓDIGO TRIBUTÁRIO DO MUNICÍPIO DE PALMAS, INSTITUÍDO PELA LEI COMPLEMENTAR Nº 285, DE 31 DE OUTUBRO DE 2013.

MODELO DE NOTA FISCAL DE SERVIÇOS ELETRÔNICA (NFS-e)

MUNICÍPIO DE PALMAS
Secretaria Municipal de Finanças
104 Norte - Avenida JK, Edifício Via Nobre Empresarial, Lote 28-A - Palmas - TO, CEP: 77.066-014
Telefone: (63) 2111-2700

Nota: 2018000
0000001
Código Verificação

NOTA FISCAL DE SERVIÇOS ELETRÔNICA - NFS-e

Emissão (número de Straße) Período de Competência Município de Prestação do Serviço
Reg. Especial Tributação Exigibilidade do ISS

PRESTADOR DE SERVIÇOS
Razão Social E-mail
Nome Fantasia
CPF/CNPJ Inscrição Municipal Inscrição Estadual Simples Nacional Incentivador Cultural Fone/Fax

Endereço

TOMADOR DE SERVIÇOS
Nome/Razão Social
CPF/CNPJ Inscrição Municipal Inscrição Estadual Fone/Fax E-mail

Endereço

SERVIÇO PRESTADO

DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS

RETENÇÕES FEDERAIS
PIS (R\$) COFINS (R\$) INSS (R\$) IR (R\$) CSLL (R\$) Outras Retenções (R\$)

VALORES
Valor dos Serviços (R\$) Deduções (R\$) Desconto Incondicionado (R\$) Base de Cálculo (R\$) Alíquota (%)
ISS (R\$) ISS Retido (R\$) Desconto Condicionado (R\$) Valor Líquido (R\$) Valor Total da Nota (R\$)

OUTRAS INFORMAÇÕES

ELEMENTOS NOTA FISCAL DE SERVIÇOS ELETRÔNICA (NFS-e)

- I - dados do Município
 - II - número sequencial composto de quinze algarismos, iniciados pelo ano de emissão e reiniciado a cada ano;
 - III - código de verificação de autenticidade e QRCode;
 - IV - data e hora da emissão;
 - V - período de competência;
 - VI - município da prestação do serviço;
 - VII - regime especial de tributação
 - VIII - exigibilidade do ISS;
 - IX - identificação do prestador de serviços, com:
 - a) razão social;
 - b) Nome Fantasia
 - c) CPF ou CNPJ;
 - d) inscrição no Cadastro Mobiliário de Contribuintes - CMC;
 - e) inscrição estadual
 - f) simples nacional indicação sim ou não;
 - g) incentivador cultural, indicação sim ou não;
 - h) e-mail;
 - i) telefone e ou fax;
 - j) endereço;
 - X - identificação do tomador de serviços, com:
 - a) nome ou razão social;
 - b) CPF ou CNPJ;
 - c) inscrição no Cadastro Mobiliário de Contribuintes - CMC;
 - d) inscrição estadual
 - e) telefone ou fax;
 - f) e-mail;
 - g) endereço;
 - XI - serviço prestado - item da lista de serviços;
 - XII - cnae;
 - XIII - descrição dos serviços;
 - XIV - retenções federais PIS, COFINS, INSS, IR, CSLL e outras retenções;
 - XV - valores
 - a) valor dos serviços;
 - b) deduções (se houver);
 - c) desconto incondicionado (se houver);
 - d) base de cálculo;
 - e) alíquota;
 - f) ISS;
 - g) ISS retido;
 - h) desconto condicionado (se houver);
 - i) valor líquido;
 - j) valor total da nota;
 - XVI - outras informações;
- O número da NFS-e será gerado pelo sistema, em ordem crescente sequencial sendo específico para cada estabelecimento do prestador de serviços.

DECRETO Nº 1.668, DE 6 DE DEZEMBRO DE 2018.

Aprova o Regulamento dos Processos Administrativos Tributários e adota outras providências.

A PREFEITA DE PALMAS, no uso da atribuição que lhe confere o art. 71, inciso III, da Lei Orgânica do Município, combinado com o art. 112 da Lei Complementar nº 288, de 28 de novembro de 2013,

DECRETA:

Art. 1º Fica aprovado o Regulamento dos Processos Administrativos Tributários de que trata o Título II da Lei Complementar nº 288, de 28 de novembro de 2013, na conformidade do Anexo Único a este Decreto.

Art. 2º A Secretaria Municipal de Finanças, isoladamente ou em conjunto com os órgãos municipais envolvidos, poderá expedir instruções complementares, destinadas a estabelecer normas e procedimentos necessários ao cumprimento das disposições do Regulamento dos Processos Administrativos Tributários e demais legislações do Sistema Tributário Municipal.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Palmas, 6 de dezembro de 2018.

CINTHIA ALVES CAETANO RIBEIRO
Prefeita de Palmas

Guilherme Ferreira da Costa
Secretário da Casa Civil do Município de Palmas

Vera Lúcia Thoma Isomura
Secretária Municipal de Finanças

ANEXO ÚNICO AO DECRETO Nº 1.668, DE 6 DE DEZEMBRO DE 2018.

REGULAMENTO DOS PROCESSOS ADMINISTRATIVOS TRIBUTÁRIOS
DE QUE TRATA O TÍTULO II DA LEI COMPLEMENTAR Nº 288,
DE 28 DE NOVEMBRO DE 2013.

SUMÁRIO

CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES.....	3
CAPÍTULO II DA CONSULTA.....	3
CAPÍTULO III DO RECONHECIMENTO DE BENEFÍCIOS DE CARÁTER NÃO GERAL, DE IMUNIDADE E DE NÃO INCIDÊNCIA TRIBUTÁRIA.....	5
Seção I Das Disposições Preliminares.....	5
Seção II Do Reconhecimento da Imunidade Tributária.....	6
Seção III DA CONCESSÃO DE ISENÇÕES DE CARÁTER NÃO GERAL.....	9
Subseção I Do IPTU.....	9
Subseção II Do ITBI.....	10
Subseção III Do ISS.....	11
Subseção IV Das Taxas.....	11
Seção IV Do Reconhecimento da não Incidência.....	13
CAPÍTULO IV DO REGIME ESPECIAL.....	13
CAPÍTULO V DA RESTITUIÇÃO DE INDÉBITOS TRIBUTÁRIOS.....	14
CAPÍTULO VI DA COMPENSAÇÃO DE CRÉDITOS.....	17
CAPÍTULO VII DA TRANSAÇÃO ADMINISTRATIVA OU JUDICIAL.....	18
CAPÍTULO VIII DO DEPÓSITO.....	19
CAPÍTULO IX DA DAÇÃO EM PAGAMENTO.....	20
CAPÍTULO X DA DENÚNCIA ESPONTÂNEA.....	22
CAPÍTULO XI DAS DISPOSIÇÕES FINAIS.....	23

CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Este Regulamento estabelece normas e procedimentos para os processos administrativos tributários previstos no Título II da Lei Complementar nº 288, de 28 de novembro de 2013, a serem aplicadas subsidiariamente às legislações que compõem o Sistema Tributário Municipal.

Art. 2º Os processos administrativos tributários poderão ser realizados no formato presencial ou eletrônico, conforme instruções de serviços da Secretaria Municipal de Finanças.

CAPÍTULO II
DA CONSULTA

Art. 3º O sujeito passivo poderá formular consulta sobre dispositivos da legislação tributária aplicáveis a fato determinado.

§ 1º Os órgãos da Administração Pública e as entidades representativas de categorias econômicas ou profissionais também poderão formular consulta.

§ 2º A consulta deverá ser apresentada por escrito à Junta de Recursos Fiscais, que será responsável pelo preparo do processo.

Art. 4º A consulta deverá conter, no mínimo:

I - identificação do consulente;

II - descrição clara e objetiva da dúvida e elementos imprescindíveis a sua solução.

Parágrafo único. A consulta deve-se referir a uma só matéria, admitindo-se a cumulação somente de questões conexas.

Art. 5º A consulta não suspende o prazo para recolhimento de tributo, retido na fonte ou autolancado, antes ou depois de sua apresentação, nem o prazo para apresentação de declarações obrigatórias.

§ 1º Sem prejuízo do disposto no caput deste artigo, nenhum procedimento fiscal será instaurado contra o sujeito passivo relativamente à espécie consultada, a partir da apresentação da consulta até o trigésimo dia subsequente à data da ciência:

I - de decisão de primeira instância da qual não haja sido interposto recurso;

II - de decisão de segunda instância.

§ 2º No caso de consulta formulada por entidade representativa de categoria econômica ou profissional, os efeitos referidos neste artigo somente alcançam seus associados ou filiados depois de identificado o consulente da decisão.

Art. 6º Não produzirá efeito a consulta formulada:

I - em desacordo com os arts. 3º e 4º deste Regulamento;

II - por quem tiver sido intimado a cumprir obrigação relativa ao fato objeto da consulta;

III - por quem estiver sob procedimento fiscal iniciado para apurar fatos que se relacionem com a matéria consultada;

IV - quando o fato já houver sido objeto de decisão anterior, ainda não modificada, proferida em consulta ou litígio em que tenha sido parte o consulente;

V - quando o fato estiver disciplinado em legislação publicada antes de sua apresentação;

VI - quando o fato estiver definido ou declarado em disposição literal de lei;

VII - quando o fato for definido como crime ou contravenção penal;

VIII - quando não descrever, completa ou exatamente, a hipótese a que se referir, ou não contiver os elementos necessários à sua solução, salvo se a inexistência ou omissão for escusável, a critério da autoridade julgadora.

Art. 7º O julgamento da consulta compete:

I - em primeira instância, ao Auditor do Tesouro Municipal pertencente à Junta de Recursos Fiscais, designado pelo seu Presidente;

II - em segunda instância, ao Presidente da Junta de Recursos Fiscais, ouvida a representação fazendária.

Parágrafo único. Compete à autoridade julgadora declarar a ineficácia da consulta e definir a extensão de seus efeitos.

Art. 8º Cabe recurso voluntário, com efeito suspensivo, de decisão de primeira instância, dentro de 30 (trinta dias) contados da ciência.

Parágrafo único. Da solução da consulta será dada ciência à representação fazendária, que poderá recorrer, no prazo de 10 (dez) dias e, havendo recurso por parte do Fisco, será aberto igual prazo de 10 (dez) dias para manifestação do consulente.

Art. 9º Não cabe pedido de reconsideração de decisão proferida em processo de consulta, inclusive da que declarar a sua ineficácia.

Art. 10. As soluções de consulta, após se tornarem definitivas, serão publicadas na íntegra no Diário Oficial do Município.

CAPÍTULO III

DO RECONHECIMENTO DE BENEFÍCIOS DE CARÁTER NÃO GERAL, DE IMUNIDADE E DE NÃO INCIDÊNCIA TRIBUTÁRIA

Seção I Das Disposições Preliminares

Art. 11. O reconhecimento de benefícios de caráter não geral, de imunidade e de hipóteses de não incidência tributária dependerá de requerimento formulado pelo interessado ou por seu representante, no qual se comprovem os requisitos legais e regulamentares exigidos.

§ 1º O setor da Secretaria Municipal de Finanças responsável pela análise do pedido poderá, a qualquer tempo, determinar a realização das diligências que se fizerem necessárias.

§ 2º As isenções, imunidades ou não incidência poderão ser reconhecidas a partir de dados cadastrais levantados pelo Município de Palmas ou fornecidos por órgãos da administração pública direta ou indireta.

Art. 12. A decisão sobre o requerimento regularmente realizado deverá ser proferida no prazo de até 60 (sessenta) dias, contados do recebimento do pedido pelo setor responsável pela análise.

Art. 13. Os beneficiários são obrigados a comunicar à Administração Tributária qualquer alteração das condições exigidas para a concessão ou reconhecimento do benefício no prazo de até 30 (trinta) dias, contados da data da ocorrência.

Art. 14. O reconhecimento de isenções de caráter não geral, imunidades e não incidência tributária se dará por certidão emitida pela autoridade competente.

Art. 15. Os benefícios fiscais de caráter não geral, imunidades ou a não incidências tributárias serão cassados sempre que se verificar o descumprimento das condições para as suas fruições, em especial quando a fiscalização identificar que o beneficiário deixou de preencher quaisquer dos requisitos essenciais.

§ 1º Na hipótese do caput deste artigo:

I - o beneficiário deverá ser notificado a oferecer defesa, no prazo de até 10 (dez) dias, das razões apresentadas pelo Fisco para cassação do benefício;

II - a decisão será tomada pela autoridade da Secretaria Municipal de Finanças que concedeu o benefício, ou autoridade superior, com a intimação do interessado.

§ 2º A Secretaria Municipal de Finanças poderá determinar a revisão de ofício dos benefícios previstos neste Capítulo.

§ 3º A qualquer tempo a Secretaria Municipal de Finanças poderá requerer as comprovações necessárias à manutenção do benefício concedido ou reconhecido.

Art. 16. Observado o disposto no art. 19, a decisão sobre o processo de isenção, reconhecimento de imunidade e não incidência compete ao dirigente da Administração Tributária, que poderá ser delegada.

Art. 17. Da decisão de que trata o art. 16, sem efeito suspensivo, à autoridade superior, por intermédio da que praticou o

ato recorrido, a qual poderá reconsiderar sua decisão, no prazo de 10 (dez) dias, ou, nesse mesmo prazo, fazê-lo subir, devidamente informado, para deliberação final.

Art. 18. As imunidades, isenções e não incidências serão reconhecidas por meio de Certidão, a ser expedida mediante parecer técnico fundamentado, aprovado pelo setor próprio da Administração Tributária.

Art. 19. Os pedidos de isenções e outros benefícios tributários de caráter não geral tratados em leis específicas serão analisados conforme as condições estipuladas nos respectivos atos e seus normativos.

Seção II

Do Reconhecimento da Imunidade Tributária

Art. 20. A imunidade tributária em relação aos impostos será reconhecida pela Secretaria Municipal de Finanças, sobre:

I - patrimônio e serviços, pelos:

a) templos de qualquer culto;

b) partidos políticos, inclusive suas fundações, as entidades sindicais de trabalhadores, as instituições de educação e de assistência social, sem fins lucrativos;

c) as autarquias e fundações instituídas e mantidas pelo poder público;

II - serviços, pelos que exercem atividades relacionadas:

a) a livros, jornais, periódicos e o papel destinado à sua impressão;

b) a fonogramas e videofonogramas musicais produzidos no Brasil contendo obras musicais ou literomusicais de autores brasileiros e/ou obras em geral interpretadas por artistas brasileiros, bem como os suportes materiais ou arquivos digitais que os contenham, salvo na etapa de replicação industrial de mídias ópticas de leitura a laser.

§ 1º As imunidades previstas no inciso I do caput deste artigo compreende o patrimônio e os serviços dos beneficiários vinculados a finalidades essenciais ou às delas decorrentes.

§ 2º Para fins de reconhecimento de imunidade, consideram-se:

I - templos de qualquer culto, as organizações religiosas que tenham como principal objetivo social a realização de cultos ou cerimônias religiosas, compreendendo a igreja, sinagoga, convento, escola paroquial, escola dominical ou o edifício onde se celebra a cerimônia pública, assim como os respectivos anexos;

II - instituições de educação, as que exerçam de forma preponderante pelo menos uma das atividades previstas na Lei de Diretrizes e Bases da Educação e que atendam ao disposto no art. 209 da Constituição Federal;

III - instituições de assistência social, as que exerçam de forma preponderante pelo menos uma das atividades previstas no art. 203 da Constituição Federal.

§ 3º As instituições de educação e de assistência social, sem fins lucrativos, além da necessária prestação dos serviços para os quais tenham sido instituídas, devem colocá-los à disposição da população em geral, em caráter complementar às atividades do Estado, para fins de reconhecimento da imunidade.

§ 4º A imunidade relativa a livros, jornais e periódicos não alcança as prestações de serviços consideradas insumos, mas tão somente o objeto final e os filmes e papéis tidos por necessários à publicação.

§ 5º A imunidade de fonogramas e videofonogramas musicais produzidos no Brasil não alcança as prestações de serviços considerados insumos da elaboração, mas apenas o objeto final, bem como os suportes materiais ou os arquivos digitais que os contenham.

§ 6º A imunidade relativa ao patrimônio e serviços da administração direta da União, Estados, Municípios e Distrito Federal:

I - será reconhecida de ofício, com base nos dados constantes no Cadastro Fiscal do Município;

II - não se aplica aos serviços públicos concedidos, permitidos ou autorizados.

Art. 21. O requerimento de reconhecimento da imunidade dos partidos políticos, inclusive suas fundações, as entidades sindicais de trabalhadores, as instituições de educação e de assistência social, sem fins lucrativos, deverá estar acompanhado de:

I - balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício exigível, apresentados na forma da lei;

II - declaração do interessado, sob as penas da lei, que não distribui qualquer parcela do seu patrimônio ou de suas rendas e que aplica integralmente, no país, os seus recursos na manutenção dos seus objetivos institucionais.

Parágrafo único. Os requisitos previstos neste artigo impõem a obrigação da manutenção dos livros Diário e Razão devidamente escriturados e revestidos das formalidades extrínsecas e intrínsecas, com base em documentação hábil e idônea, e com observância das Normas Brasileiras de Contabilidade.

Art. 22. Quando se tratar de pedido relativo a imunidade sobre o patrimônio, o requerimento deverá estar acompanhado de prova de propriedade do imóvel, através de certidão emitida pelo cartório de registro de imóveis competente, no máximo, há 90 (noventa) dias.

Art. 23. O requerimento de reconhecimento de imunidade sobre os serviços, em relação aos contribuintes estabelecidos no município de Palmas, somente será processado quando a atividade estiver regularmente inscrita no Cadastro de Atividades Econômico-Sociais (Cades).

Art. 24. Em qualquer hipótese de reconhecimento, a imunidade:

I - não terá prazo de validade;

II - abrangerá todo o período em que ficar comprovado o atendimento dos requisitos constitucionais e legais.

Art. 25. Cessará o privilégio da imunidade:

I - quando a fiscalização identificar que o beneficiário deixou de preencher quaisquer dos requisitos essenciais ao reconhecimento;

II - quanto aos imóveis prometidos a venda, desde o momento em que se constituir o ato.

Parágrafo único. Na hipótese do inciso I do caput deste artigo:

I - o beneficiário deverá ser notificado a oferecer defesa, no prazo de até 10 (dez) dias, das razões apresentadas pelo Fisco para cancelamento do reconhecimento da imunidade;

II - a decisão será tomada pela autoridade da Secretaria Municipal de Finanças que concedeu o reconhecimento combatido, ou autoridade superior, com a intimação do beneficiário, devendo determinar a extensão dos seus efeitos.

Seção III

DA CONCESSÃO DE ISENÇÕES DE CARÁTER NÃO GERAL

Subseção I Do IPTU

Art. 26. Depende da solicitação do interessado a concessão de isenção do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) para os seguintes contribuintes:

I - idosos, com idade superior a 65 (sessenta e cinco) anos;

II - aposentados;

III - pensionistas;

IV - deficientes físicos, incapacitados para o trabalho.

§ 1º A solicitação de que trata o caput deste artigo deverá ser apresentada com a comprovação da renda do contribuinte, acompanhado, conforme o caso:

I - de documento que comprove a idade do requerente;

II - do ato de concessão de aposentadoria ou pensão, acompanhado de prova do pagamento do benefício em relação ao mês anterior ao do pedido de isenção;

III - de laudo médico atestando a incapacidade para o trabalho decorrente de deficiência física, expedido por profissional legalmente habilitado.

§ 2º A isenção prevista no caput deste artigo poderá ser deferida:

I - para o exercício em que for requerida, desde que o pedido seja protocolizado no próprio exercício do fato gerador, sendo vedada a exclusão de créditos tributários em relação a exercícios anteriores ou a restituição de valores pagos;

II - quando, cumulativamente:

a) o beneficiário possua um único imóvel edificado no Município e aufera renda mensal de até 2 (dois) salários mínimos;

b) o imóvel seja de uso e destinação exclusivamente residencial;

c) o valor do imposto a ser pago, sem os descontos legais, seja inferior a 150 (cento e cinquenta) Unidades Fiscais de Palmas (UFIPs).

Subseção II Do ITBI

Art. 27. O interessado poderá requerer a isenção do Imposto Sobre a Transmissão inter vivos de Bens Imóveis (ITBI) nas seguintes situações:

I - primeira aquisição de imóveis residenciais, decorrentes de projetos sociais administrados ou implantados pelo Poder Público;

II - a transmissão relativa à outorga, pelo Poder Público, de título de propriedade de imóvel residencial, para os imóveis cujo contribuinte seja:

a) idoso, com idade superior a 65 (sessenta e cinco) anos;

b) aposentado;

c) pensionista;

d) deficiente físico, incapacitado para o trabalho.

§ 1º No caso do inciso II do caput deste artigo, o requerimento deverá ser apresentado com a comprovação da renda do contribuinte, acompanhado, conforme o caso:

I - de documento que comprove a idade do requerente;

II - do ato de concessão de aposentadoria ou pensão, acompanhado de prova do pagamento do benefício em relação ao mês anterior ao do pedido de isenção;

III - de laudo médico atestando a incapacidade para o trabalho decorrente de deficiência física, expedido por profissional legalmente habilitado.

§ 2º A isenção prevista no caput deste artigo somente poderá ser deferida quando, cumulativamente, o beneficiário:

I - possua um único imóvel edificado no Município;

II - aufera renda mensal de até 2 (dois) salários mínimos;

III - o valor do IPTU incidente sobre o imóvel, sem os descontos legais, seja inferior a 150 (cento e cinquenta) UFIPs.

Subseção III Do ISS

Art. 28. Poderá ser isento do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS), mediante requerimento regular, o contribuinte que atuar como prestador ambulante de serviços, devidamente cadastrado no Cades na condição de profissional autônomo.

Subseção IV Das Taxas

Art. 29. Será isento da Taxa de Coleta de Lixo o contribuinte que for considerado isento do IPTU, mediante requerimento na forma da Subseção I desta Seção.

Art. 30. Poderão requerer a isenção:

I - da Taxa de Localização e Funcionamento e de Horário Especial de Funcionamento:

a) os templos de qualquer culto, com imunidade reconhecida;

b) as entidades de assistência social, sem fins lucrativos, que não recebam contraprestação pelos serviços oferecidos, com imunidade reconhecida;

c) as associações de apoio às escolas públicas de ensino regular, regularmente inscritas no Cades;

II - da Taxa de Divertimentos Públicos e de Ocupação de Solo nas Vias e Logradouros Públicos:

a) os deficientes físicos, com comprovação por meio de laudo médico, que exerçam individualmente o pequeno comércio ou prestação de serviços;

b) as atividades de caráter religioso, educativo ou filantrópico, de interesse coletivo, desde que não haja qualquer finalidade lucrativa e não veicule marcas de empresas comerciais ou produtos, regularmente inscritas no Cades;

III - da Taxa de Propaganda e Publicidade:

a) os meios de publicidade destinados a fins religiosos, patrióticos, beneficentes, culturais ou esportivos, somente afixados nos prédios em que funcionem as respectivas atividades, regularmente inscritas no Cades;

b) as placas e dísticos de hospitais, entidades filantrópicas, beneficentes, culturais ou esportivas somente afixados nos prédios em que funcionem as respectivas atividades, regularmente inscritas no Cades;

c) os cartazes ou letreiros indicativos de trânsito, logradouros turísticos e itinerário de transporte coletivo, quando fornecidos por particulares, mediante autorização expressa do órgão municipal responsável pela fiscalização das posturas municipais;

IV - da Taxa de Comércio em Logradouro Público:

a) os deficientes físicos que exerçam individualmente o pequeno comércio ou prestação de serviços;

b) o vendedor ambulante de jornal e revista.

V - da Taxa de Execução de Obras, conforme atestado pelo órgão municipal responsável pela emissão do licenciamento, nas situações relativas a:

a) limpeza ou pintura de edificações em geral;

b) consertos ou construção de calçadas em passeios no logradouro público;

c) construção de muro, mureta, gradil ou similares nos limites de lote urbano;

d) reformas que não determinem acréscimos na área construída.

Parágrafo único. As isenções requeridas na forma do caput deste artigo serão analisadas pela Administração Tributária mediante comprovação dos requisitos de cada situação.

Seção IV Do Reconhecimento da não Incidência

Art. 31. A não incidência tributária será reconhecida pela Administração Tributária mediante requerimento formal do contribuinte, que indicará o tributo e os fatos a serem analisados.

CAPÍTULO IV DO REGIME ESPECIAL

Art. 32. O prestador de serviços poderá requerer regime especial visando:

I - a autorização para a emissão de Nota Fiscal de Serviços Eletrônica (NFS-e) sem identificação do tomador do serviço, devidamente justificado;

II - a permissão para qualquer atividade de diversão, lazer, entretenimento, feiras, exposições, congressos, palestras, conferências, seminários e congêneres, mediante a cobrança de ingresso ou qualquer outro meio de controle de acesso aos eventos, emitirem uma NFS-e por evento.

Art. 33. O regime especial de emissão de NFS-e sem identificação do tomador do serviço será concedido quando considerado impossível ou impertinente a identificação do tomador, conforme a atividade e volume de serviços prestados.

Art. 34. O regime especial referente a qualquer atividade de diversão, lazer, entretenimento, feiras, exposições, congressos, palestras, conferências, seminários e congêneres, mediante a cobrança de ingresso ou qualquer outro meio de controle de acesso aos eventos, quando autorizado, sujeita o interessado a:

I - comunicar previamente à Secretaria Municipal de Finanças a lotação máxima de seus estabelecimentos, os eventos a serem realizados com as respectivas datas e horários de realização, as espécies, as quantidades e os preços dos ingressos ou qualquer outro meio de entrada que serão expostos à venda;

II - colocar placa ou cartaz na bilheteria ou em local visível do exterior do prédio indicando o preço dos ingressos por evento e por tipo, no caso de eventos de natureza eventual ou periódica;

III - requerer previamente à Secretaria Municipal de Finanças autorização para vender ou entregar qualquer espécie de ingresso ou de meio de controle de acesso a eventos;

IV - entregar bilhete de ingresso específico, devidamente autorizado pela Administração Tributária, a cada usuário de lugar avulso, camarote ou frisa.

Parágrafo único. O ato de concessão do regime especial previsto no caput deste artigo determinará as condições de controle para sua utilização.

Art. 35. Requerido o regime especial, a decisão pelo setor responsável pela análise deverá ser proferida no prazo de 60 (sessenta) dias, contados do recebimento do pedido, devidamente saneado.

Art. 36. A autorização ou determinação de regime especial compete ao dirigente da Administração Tributária, a quem incumbe definir a forma do regime e responsabilidades do usuário.

Art. 37. Da decisão de que trata o art. 36 caberá recurso à autoridade superior, por intermédio da que praticou o ato recorrido,

a qual poderá reconsiderar sua decisão, no prazo de 10 (dez) dias, ou, nesse mesmo prazo, fazê-lo subir, devidamente informado, para deliberação final.

CAPÍTULO V DA RESTITUIÇÃO DE INDÉBITOS TRIBUTÁRIOS

Art. 38. O contribuinte terá direito, independente de prévio protesto, à restituição total ou parcial do tributo, nos seguintes casos:

I - cobrança, retenção ou pagamento de tributo indevido ou a maior que o devido, em face da legislação municipal aplicada, da natureza ou circunstâncias materiais do fato gerador efetivamente ocorrido;

II - erro na identificação do sujeito passivo, na determinação da alíquota aplicável, no cálculo do montante do débito ou na elaboração ou conferência de qualquer documento relativo ao pagamento;

III - reforma, anulação, revogação ou rescisão de decisão condenatória.

Parágrafo único. Os erros no pagamento de tributos municipais causados com participação do contribuinte, em relação à identificação do contribuinte, somente devem ser restituídos mediante anuência dos contribuintes envolvidos.

Art. 39. As restituições de indêbitos tributários serão autorizadas:

I - na modalidade estorno contábil, para os contribuintes sujeitos à emissão de nota fiscal de serviços no Município, quando o crédito será aplicado no abatimento de ISS a recolher;

II - como compensação financeira, na forma do Capítulo VI, para quitação de débitos vencidos;

III - em moeda corrente, nos demais casos, exceto quando solicitado de forma diversa pelo contribuinte.

§ 1º O aproveitamento de crédito fiscal se dará a pedido do contribuinte ou de ofício.

§ 2º O indêbito tributário será restituído com atualização monetária, no padrão adotado para os tributos municipais, calculada até a data da autorização da restituição ou da conversão em crédito.

§ 3º O disposto no inciso I do caput deste artigo não se aplica quando o contribuinte do ISS:

I - estiver sujeito à alíquota fixa ou estimativa fiscal;

II - não inscrito no cadastro fiscal do Município;

III - for optante pelo Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Simples Nacional) ou pelo Sistema de Recolhimentos em Valores Fixos Mensais dos Tributos abrangidos pelo Simples Nacional para os Microempreendedores Individuais (Simei).

§ 4º A compensação financeira tem precedência à restituição em moeda corrente, independente de prévio protesto do contribuinte.

Art. 40. O procedimento de restituição a pedido do contribuinte terá início com petição regularmente formalizada e protocolizada pelo interessado, instruída com:

I - a identificação completa do requerente e prova de sua capacidade postulatória;

II - o comprovante original do pagamento;

III - a prova do pagamento indevido e de que o ônus tributário foi suportado pelo requerente;

IV - os dados bancários para depósito em conta corrente à época da restituição, quando for o caso.

§ 1º Sendo o pedido de restituição fundamentado em decisão administrativa ou judicial, o requerente deverá anexar cópia do respectivo decisório.

§ 2º Para complementação do pedido de restituição, poderão ser solicitados outros documentos ou esclarecimentos do requerente, que terá o prazo de até 10 (dez) dias para atendimento, sob pena de arquivamento da solicitação.

Art. 41. A restituição total ou parcial do tributo dá lugar à restituição, na mesma proporção, dos acréscimos incidentes.

Art. 42. O direito de pleitear a restituição extingue-se com decurso de prazo de 5 (cinco) anos, contados da extinção do crédito tributário ou da data em que se tornar definitiva a decisão administrativa ou transitar em julgado a decisão judicial que tenha reformado, anulado, revogado ou rescindido a decisão condenatória, conforme o caso.

Art. 43. A restituição de tributos que comportem, por sua natureza, transferência do respectivo encargo financeiro, somente será feita a quem prove haver assumido o referido encargo, ou, no caso de tê-lo transferido a terceiro, estar por este expressamente autorizado a recebê-la.

Parágrafo único. Para os fins do disposto no caput deste artigo, quando a pessoa que pleitear a restituição não for aquela que houver recolhido o tributo, esta deverá estar autorizada por meio de escritura ou por meio instrumento de mandato público ou particular com firma reconhecida.

Art. 44. O contribuinte do ITBI terá direito à restituição do valor pago, no todo ou em parte, quando:

I - não se completar o ato ou contrato por força do qual tiver sido pago;

II - for declarada, por decisão judicial transitada em julgado, a nulidade do ato ou contrato pelo qual tiver sido pago;

III - for declarada a não incidência ou reconhecida a isenção.

Parágrafo único. Somente haverá restituição de valor pago a título de ITBI, em função de isenção tributária, se o sujeito passivo a houver pleiteado antes do pagamento do tributo e for reconhecida pela Administração Tributária.

Art. 45. O responsável tributário que promover retenção indevida ou a maior de ISS incidente sobre serviços tomados, e efetuou o recolhimento do valor retido, somente poderá pleitear a restituição:

I - se comprovar que devolveu ao contribuinte a quantia retida indevidamente ou a maior; ou

II - se estiver autorizado pelo contribuinte.

Art. 46. O pedido de restituição de ISS recolhido pelo Simples Nacional deverá ser formalizado junto à Secretaria Municipal de Finanças e será processado na forma desta Seção e da legislação específica do regime tributário.

Art. 47. O saneamento do processo de restituição compete ao setor de tributação da Secretaria Municipal de Finanças, cumprindo ao setor que tiver competência para calcular os tributos e as penalidades reclamadas prestar as informações consideradas necessárias.

Art. 48. A decisão em processo de restituição, inclusive nos casos de compensação financeira ou estorno contábil, se dará no prazo de 30 (trinta) dias, contados do saneamento final, e compete ao dirigente máximo da Secretaria Municipal de Finanças ou a quem ele delegar.

Art. 49. Da decisão tratada no art. 48 caberá pedido de reconsideração à própria autoridade que a proferiu, sem efeito suspensivo.

CAPÍTULO VI DA COMPENSAÇÃO DE CRÉDITOS

Art. 50. A compensação poderá ser realizada entre crédito de qualquer natureza do sujeito passivo junto ao Município, inclusive

decorrente de restituição, e crédito tributário relativo a qualquer tributo municipal, vencido ou vincendo, devido pelo mesmo titular do crédito.

Parágrafo único. Para fins de compensação, serão considerados os valores consignados nas parcelas, única ou não, do crédito tributário, sendo vedada a repartição de tais parcelas.

Art. 51. A compensação será autorizada, no interesse da Administração, pelo dirigente máximo da Secretaria Municipal de Finanças ou por quem ele designar.

§ 1º Na data da autorização para compensação de créditos fica interrompida a fruição dos acréscimos legais, até a data de sua efetivação.

§ 2º Quando se tratar de créditos do contribuinte não oriundos de restituição tributária, a compensação somente será possível caso tenha havido o empenho e a liquidação da despesa, sem antecipação das obrigações do Município.

Art. 52. A compensação poderá ser iniciada a requerimento do sujeito passivo, devidamente protocolizado, ou de ofício, quando justificado por quem lhe der causa.

Parágrafo único. Quanto iniciada de ofício, a compensação somente será levada a termo após consentimento formal do contribuinte.

Art. 53. Será feita a compensação em créditos do Município, vencidos ou vincendo, independente de prévio protesto, quando houver quaisquer valores a serem restituídos a pedido do contribuinte.

Art. 54. É vedada a compensação mediante o aproveitamento de tributo objeto de contestação judicial pelo sujeito passivo, antes do trânsito em julgado da respectiva decisão judicial.

CAPÍTULO VII DA TRANSAÇÃO ADMINISTRATIVA OU JUDICIAL

Art. 55. A Secretaria Municipal de Finanças ou a Procuradoria Geral do Município, por meio de seus titulares, são autorizadas a promover a transação administrativa ou judicial, respectivamente, dos créditos tributários do Município, nas seguintes hipóteses:

I - o montante do tributo tenha sido fixado por estimativa ou arbitramento;

II - a incidência ou o critério de cálculo do tributo for matéria notoriamente controversa;

III - correr erro ou ignorância escusável do sujeito passivo quanto à matéria;

IV - ocorrer conflito de competência com outras pessoas de direito público interno.

Parágrafo único. Não serão objeto de transação de que trata o caput deste artigo as verbas relativas a custas e despesas processuais, honorários periciais e advocatícios e outras pronunciações de natureza diversa do crédito tributário.

Art. 56. O processo relativo à transação será individualizado para apreciação e iniciado por meio de requerimento do interessado.

Art. 57. Compete à Administração Tributária prestar informações pormenorizadas da origem e dos respectivos valores dos créditos tributários.

Art. 58. O contribuinte, beneficiário da transação, por meio de requerimento próprio, deverá confessar a dívida em caráter definitivo e irretratável, renunciando a apresentação de qualquer impugnação ou recurso, na esfera administrativa ou judicial, inclusive desistindo daqueles já interpostos.

Parágrafo único. Os setores técnicos auxiliares manifestarão acerca da regularidade do pedido mediante parecer fundamentado.

Art. 59. A concessão da transação não poderá atingir o principal do crédito tributário atualizado, nem o valor da multa fiscal por infração dolosa ou reincidência, limitando-se à dispensa, parcial ou total, dos acréscimos legais referentes à multa de infração, multas e juros de mora.

Art. 60. Qualquer transação realizada deverá ser formalizada em Termo próprio, com publicação do seu extrato no Diário Oficial do Município.

Art. 61. O disposto neste Capítulo não gera direito à restituição de valores que já tiverem sido objeto de pagamento, por qualquer forma.

CAPÍTULO VIII DO DEPÓSITO

Art. 62. O sujeito passivo poderá efetuar o depósito do montante integral ou parcial da obrigação tributária:

I - quando preferir o depósito à consignação judicial;

II - para atribuir efeito suspensivo a qualquer ato por ele impetrado, administrativa ou judicialmente, visando à modificação, extinção ou exclusão total ou parcial da obrigação tributária.

Art. 63. O depósito deverá ser realizado em moeda corrente do país ou em cheque, em conta corrente determinada, para cada caso, pela Secretaria Municipal de Finanças.

§ 1º O depósito em cheque somente surtirá qualquer efeito a partir do resgate.

§ 2º O Município poderá aplicar os valores depositados, restituindo proporcionalmente os rendimentos aos contribuintes, se for o caso.

Art. 64. A importância a ser depositada corresponderá ao valor integral do crédito tributário apurado:

I - pelo Fisco, inclusive nos casos de:

a) lançamento de ofício, inclusive nos casos de estimativa ou arbitramento da base de cálculo;

b) alteração ou substituição do lançamento original, qualquer que tenha sido a modalidade;

c) aplicação de penalidades pecuniárias;

d) na decisão administrativa desfavorável, no todo ou em parte, ao sujeito passivo;

II - pelo próprio contribuinte, nos casos de confissão espontânea da obrigação, antes do início de qualquer procedimento fiscal.

Parágrafo único. O depósito parcial será admitido exclusivamente para expurgo de prestações vincendas, apenas quando houver confissão irretratável de dívida em relação a tais parcelas.

Art. 65. O depósito efetivado após a data do vencimento do tributo contemplará a atualização monetária, os juros e multas devidos.

Art. 66. Cabe ao sujeito passivo, por ocasião da efetivação do depósito, especificar o crédito tributário ou a sua parcela, quando este for exigido em prestações, ou ainda a penalidade pecuniária, por ele abrangido.

Parágrafo único. A efetivação do depósito não importa em suspensão do crédito tributário:

I - quando parcial, das prestações vincendas em que tenha sido decomposto;

II - quanto total, de outros créditos referentes ao mesmo ou a outros tributos ou penalidades pecuniárias.

CAPÍTULO IX DA DAÇÃO EM PAGAMENTO

Art. 67. O sujeito passivo poderá requerer a extinção de obrigação tributária pela dação em pagamento de bens imóveis de sua propriedade, do responsável ou de terceiro que se proponha.

Parágrafo único. Considera-se obrigação tributária, para os fins deste Capítulo, o valor do crédito tributário, acrescido de atualização monetária, os juros e multas devidos até a data assinatura da escritura da dação em pagamento, caso autorizada.

Art. 68. A dação em pagamento importa em confissão irretroatável do débito, com renúncia a qualquer forma de contestação administrativa ou judicial, independente de declaração forma do contribuinte neste sentido.

Art. 69. A dação em pagamento será apreciada pelo Chefe do Poder Executivo, ouvidos os órgãos técnicos envolvidos e mediante parecer jurídico, podendo ser deferida quando o imóvel ofertado seja de interesse do Município.

Parágrafo único. O início do procedimento de dação em pagamento dependerá de prévia dotação orçamentária, consubstanciada na emissão de nota de reserva, firmada pela autoridade máxima do órgão responsável.

Art. 70. O processo de dação em pagamento deverá ser instruído com:

I - requerimento do contribuinte, com a indicação dos débitos a serem quitados e dos imóveis localizados no município de Palmas ofertados para pagamento;

II - certidão de ônus emitida pelo Cartório de Registro de Imóveis, no máximo, há 90 (noventa) dias, que comprove que os bens ofertados estejam livres e desembaraçados;

III - Laudo de Avaliação ou Parecer Técnico de Avaliação Mercadológica que contemple os conceitos, métodos e procedimentos da NBR 14653 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), que trata da avaliação de bens.

§ 1º O Laudo de Avaliação ou Parecer Técnico de Avaliação Mercadológica pode ser suprido, a critério do contribuinte, pelo valor venal atribuído ao imóvel pelo Município para o exercício corrente ao requerimento.

§ 2º Os imóveis ofertados estarão sujeitos a vistoria do Município e não poderão ser objeto de invasão, esbulho, turbacão ou qualquer perturbação na posse.

Art. 71. Serão adotadas, após o requerimento de dação em pagamento pelo interessado, as seguintes manifestações:

I - parecer técnico da Secretaria Municipal de Finanças sobre a pretensão, com a informação precisa do valor atualizado dos débitos a serem quitados;

II - manifestação do órgão ordenador da despesa sobre a disponibilidade orçamentária;

III - parecer técnico do órgão municipal responsável pelo desenvolvimento urbano, acerca das condições dos imóveis ofertados, em especial as determinadas no § 2º do art. 70, e sua aceitabilidade para uso municipal;

IV - parecer técnico do órgão municipal responsável pela política habitacional, acerca da aceitabilidade para projetos habitacionais;

V - parecer técnico e jurídico da Procuradoria Geral do Município, acerca do ingresso dos imóveis ofertados no patrimônio imobiliário e legalidade do procedimento;

VI - aceitabilidade formal do Chefe do Poder Executivo.

Parágrafo único. De acordo com as características dos imóveis ofertados em dação em pagamento, outros órgãos técnicos poderão ser determinados a manifestar-se sobre a aceitabilidade.

Art. 72. Sendo deferido o pedido, caso o valor dos bens ofertados seja inferior ao crédito tributário, a diferença verificada deverá ser paga à vista pelo interessado, antes do registro imobiliário da dação em pagamento.

Parágrafo único. Caso o valor dos bens ofertados seja superior ao crédito tributário, a continuidade da dação em pagamento ficará condicionado à dispensa formal da diferença pelo interessado em favor do Município, que pode ser inscrita na própria escritura.

Art. 73. A extinção do crédito tributário somente ocorrerá com a integração do bem ao patrimônio do Município, representada pela matrícula no Cartório de Registro de Imóveis.

Parágrafo único. Fica a cargo do devedor as despesas relativas a registro imobiliário decorrentes da dação em pagamento.

CAPÍTULO X DA DENÚNCIA ESPONTÂNEA

Art. 74. O contribuinte, antes do início de qualquer procedimento fiscal, poderá procurar espontaneamente a repartição fiscal para comunicar irregularidade ou recolher tributo não pago na época própria.

§ 1º Quando se tratar de irregularidade com relação à obrigação acessória, a denúncia será declarada pelo contribuinte mediante a correção da obrigação.

§ 2º A apresentação de documentos obrigatórios à Administração não importa em denúncia espontânea, para os fins do disposto neste Capítulo.

§ 3º São considerados documentos obrigatórios aqueles que a Administração fixar prazo regular para sua apresentação, inclusive retificação ou substituição.

Art. 75. O contribuinte que apresentar denúncia espontânea que não reúna as condições indispensáveis para a elisão da cobrança da respectiva penalidade estará sujeito ao seu lançamento de imediato.

CAPÍTULO XI DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 76. A Secretaria Municipal de Finanças adotará os mecanismos necessários para informar aos cidadãos acerca dos processos administrativos tributários, estabelecendo formulários e rotinas para atendimento das demandas, preferencialmente em meio eletrônico.

ATO Nº 936 - NM.

A PREFEITA DE PALMAS, no uso das atribuições que lhe confere o art. 71, incisos I e VI, da Lei Orgânica do Município, resolve,

NOMEAR

Art. 1º São nomeados, os adiante relacionados, nos cargos que especifica, a partir de 7 de dezembro de 2018:

I - Subprefeitura da Região Sul do Município de Palmas:
Assessor Técnico II – DAS-7:
ANA CAROLINA DOS SANTOS COSTA.

Assistente de Relações Institucionais – DAS-8:
RODRIGO DE OLIVEIRA RODRIGUES;
LORRANY TEIXEIRA DE PAULA.

II - Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Emprego:
Diretor de Inclusão Social e Produtiva – DAS-4:
FABIO CARLOS LOPES.

III - Secretaria Municipal de Comunicação:
Assistente de Gabinete I – DAS-8:
JOÃO ALVES GLÓRIA FILHO.

IV - Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social:
Gerente de Alta Complexidade – DAS-7:
KENIA MÁRCIA CAMPOS MENDONÇA.

Chefe da Unidade de Atendimento – CRAS – DAS-7:
ERDILEIA ARAÚJO SANTANA.

Art. 2º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Palmas, 6 de dezembro de 2018.

CINTHIA ALVES CAETANO RIBEIRO
Prefeita de Palmas

Guilherme Ferreira da Costa
Secretário da Casa Civil do Município de Palmas

ATO Nº 937 - DSG.

A PREFEITA DE PALMAS, no uso da atribuição que lhe confere o art. 71, incisos I e IV, da Lei Orgânica do Município de Palmas, resolve

DESIGNAR

Art. 1º São designados, os adiante relacionados, nas funções gratificadas que especifica, a partir de 7 de dezembro de 2018:

I - Secretaria Municipal de Comunicação:
Chefe da Divisão de Recursos Humanos – FG:
SIMONE BELTRÃO LOPES NUNES.

II - Casa Civil do Município de Palmas:
Chefe da Divisão de Protocolo – FG:
LUIZ CELESTINO DE ABREU FILHO.

Art. 2º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Palmas, 6 de dezembro de 2018.

CINTHIA ALVES CAETANO RIBEIRO
Prefeita de Palmas

Guilherme Ferreira da Costa
Secretário da Casa Civil do Município de Palmas

CASA CIVIL DO MUNICÍPIO

PORTARIA Nº 442, DE 6 DE DEZEMBRO DE 2018.

O SECRETÁRIO DA CASA CIVIL DO MUNICÍPIO DE PALMAS, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto nº 1.594, de 19 de abril de 2018,

RESOLVE:

Art. 1º É tornado sem efeito no Ato nº 895-NM, de 21 de novembro de 2018, publicado no Diário Oficial do Município nº 2.128, de 21 de novembro de 2018, a parte que nomeia EURIJAN MARTINS BARROS do cargo de Assessor Técnico II – DAS-7, na Subprefeitura da Região Sul do Município de Palmas.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Palmas, 6 de dezembro de 2018

Guilherme Ferreira da Costa
Secretário da Casa Civil do Município de Palmas

PORTARIA Nº 443, DE 6 DE DEZEMBRO DE 2018.

O SECRETÁRIO DA CASA CIVIL DO MUNICÍPIO DE PALMAS, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto nº 1.594, de 19 de abril de 2018,

RESOLVE:

Art. 1º São tornadas sem efeito na Portaria nº 356, de 1º de novembro de 2018, publicada no Suplemento ao Diário Oficial do Município nº 2.116, de 1º de novembro de 2018, as partes que exoneram os servidores a seguir:

I - Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural:
Gerente de Operação de Máquinas Agrícolas - DAS-7:
SEBASTIÃO LUIZ BRITO.

II - Secretaria Municipal de Segurança e Mobilidade Urbana:
Gerente de Fiscalização de Trânsito – DAS-7:
GLAUCE KELLY DE SOUZA.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Palmas, 6 de dezembro de 2018.

Guilherme Ferreira da Costa
Secretário da Casa Civil do Município de Palmas

PORTARIA Nº 444, DE 6 DE DEZEMBRO DE 2018.

O SECRETÁRIO DA CASA CIVIL DO MUNICÍPIO DE PALMAS, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto nº 1.594, de 19 de abril de 2018,

RESOLVE:

Art. 1º São tornadas sem efeito na Portaria nº 357, de 1º de novembro de 2018, publicada no Suplemento ao Diário Oficial do Município nº 2.116, de 1º de novembro de 2018, as dispensas das funções gratificadas que especifica (simbologia FG), dos servidores adiante relacionados:

I - Fundação de Meio Ambiente de Palmas:
Supervisor de Atendimento – Resolve Palmas:
LUCINEIA MARTINS DE FRANÇA.

II - Secretaria Municipal de Segurança e Mobilidade Urbana:
Chefe da Divisão do Guardião Escolar:
NERIAN CHAVES DA SILVA.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Palmas, 6 de dezembro de 2018.

Guilherme Ferreira da Costa
Secretário da Casa Civil do Município de Palmas

PORTARIA Nº 445, DE 6 DE DEZEMBRO DE 2018.

O SECRETÁRIO DA CASA CIVIL DO MUNICÍPIO DE PALMAS, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto nº 1.594, de 19 de abril de 2018,

CONSIDERANDO o inciso II do art. 5º da Lei nº 2.031, de 3 de fevereiro de 2014, que prevê a rescisão de contrato de servidor por iniciativa do contratado;

CONSIDERANDO os pedidos rescisórios protocolizados pelos interessados;

RESOLVE:

Art. 1º São rescindidos, a pedido, os contratos de trabalho dos servidores a seguir discriminados, dos cargos que especifica, da Secretaria Municipal da Educação, a partir de 23 de novembro de 2018:

I - ANICE DE SOUZA MOURA, Professor PII-40h, matrícula nº 413031955;

II - ELIANE MOTA PEREIRA, Monitor de Atividade de Jornada Ampliada Nível II, matrícula nº 413032129;

III - ITALLO BRUNO COSTA ARRUDA MARTINS, Agente Administrativo Educacional-40h, matrícula nº 413033524;

IV - SANDRA SOUSA COSTA, Agente Administrativo Educacional-40h, matrícula nº 413032184;

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Palmas, 6 de dezembro de 2018.

Guilherme Ferreira da Costa
Secretário da Casa Civil do Município de Palmas

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO HUMANO

PORTARIA Nº 523, DE 05 DE DEZEMBRO DE 2018.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO HUMANO, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo art. 80, incisos IV e V, da Lei Orgânica do Município de Palmas, com fulcro do artigo nº 27 da Lei 2.299, de 30 de março de 2017, combinado com o Decreto nº 1.031 art. 79, de 29 de maio de 2015 que dispõe sobre os procedimentos para gestão das despesas públicas e adota outras providências e suas alterações.

Considerando os termos dos Artigos 66 e 67 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, bem como dos artigos 38 e 39 do Decreto Municipal nº 1.031, de 29 de maio de 2015.

RESOLVE:

Art. 1º Designar os servidores abaixo com o encargo de Fiscal de Execução do Contrato nº 016/2017, e suplente, referente ao Processo nº 2017028513, cujo objeto é o gerenciamento de frota e administração de abastecimento de veículos, através de um sistema informatizado, com utilização de cartão magnético, firmado com a empresa BRASILCARD ADMINISTRADORA DE CARTÕES LTDA.

SERVIDOR		MATRÍCULA
TITULAR	EDILVÂNIO VIEIRA ROCHA	413033800
SUPLENTE	ADEMILSON ARAUJO CARVALHO	413031682

Art. 2º São atribuições do fiscal de contrato, na sua ausência respondendo seu suplente por:

I – Acompanhar a execução contratual, em seus aspectos quantitativos e qualitativos;

II – Registrar todas as ocorrências surgidas durante a execução do objeto;

III – Determinar a reparação, correção, remoção, reconstrução ou substituição às expensas da empresa contratada, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados;

IV – Rejeitar, no todo ou em parte, obra, serviço ou fornecimento executado em desacordo com o contrato;

V – Exigir e assegurar o cumprimento dos prazos previamente estabelecidos;

VI – Exigir o cumprimento das cláusulas do contrato e respectivos termos aditivos (verificar a existência de possível subcontratação vedada contratualmente, por exemplo);

VII – Aprovar a medição dos serviços efetivamente realizados, em consonância com o regime de execução previsto no contrato, o fiscal jamais deve atestar a conclusão de serviços que não foram totalmente executados, se necessário, o Fiscal deverá solicitar suporte técnico, administrativo e jurídico;

VIII – Comunicar à autoridade superior, em tempo hábil, qualquer ocorrência que requeira decisões ou providências que ultrapassem sua competência, em face de risco ou iminência de prejuízo ao interesse público;

IX – Informar à autoridade superior qualquer registro de dificuldade ou impossibilidade para o cumprimento de suas obrigações, com identificação dos elementos impeditivos do exercício da atividade, além das providências e sugestões que porventura entender cabíveis;

X – Receber o objeto contratual, provisória ou definitivamente;

XI – Atestar a realização dos serviços ou fornecimento dos bens efetivamente prestados, mediante relatório consolidado, anterior ao pagamento.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento Humano, aos 05 dias do mês de dezembro de 2018.

Thiago de Paulo Marconi
Secretário Municipal de Planejamento e Desenvolvimento Humano - Interino
(Ato nº 909/DSG)

PORTARIA Nº 524, DE 05 DE DEZEMBRO DE 2018.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO HUMANO, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo art. 80, incisos IV e V, da Lei Orgânica do Município de Palmas, com fulcro do artigo nº 27 da Lei 2.299, de 30 de março de 2017, combinado com o Decreto nº 1.031 art. 79, de 29 de maio de 2015 que dispõe sobre os procedimentos para gestão das despesas públicas e adota outras providências e suas alterações.

Considerando os termos dos Artigos 66 e 67 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, bem como dos artigos 38 e 39 do Decreto Municipal nº 1.031, de 29 de maio de 2015.

RESOLVE:

Art. 1º Designar os servidores abaixo com o encargo de Fiscal de Execução do Contrato nº 046/2016, e suplente, referente ao Processo nº 2015005321, cujo objeto é a contratação de empresa especializada em lavagem e higienização de veículos, firmado com a empresa FERRARI E CARDOSO.

SERVIDOR		MATRÍCULA
TITULAR	EDILVÂNIO VIEIRA ROCHA	413033800
SUPLENTE	ADEMILSON ARAUJO CARVALHO	413031682

Art. 2º São atribuições do fiscal de contrato, na sua ausência respondendo seu suplente por:

I – Acompanhar a execução contratual, em seus aspectos quantitativos e qualitativos;

II – Registrar todas as ocorrências surgidas durante a execução do objeto;

III – Determinar a reparação, correção, remoção, reconstrução ou substituição às expensas da empresa contratada, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados;

IV – Rejeitar, no todo ou em parte, obra, serviço ou fornecimento executado em desacordo com o contrato;

V – Exigir e assegurar o cumprimento dos prazos previamente estabelecidos;

VI – Exigir o cumprimento das cláusulas do contrato e respectivos termos aditivos (verificar a existência de possível subcontratação vedada contratualmente, por exemplo);

VII – Aprovar a medição dos serviços efetivamente realizados, em consonância com o regime de execução previsto no contrato, o fiscal jamais deve atestar a conclusão de serviços que não foram totalmente executados, se necessário, o Fiscal deverá solicitar suporte técnico, administrativo e jurídico;

VIII – Comunicar à autoridade superior, em tempo hábil, qualquer ocorrência que requeira decisões ou providências que ultrapassem sua competência, em face de risco ou iminência de prejuízo ao interesse público;

IX – Informar à autoridade superior qualquer registro de dificuldade ou impossibilidade para o cumprimento de suas obrigações, com identificação dos elementos impeditivos do exercício da atividade, além das providências e sugestões que porventura entender cabíveis;

X – Receber o objeto contratual, provisória ou definitivamente;

XI – Atestar a realização dos serviços ou fornecimento dos bens efetivamente prestados, mediante relatório consolidado, anterior ao pagamento.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento Humano, aos 05 dias do mês de dezembro de 2018.

Thiago de Paulo Marconi
Secretário Municipal de Planejamento e Desenvolvimento Humano - Interino
(Ato nº 909/DSG)

SUBPREFEITURA DA REGIÃO SUL

EXTRATO DE TERMO ADITIVO DE RERRATIFICAÇÃO Nº 01 AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 019/2017

PROCESSO: 2017041478

ESPÉCIE: Termo aditivo de prazo e valor.

OBJETO: O presente Instrumento tem por objeto a contratação de empresa especializada em locação de máquinas e equipamentos, nas condições e especificações constantes no Processo nº 2017041478.

ADITAMENTO: As partes lavram o presente Termo, por mútuo entendimento, para consignar a prorrogação de prazo e valor correspondente por mais 12 (dozes) meses, a partir do vencimento, tendo vigência até a data de 29 (vinte e nove) de novembro de 2019, em conformidade com o art. 57, II da Lei nº 8.666/93.

BASE LEGAL: Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores, e processo nº 2017041478.

SIGNATÁRIOS: Subprefeitura da Região Sul de Palmas por seu representante legal o senhor Antonio Trabulsi Sobrinho, RG nº 1382245 SSP/TO e CPF 288.332.953-20, bem como empresa RSN Logística – Locação e Serviços de Máquinas e Equipamentos LTDA, CNPJ nº 02.340.985/0001-20, por meio de seu representante legal o senhor Rodrigo Siqueira Nogueira, RG nº 1.480.162 SSP/GO e CPF nº 587.922.791-04.

DATA DA ASSINATURA: 29/11/2018.

SECRETARIA DE FINANÇAS

SUPERINTENDÊNCIA DE COMPRAS E LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 099/2018 AMPLA CONCORRÊNCIA COM RESERVA DE COTA DE ATÉ 25% E EXCLUSIVO PARA ME E EPP REGISTRO DE PREÇOS

A Prefeitura Municipal de Palmas/TO, por meio da Pregoeira da Secretaria de Finanças, torna público que fará realizar às 15h00min (horário de Brasília-DF) do dia 27 de dezembro de 2018, no site: www.portaldecompraspublicas.com.br, o PREGÃO ELETRÔNICO Nº 099/2018, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, para registro de preço, cujo o objeto é a futura aquisição de medicamentos para manutenção das Demandas judiciais que se encontram ativas, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital e seus anexos, de interesse da Secretaria Municipal de Saúde - SEMUS, processo nº 2018021077. O Edital poderá ser retirado no site: www.portaldecompraspublicas.com.br ou examinado no endereço eletrônico: portal.palmas.to.gov.br e na Superintendência de Compras e Licitações, sito à Quadra 401 Sul, Av. Joaquim Teotônio Segurado, CJ. 01, LT. 19-A, Plano Diretor Sul, Palmas – TO, CEP 77.015-550, ao lado da Santa Helena Veículos, em horário comercial, em dias úteis. Maiores informações poderão ser obtidas no local, pelos telefones (63) 2111-2736/2737 ou e-mail cplpalmas@gmail.com.

Palmas, 06 de dezembro de 2018.

Andria Moreira Barreira
Pregoeira

DIRETORIA DA JUNTA DE RECURSOS FISCAIS

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

A Secretaria da Junta de Recursos Fiscais, com base no artigo 6º, §2º, II da LC nº 288/2013, NOTIFICA os contribuintes abaixo relacionados, para comparecerem na Junta de Recursos Fiscais, sito a 502 Sul, Av NS 02, Paço Municipal - Prédio Buriti em Palmas/TO – Tel. (0xx63) 2111-2703 – Palmas/TO, no dia e horário abaixo especificado para julgamento dos Autos de Infração descritos.

Razão Social/Nome	Auto de Infração e Processo	Multa	Dia do Julgamento	Horário do Julgamento
ROMEUBAUM	Auto de Infração: 000501 Processo: 2017066763	Infração de Posturas	12/12/2018	14:30h
LUCIANO AYRES DA SILVA	Auto de Infração: 006540 Processo: 2017032393	Infração de Posturas	12/12/2018	14:40h
JOAQUIM ALVES COSTA	Autos de Infração: 006545 Processo: 2017055721	Infração de Posturas	12/12/2018	14:50h
R OLIVEIRA E SILVA ALMEIDA – ME	Autos de Infração: 008885 Processos: 2017073937	Infração de Posturas	12/12/2018	15:00h
LOPES & COSTA LTDA – ME	Autos de Infração: 008889 Processos: 2017073914	Infração de Posturas	12/12/2018	15:10h
M. C. E. ROQUE BONFIM – ME	Autos de Infração: 011678 Processos: 2017074017	Infração de Posturas	12/12/2018	15:20h

Palmas, 05 de dezembro de 2018.

Carlos Augusto Mecnas Martins
Secretário Executivo da Juref

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

A Secretaria da Junta de Recursos Fiscais, com base no artigo 6º, §2º, II da LC nº 288/2013, NOTIFICA o contribuinte abaixo relacionado, para comparecer na Junta de Recursos Fiscais, sito a 502 Sul, Av. NS 02, Paço Municipal - Prédio Buriti em Palmas/TO – Tel. (0xx63) 2111-2703, no dia e horário abaixo especificado para julgamento dos Autos de Infração descritos.

Razão Social	Autos de Infração / Processo	Exigência Tributária	Dia do Julgamento	Horário do Julgamento
SPE POLITEC INCORPORADORA 005 LTDA.	Autos de Infração: 14584-14585-14586-14587-14588-14589-14590-14591/2018. Processos: 2017029097-2017029099-2017029100-2017029101-2017029103-2017029105-2017029108-2017029109.	ISS-AF / MF	13/12/2018	14:30h

Palmas, 05 de dezembro de 2018.

Carlos Augusto Mecnas Martins
Secretário Executivo da Juref

SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS

EXTRATO DE TERMO ADITIVO DE RERRATIFICAÇÃO Nº 01 AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 047/2017

PROCESSO: 2017020280

ESPÉCIE: Termo aditivo de prazo e valor.

OBJETO: O presente instrumento tem por objeto a contratação de empresa especializada para prestação de serviços de execução de implantação de iluminação pública nos canteiros centrais e praças do Município de Palmas, nas condições e especificações constantes no Processo nº 2017020280.

ADITAMENTO: As partes lavram o presente Termo, por mútuo entendimento, para consignar a prorrogação de prazo por mais 6 (seis) meses, a partir do vencimento e o acréscimo de 24,89%, que correspondem ao valor de R\$ 39.976,96 (trinta e nove mil, novecentos e setenta e seis reais e noventa e seis centavos), em conformidade com o art. 57, II e art. 65, § 1º da Lei nº 8.666/93.

BASE LEGAL: Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores, e Processo nº 2017020280.

SIGNATÁRIOS: Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos por seu representante legal o senhor Antonio Trabulsi Sobrinho, RG nº 1382245 SSP/TO e CPF 288.332.953-20, bem como a empresa Tecnolumen Iluminação Urbana LTDA, inscrita no CNPJ nº 19.066.038/0001-95, por meio de seu representante legal o senhor Elio Cherubini Bergemann, RG nº 9.210.289 SSP/SP e CPF nº 109.527.868-18.

DATA DA ASSINATURA: 23/11/2018.

EXTRATO DE CONTRATO DE FORNECIMENTO Nº 133/2018

PROCESSO: 2017053746

ESPÉCIE: Contrato Fornecimento

CONTRATANTE: Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos.

CONTRATADA: J. M. de Lima Distribuidora Eireli-ME
 OBJETO O presente Instrumento tem por objeto a aquisição de materiais elétricos para iluminação natalina, conforme condições, quantidades, especificações e exigências estabelecidas no Edital.
 VALOR TOTAL: R\$ 300.760,00 (trezentos mil, setecentos e sessenta reais).

BASE LEGAL: Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002; Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993; e do Decreto Municipal nº 5.450/2005.

RECURSOS: Funcional programática: 15.451.1118-1669, Natureza de despesa: 33.90.30, Fonte de Recurso: 012300103, Ficha: 20182748.

VIGÊNCIA: 31/12/2018.

DATA DA ASSINATURA: 26/11/2018.

SIGNATÁRIOS: Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos, por meio de seu representante legal o senhor Antonio Trubulsi Sobrinho, RG nº 1382245 SSP/TO, CPF nº 288.332.953-20, bem como da empresa J. M. de Lima Distribuidora Eireli-ME, inscrita no CNPJ nº 06.083.932/0001-21, por meio de seu representante legal o senhor José Maurílio de Lima, RG nº 439.890 SSP/DF e CPF nº 119.437.501-49.

EXTRATO DE CONTRATO DE FORNECIMENTO Nº 135/2018

PROCESSO: 2017048699

ESPÉCIE: Contrato de Fornecimento

CONTRATANTE: Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos.

CONTRATADA: Reflet Comércio de Equipamentos Para Iluminação LTDA - EPP.

OBJETO O presente Instrumento tem por objeto a aquisição de materiais elétricos, conforme condições, quantidades, especificações e exigências estabelecidas no Edital.

VALOR TOTAL: R\$ 148.300,00 (cento e quarenta e oito mil, trezentos reais).

BASE LEGAL: Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002; Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993; e do Decreto Municipal nº 5.450/2005.

RECURSOS: Funcional programática: 15.451.1118-2711, Natureza de Despesa: 44.90.52, Fonte de Recursos: 012300103, Ficha: 20181123.

VIGÊNCIA: 31/12/2018.

DATA DA ASSINATURA: 27/11/2018.

SIGNATÁRIOS: Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos, por meio de seu representante legal o senhor Antonio Trubulsi Sobrinho, RG nº 1382245 SSP/TO e CPF nº 288.332.953-20, bem como da empresa Reflet Comércio de Equipamentos Para Iluminação LTDA - EPP, inscrita no CNPJ nº 12.513.538/0001-89, por meio de seu representante legal o senhor Leonardo Pulvienti Ianuzzi RG nº 27.789.033-0 SSP/SP e CPF nº 271.901.198-33.

EXTRATO DE CONTRATO DE FORNECIMENTO Nº 136/2018

PROCESSO: 2017048699

ESPÉCIE: Contrato de Fornecimento.

CONTRATANTE: Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos.

CONTRATADA: O&M Multivisão Eireli-EPP.

OBJETO O presente Instrumento tem por objeto a aquisição de materiais elétricos, conforme condições, quantidades, especificações e exigências estabelecidas no Edital.

VALOR TOTAL: R\$ 55.185,00 (cinquenta e cinco mil, cento e oitenta e cinco reais).

BASE LEGAL: Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002; Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993; e do Decreto Municipal nº 5.450/2005.

RECURSOS: Funcional programática: 15.451.1118-2711, Natureza de despesa: 44.90.30, Fonte de Recursos: 012300103, Ficha: 20181122.

VIGÊNCIA: 31/12/2018

DATA DA ASSINATURA: 27/11/2018.

SIGNATÁRIOS: Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos, por meio de seu representante legal o senhor Antonio Trubulsi Sobrinho, RG nº 1382245 SSP/TO e CPF nº 288.332.953-20, bem como da empresa O&M Multivisão Eireli-EPP, inscrita no CNPJ nº 10.638.290/0001-57, por meio de seu representante legal o senhor Márcio Magalhães, RG nº 464.898 SSP/TO e CPF nº 191.583.276-49.

EXTRATO DE CONTRATO DE FORNECIMENTO Nº 137/2018

PROCESSO: 2017048699

ESPÉCIE: Contrato de Fornecimento

CONTRATANTE: Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos.

CONTRATADA: Transvolttec Eletrônica Indústria e Comércio LTDA.

OBJETO O presente Instrumento tem por objeto a aquisição de materiais elétricos, conforme condições, quantidades, especificações e exigências estabelecidas no Edital.

VALOR TOTAL: R\$ 949.555,00 (novecentos e quarenta e nove mil, quinhentos e cinquenta e cinco reais).

BASE LEGAL: Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002; Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993; e do Decreto Municipal nº 5.450/2005.

RECURSOS: Funcional programática: 15.451.1118-2711, Natureza de despesa: 44.90.52, Fonte de Recursos: 012300103, Ficha: 20181123.

VIGÊNCIA: 31/12/2018

DATA DA ASSINATURA: 27/11/2018.

SIGNATÁRIOS: Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos, por meio de seu representante legal o senhor Antonio Trubulsi Sobrinho, RG nº 1382245 SSP/TO e CPF nº 288.332.953-20, bem como da empresa Transvolttec Eletrônica Indústria e Comércio LTDA, inscrita no CNPJ nº 00.005.103/0001-44, por meio de seu representante legal o senhor Jorge Rodrigues Alves RG nº 19.507.497 SSP/SP e CPF nº 087.053.848-93.

SECRETARIA DA EDUCAÇÃO

PORTARIA/GAB/SEMED/Nº 0814, 4 DE DEZEMBRO DE 2018.

A SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO, no exercício no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo Ato Nº 875 – DSG, de 5 de novembro de 2018 e consoante a Lei nº 1256, de 22 de dezembro de 2003, alterada pela Lei nº 2.309, de 9 de maio de 2017.

RESOLVE:

ART. 1º - Estabelecer os valores a serem repassados para a Unidade de Ensino da Rede Pública Municipal, através da ACE – Associação Comunidade Escola, que deverão ser gastos com manutenção da Infraestrutura na Unidade de Ensino, conforme preconização da Lei supracitada.

Nº de Ordem	Escola	Nº Processo	Naturezas de Despesas	Valor do Repasse
1	ACE- ETI Escola Municipal de Tempo Integral ARSE 132	2018000006	33.50.39	R\$ 450,00
TOTAL GERAL				R\$ 450,00

ART. 2º - Os recursos serão advindos da seguinte dotação: Programa de Trabalho: 12.361.1109.4404 Naturezas de Despesas: 33.50.39 Fontes: 002000361, 002090361, 003040361 e 003090040.

ART. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO, aos quatro dias do mês de dezembro de dois mil e dezoito.

Juscéia Aparecida Veiga Garbelini
 Secretária Municipal da Educação

UNIDADES EDUCACIONAIS

ERRATA

A ACE da Escola Municipal de Tempo Integral Anísio Spínola Teixeira, através do Presidente da Comissão Permanente de Licitação, torna público que no Extrato do Contrato nº 027/2018, da Tomada de Preço nº 003/2018, de aquisição de gêneros alimentícios, publicado no Diário Oficial do Município de Palmas/TO nº 2.124, de 14 de novembro de 2018, pág. 08:

Onde se lê:

VALOR TOTAL: R\$ 13.374,40 (Treze mil trezentos e setenta e quatro reais e quarenta centavos);

Leia-se:

VALOR TOTAL: R\$ 29.854,40 (Vinte e nove mil oitocentos e cinquenta e quatro reais e quarenta centavos).

Palmas/TO, 06 de dezembro de 2018.

Vagner da Silva Vales
 Presidente da Comissão Permanente de Licitação

**EXTRATO DE TERMO ADITIVO
Nº001/2018 DO CONTRATO Nº 003/2018**

PROCESSO Nº: 2018001957
 ESPÉCIE: CONTRATO
 OBJETO: Aquisição de gêneros alimentícios
 ADITAMENTO: Consignar aditivo de valor no percentual de 25% (Vinte e cinco por cento), que corresponde ao total de R\$ 1.640,00 (Hum mil seiscentos e quarenta reais)
 VIGÊNCIA: 31 de dezembro de 2018
 BASE LEGAL: Nos termos da Lei nº 8.666/93, Lei nº 1.210/2003, posteriormente alterada pela Lei nº 1.399/2005 e Processo nº 2018001957.
 SIGNATÁRIOS: ACE DA ESCOLA MUNICIPAL DE TEMPO INTEGRAL LUIZ GONZAGA, por seu representante legal o Sr. Osvaldo Soares Neto, inscrito no CPF nº 248.416.094-15, portador do RG nº 1944642 SSP/PE. Empresa S DE SOUSA SOBRINHO E CIA LTDA, inscrita no CNPJ nº 12.376.668/0001-70, por meio de seu representante legal o Sr. Sergio de Sousa Sobrinho, inscrito no CPF sob nº 025.817.851-52 e portador do RG nº 944.137 SSP/TO.
 DATA DE ASSINATURA: 03 de dezembro de 2018.

**EXTRATO DE TERMO ADITIVO
Nº001/2018 DO CONTRATO Nº 007/2018**

PROCESSO Nº: 2018001957
 ESPÉCIE: CONTRATO
 OBJETO: Aquisição de gêneros alimentícios
 ADITAMENTO: Consignar aditivo de valor no percentual de 24,99% (Vinte e quatro inteiros e noventa e nove centésimos por cento), que corresponde ao total de R\$ 3.246,16 (Três mil duzentos e quarenta e seis reais e dezesseis centavos)
 VIGÊNCIA: 31 de dezembro de 2018
 BASE LEGAL: Nos termos da Lei nº 8.666/93, Lei nº 1.210/2003, posteriormente alterada pela Lei nº 1.399/2005 e Processo nº 2018001957.
 SIGNATÁRIOS: ACE DA ESCOLA MUNICIPAL DE TEMPO INTEGRAL LUIZ GONZAGA, por seu representante legal o Sr. Osvaldo Soares Neto, inscrito no CPF nº 248.416.094-15, portador do RG nº 1944642 SSP/PE. Empresa PAULISTA INDÚSTRIA E COMERCIO, inscrita no CNPJ nº 06.144.922/0001-59, por meio de seu representante legal o Sr. Paulo Cesar Santana de Oliveira, inscrito no CPF nº 043.717.108-67 e portador do RG nº 147.265.34 SSP/SP.
 DATA DE ASSINATURA: 03 de dezembro de 2018.

**EXTRATO DE TERMO ADITIVO
Nº001/2018 DO CONTRATO Nº 009/2018**

PROCESSO Nº: 2018001957
 ESPÉCIE: CONTRATO
 OBJETO: Aquisição de gêneros alimentícios
 ADITAMENTO: Consignar aditivo de valor no percentual de 20% (Vinte por cento), que corresponde ao total de R\$ 6.900,48 (Seis mil e novecentos reais e quarenta e oito centavos)
 VIGÊNCIA: 31 de dezembro de 2018
 BASE LEGAL: Nos termos da Lei nº 8.666/93, Lei nº 1.210/2003, posteriormente alterada pela Lei nº 1.399/2005 e Processo nº 2018001957.
 SIGNATÁRIOS: ACE DA ESCOLA MUNICIPAL DE TEMPO INTEGRAL LUIZ GONZAGA, por seu representante legal o Sr. Osvaldo Soares Neto, inscrito no CPF nº 248.416.094-15, portador do RG nº 1944642 SSP/PE. Empresa WS SUPERMERCADOS EIRELI – ME, inscrita no CNPJ nº 27.866.301/0001-59, por meio de seu representante legal o Sr. Wanderley Ferreira dos Santos, inscrito no CPF nº 408.539.262-04 e portador do RG nº 93.080 SSP/TO.
 DATA DE ASSINATURA: 03 de dezembro de 2018.

RESULTADO DE LICITAÇÃO – CARTA-CONVITE Nº 002/2017 (*)

A Comissão Permanente de Licitação da ACE da Escola Municipal de Tempo Integral João Beltrão, torna público para conhecimento de interessados, que as empresas PRAPEL COMÉRCIO ATACADISTA LTDA – ME, com o valor total de R\$ 2.495,06 (Dois mil quatrocentos e noventa e cinco reais e seis centavos); MAJU COMERCIAL EIRELI – ME, com o valor total de R\$ 2.048,76 (Dois mil e quarenta e oito reais e setenta e seis centavos); RL COSTA COMÉRCIO – ME, com o valor total de R\$ 500,65 (Quinhentos reais e sessenta e cinco centavos); MJR DOS SANTOS EIRELI –

ME, com o valor total de R\$ 319,41 (Trezentos e dezenove reais e quarenta e um centavos); PETTINE E PETTINE LTDA EPP, com o valor total de R\$ 725,77 (Setecentos e vinte e cinco reais e setenta e sete centavos); SANTOS E FERREIRA LTDA, com o valor total de R\$ 957,22 (Novecentos e cinquenta e sete reais e vinte e dois centavos) e PAULISTA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA – ME, com o valor total de R\$ 1.516,20 (Hum mil quinhentos e dezesseis reais e vinte centavos), foram julgadas como vencedoras do Processo nº 2017016184, tendo como objeto a aquisição de materiais de higiene e limpeza.

Palmas/TO, 06 de dezembro de 2018.

Gilvan Almeida de Araújo
 Presidente da Comissão Permanente de Licitação

(*) **REPUBLICADO** por ter saído no DOMP nº 1.735, de 18 de abril de 2017, pág. 9, com incorreção no original.

**AVISO DE REVOGAÇÃO
ACE DA ETI ANISIO SPINOLA TEIXEIRA**

A Presidente da ACE da Escola Municipal de Tempo Integral Anísio Spínola Teixeira, no uso de suas atribuições legais, resolve **TORNAR SEM EFEITO**, o Extrato do Contrato nº 034/2018, publicado no Diário Oficial do Município de Palmas/TO nº 2.124, de 14 de novembro de 2018, pág. 09.

Maria da Conceição Lopes Santana
 Presidente da ACE

SECRETARIA DA SAÚDE

**PORTARIA REM Nº 1029/SEMUS/DEXFMS/GGP,
DE 21 DE NOVEMBRO DE 2018**

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA SAÚDE de Palmas-TO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 80, inciso IV, da Lei Orgânica do Município de Palmas e pela Lei nº 2.299, de 30 de março de 2017.

CONSIDERANDO a PORTARIA DSG Nº 1024 /SEMUS/DEXFMS/GGP, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2018, que designa o servidor público municipal Raphael Crisanto de Queiroz Franklin, ocupante do cargo comissionado de Assessor Executivo I matrícula funcional nº 413033682, para responder pela Gerência de Gestão de Pessoas e Gerência de Folha de Pagamento, e dar outras providências conforme portaria supracitada.

CONSIDERANDO a previsão legal conforme o artigo 33 da Lei Complementar nº 008, de 16 de novembro de 1999.

CONSIDERANDO que a movimentação de servidores é imprescindível para a manutenção do funcionamento permanente dos órgãos do Poder Executivo Municipal.

CONSIDERANDO, a conveniência do Município e a necessidade da Secretaria Municipal de Saúde.

CONSIDERANDO que a remoção do servidor abaixo mencionado é em atendimento da necessidade dos serviços e do interesse público, a fim de viabilizar a continuidade da prestação de serviços à população.

RESOLVE:

Art. 1º Remover do Centro de Saúde da Comunidade Morada do Sol para a Gerência da Unidade de Vigilância e Controle de Zoonoses – 650.5.10 na Dotação Orçamentária código nº 795, o servidor municipal JOSUE DOS SANTOS GODINHO, ocupante do cargo efetivo de Agente de Combate as Endemias, matrícula funcional nº 261731.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 20 de novembro de 2018.

GABINETE DO SECRETÁRIO DA SAÚDE, aos 21 dias do mês de novembro de 2018.

RAPHAEL CRISANTO DE QUEIROZ FRANKLIN
 Gerência de Gestão de Pessoas / Gerência de Folha de Pagamento

**PORTARIA REM Nº 1030/SEMUS/DEXFMS/GGP,
DE 21 DE NOVEMBRO DE 2018**

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA SAÚDE de Palmas - TO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 80, inciso IV, da Lei Orgânica do Município de Palmas e pela Lei nº 2.299, de 30 de março de 2017.

CONSIDERANDO a PORTARIA DSG Nº 1024 /SEMUS/DEXFMS/GGP, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2018, que designa o servidor público municipal Raphael Crisanto de Queiroz Franklin, ocupante do cargo comissionado de Assessor Executivo I matrícula funcional nº 413033682, para responder pela Gerência de Gestão de Pessoas e Gerência de Folha de Pagamento, e dar outras providências conforme portaria supracitada.

CONSIDERANDO a previsão legal conforme o artigo 33 da Lei Complementar nº 008, de 16 de novembro de 1999.

CONSIDERANDO que a movimentação de servidores é imprescindível para a manutenção do funcionamento permanente dos órgãos do Poder Executivo Municipal.

CONSIDERANDO, a conveniência do Município e a necessidade da Secretaria Municipal de Saúde.

CONSIDERANDO que a remoção do servidor abaixo mencionado é em atendimento da necessidade dos serviços e do interesse público, a fim de viabilizar a continuidade da prestação de serviços à população.

RESOLVE:

Art. 1º Remover da Gerência da Unidade de Vigilância e Controle de Zoonoses para o Centro de Saúde da Comunidade Morada do Sol – 650.5.4.13 na Dotação Orçamentária código nº 791, o servidor federal SEBASTIÃO INÁCIO DE JESUS, ocupante do cargo efetivo de Agente de Saúde Pública, matrícula funcional nº 1084934.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 20 de novembro de 2018.

GABINETE DO SECRETÁRIO DA SAÚDE, aos 21 dias do mês de novembro de 2018.

RAPHAEL CRISANTO DE QUEIROZ FRANKLIN
Gerência de Gestão de Pessoas / Gerência de Folha de Pagamento

**PORTARIA REM Nº 1031/SEMUS/DEXFMS/GGP,
DE 21 DE NOVEMBRO DE 2018**

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA SAÚDE de Palmas-TO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 80, inciso IV, da Lei Orgânica do Município de Palmas e pela Lei nº 2.299, de 30 de março de 2017.

CONSIDERANDO a PORTARIA DSG Nº 1024 /SEMUS/DEXFMS/GGP, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2018, que designa o servidor público municipal Raphael Crisanto de Queiroz Franklin, ocupante do cargo comissionado de Assessor Executivo I matrícula funcional nº 413033682, para responder pela Gerência de Gestão de Pessoas e Gerência de Folha de Pagamento, e dar outras providências conforme portaria supracitada.

CONSIDERANDO a previsão legal conforme o artigo 33 da Lei Complementar nº 008, de 16 de novembro de 1999.

CONSIDERANDO que a movimentação de servidores é imprescindível para a manutenção do funcionamento permanente dos órgãos do Poder Executivo Municipal.

CONSIDERANDO, a conveniência do Município e a necessidade da Secretaria Municipal de Saúde.

CONSIDERANDO que a remoção da servidora abaixo mencionada é em atendimento da necessidade dos serviços e do interesse público, a fim de viabilizar a continuidade da prestação de serviços à população.

RESOLVE:

Art. 1º Remover do Núcleo de Assistência Henfil para a Unidade de Pronto Atendimento José de Souza Dourado – 650.6.8.2 na Dotação Orçamentária código nº 800 a servidora municipal LARA JAQUELINE MARQUES SANTOS, ocupante do cargo efetivo de Técnico em Saúde – Técnico em Enfermagem, matrícula funcional nº 413024124.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 20 de novembro de 2018.

GABINETE DO SECRETÁRIO DA SAÚDE, aos 21 dias do mês de novembro de 2018.

RAPHAEL CRISANTO DE QUEIROZ FRANKLIN
Gerência de Gestão de Pessoas / Gerência de Folha de Pagamento

**PORTARIA REM Nº 1032/SEMUS/DEXFMS/GGP,
DE 21 DE NOVEMBRO DE 2018**

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA SAÚDE de Palmas - TO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 80, inciso IV, da Lei Orgânica do Município de Palmas e pela Lei nº 2.299, de 30 de março de 2017.

CONSIDERANDO a PORTARIA DSG Nº 1024 /SEMUS/DEXFMS/GGP, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2018, que designa o servidor público municipal Raphael Crisanto de Queiroz Franklin, ocupante do cargo comissionado de Assessor Executivo I matrícula funcional nº 413033682, para responder pela Gerência de Gestão de Pessoas e Gerência de Folha de Pagamento, e dar outras providências conforme portaria supracitada.

CONSIDERANDO a previsão legal conforme o artigo 33 da Lei Complementar nº 008, de 16 de novembro de 1999.

CONSIDERANDO que a movimentação de servidores é imprescindível para a manutenção do funcionamento permanente dos órgãos do Poder Executivo Municipal.

CONSIDERANDO, a conveniência do Município e a necessidade da Secretaria Municipal de Saúde.

CONSIDERANDO que a remoção da servidora abaixo mencionada é em atendimento da necessidade dos serviços e do interesse público, a fim de viabilizar a continuidade da prestação de serviços à população.

RESOLVE:

Art. 1º Remover do Laboratório Municipal para o Centro de Saúde da Comunidade Santa Fé – 650.5.4.16 na Dotação Orçamentária código nº 791, a servidora municipal ANTONIA NOLETO DA FONSECA, ocupante do cargo efetivo de Técnico em Saúde – Técnico em Enfermagem, matrícula funcional nº 413031397.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 20 de novembro de 2018.

GABINETE DO SECRETÁRIO DA SAÚDE, aos 21 dias do mês de novembro de 2018.

RAPHAEL CRISANTO DE QUEIROZ FRANKLIN
Gerência de Gestão de Pessoas / Gerência de Folha de Pagamento

**PORTARIA REM Nº 1033/SEMUS/DEXFMS/GGP,
DE 21 DE NOVEMBRO DE 2018**

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA SAÚDE de Palmas-TO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 80, inciso IV, da Lei Orgânica do Município de Palmas e pela Lei nº 2.299, de 30 de março de 2017.

CONSIDERANDO a PORTARIA DSG Nº 1024 /SEMUS/DEXFMS/GGP, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2018, que designa o servidor público municipal Raphael Crisanto de Queiroz Franklin, ocupante do cargo comissionado de Assessor Executivo I matrícula funcional nº 413033682, para responder pela Gerência de Gestão de Pessoas e Gerência de Folha de Pagamento, e dar outras providências conforme portaria supracitada.

CONSIDERANDO a previsão legal conforme o artigo 33 da Lei Complementar nº 008, de 16 de novembro de 1999.

CONSIDERANDO que a movimentação de servidores é imprescindível para a manutenção do funcionamento permanente dos órgãos do Poder Executivo Municipal.

CONSIDERANDO, a conveniência do Município e a necessidade da Secretaria Municipal de Saúde.

CONSIDERANDO que a remoção da servidora abaixo mencionada é em atendimento da necessidade dos serviços e do interesse público, a fim de viabilizar a continuidade da prestação de serviços à população.

RESOLVE:

Art. 1º Remover do Laboratório Municipal para a Gerência de Regulação – 650.6.9 na Dotação Orçamentária código nº 799, a servidora municipal LETICIA SOARES COSTA, ocupante do cargo efetivo de Técnico em Saúde – Técnico em Laboratório de Análises Clínicas, matrícula funcional nº 413018585.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 13 de novembro de 2018.

GABINETE DO SECRETÁRIO DA SAÚDE, aos 21 dias do mês de novembro de 2018.

RAPHAEL CRISANTO DE QUEIROZ FRANKLIN
Gerência de Gestão de Pessoas / Gerência de Folha de Pagamento

**PORTARIA DSG Nº 1034/SEMUS/DEXFMS/GGP,
DE 21 DE NOVEMBRO DE 2018**

Designação de Responsável Técnico:
Enfermeiro.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA SAÚDE de Palmas-TO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 80, inciso IV, da Lei Orgânica do Município de Palmas e pela Lei nº 2.299, de 30 de março de 2017.

CONSIDERANDO a PORTARIA DSG Nº 1024 /SEMUS/DEXFMS/GGP, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2018, que designa o servidor público municipal Raphael Crisanto de Queiroz Franklin, ocupante do cargo comissionado de Assessor Executivo I matrícula funcional nº 413033682, para responder pela Gerência de Gestão de Pessoas e Gerência de Folha de Pagamento, e dar outras providências conforme portaria supracitada.

CONSIDERANDO que são de relevância pública as ações e serviços de saúde, cabendo ao poder público dispor, nos termos da lei, sobre sua regulamentação, fiscalização e controle (artigo 197 da Constituição Federal), que a saúde é um direito fundamental do ser humano, devendo o estado prover as condições indispensáveis ao seu pleno exercício – artigo 2º, Lei 8080/1990.

CONSIDERANDO que a Administração Pública deve obedecer aos princípios da legalidade, impessoalidade, eficiência, finalidade, razoabilidade, indisponibilidade do interesse público, devendo guardar em toda a sua atividade o princípio da supremacia do interesse público sobre o interesse privado.

CONSIDERANDO a Lei nº 5.095/73 que dispõe sobre a criação dos Conselhos Federal e Regionais de Enfermagem e dá outras providências.

CONSIDERANDO a Lei Federal nº 7.498/86 que dispõe sobre a regulamentação do exercício da enfermagem e dá outras providências.

CONSIDERANDO a Portaria nº 2048, de 5 de novembro de 2002, do Ministério da Saúde.

CONSIDERANDO o que preceitua o artigo 2º da Resolução do COFEN nº 302/2005 e 374/2011, no qual determina que todo estabelecimento onde existam atividades de enfermagem devem obrigatoriamente apresentar Certidão de Responsabilidade Técnica de Enfermagem, cuja anotação deverá ser requerida pelo profissional enfermeiro.

CONSIDERANDO que o Poder Hierárquico confere à Administração Pública poderes para ordenar, coordenar, controlar e corrigir as atividades administrativas.

CONSIDERANDO a norma do artigo 131 da Lei Complementar nº 008/99 que institui o Estatuto dos Servidores Públicos da Administração Direta e Indireta dos Poderes do Município de Palmas.

RESOLVE:

Art. 1º Designar a servidora pública municipal MEIRE DA SILVA PEREIRA, matrícula funcional nº 305751, para desempenhar a função de Responsável Técnico: Enfermeiro no Centro de Atenção Psicossocial Álcool e Outras Drogas III (CAPS AD III).

Art. 2º As referidas designações serão sem remuneração, até a regulamentação da Lei nº 2.324, de 13 de julho de 2017.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor a partir de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 20 de novembro de 2018.

GABINETE DO SECRETÁRIO DA SAÚDE, aos 21 dias do mês de novembro de 2018.

RAPHAEL CRISANTO DE QUEIROZ FRANKLIN
Gerência de Gestão de Pessoas / Gerência de Folha de Pagamento

**PORTARIA RET Nº 1052/SEMUS/DEXFMS/GGP,
DE 28 DE NOVEMBRO DE 2018**

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA SAÚDE de Palmas-TO, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 80, inciso IV, da Lei Orgânica do Município de Palmas, combinado com as prerrogativas dos artigos 40, inciso X e 41, da Lei nº 2.299, de 30 de março de 2017.

CONSIDERANDO a PORTARIA DSG Nº 1024 /SEMUS/DEXFMS/GGP, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2018, que designa o servidor público municipal Raphael Crisanto de Queiroz Franklin, ocupante do cargo comissionado de Assessor Executivo I matrícula funcional nº 413033682, para responder pela Gerência de Gestão de Pessoas e Gerência de Folha de Pagamento, e dar outras providências conforme portaria supracitada.

RESOLVE:

Art. 1º Retificar a PORTARIA CCS Nº 850/SEMUS/DEXFMS/GGP, DE 20 DE SETEMBRO DE 2018, conforme relacionado abaixo:

Onde se lê:

NOME	MATRÍCULA	PORTARIAS DE SUSPENSÃO	PERÍODO DE GOZO DE FÉRIAS	PERÍODO AQUISITIVO
JACQUELINE CRISTINA BRAGA	305081	PORTARIA INT Nº949/SEMUS/DEXFMS/ GGP DE 20 DE SETEMBRO DE 2018	05/12/2018 a 18/12/2018	2017 a 2018

Leia-se:

NOME	MATRÍCULA	PORTARIAS DE SUSPENSÃO	PERÍODO DE GOZO DE FÉRIAS	PERÍODO AQUISITIVO
JACQUELINE CRISTINA BRAGA	305081	PORTARIA INT Nº949/SEMUS/DEXFMS/ GGP DE 20 DE SETEMBRO DE 2018	10/12/2018 a 23/12/2018	2017 a 2018

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GERÊNCIA DE GESTÃO DE PESSOAS E GERÊNCIA DE FOLHA DE PAGAMENTO, aos 28 dias do mês de Novembro de 2018.

RAPHAEL CRISANTO DE QUEIROZ FRANKLIN
Gerência de Gestão de Pessoas / Gerência de Folha de Pagamento

**PORTARIA INT Nº1053/SEMUS/DEXFMS/GGP,
DE 28 DE NOVEMBRO DE 2018**

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA SAÚDE de Palmas-TO, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 80, inciso IV, da Lei Orgânica do Município de Palmas, combinado com as prerrogativas dos artigos 40, inciso X e 41, da Lei nº 2.299, de 30 de março de 2017.

CONSIDERANDO a PORTARIA DSG Nº 1024 /SEMUS/ DEXFMS/GGP, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2018, que designa o servidor público municipal Raphael Crisanto de Queiroz Franklin, ocupante do cargo comissionado de Assessor Executivo I matrícula funcional nº 413033682, para responder pela Gerência de Gestão de Pessoas e Gerência de Folha de Pagamento, e dar outras providências conforme portaria supracitada.

RESOLVE:

Art. 1º Interromper gozo de férias dos (as) servidores (as) públicos (as) municipais, em razão de extrema necessidade de serviços, assegurando-lhe o direito de usufruir o referido benefício em período a ser posteriormente acertado:

NOME	MATRICULA	PERÍODO AQUISITIVO		DIAS
WIDONALVA BARREIRA LIRA	133181	2017	a 2018	15
ANTONIA GLAUCIENE DOS SANTOS SILVA	253981	2016	a 2017	15

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GERÊNCIA DE GESTÃO DE PESSOAS E GERÊNCIA DE FOLHA DE PAGAMENTO, aos 28 dias do mês de Novembro de 2018.

RAPHAEL CRISANTO DE QUEIROZ FRANKLIN
Gerência de Gestão de Pessoas / Gerência de Folha de Pagamento

**PORTARIA CCS Nº1054/SEMUS/DEXFMS/GGP,
DE 28 DE NOVEMBRO DE 2018**

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA SAÚDE de Palmas-TO, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 80, inciso IV, da Lei Orgânica do Município de Palmas, combinado com as prerrogativas dos artigos 40, inciso X e 41, da Lei no 2.299, de 30 de março de 2017.

CONSIDERANDO a PORTARIA DSG Nº 1024 /SEMUS/ DEXFMS/GGP, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2018, que designa o servidor público municipal Raphael Crisanto de Queiroz Franklin, ocupante do cargo comissionado de Assessor Executivo I matrícula funcional nº 413033682, para responder pela Gerência de Gestão de Pessoas e Gerência de Folha de Pagamento, e dar outras providências conforme portaria supracitada.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder os restantes do gozo de férias interrompidas por Portarias aos servidores abaixo relacionados.

NOME	MAT	PORTARIAS DE SUSPENSÃO	PERÍODO DE GOZO DE FÉRIAS		PERÍODO AQUISITIVO	
EDMA NERI DOS SANTOS	302871	PORTARIA INT Nº779/SEMUS/DEXFMS/GGP DE 30 DE AGOSTO DE 2018	30/01/2019	a 05/02/2019	2016	a 2017
WIDONALVA BARREIRA LIRA	133181	PORTARIA INT Nº1053/SEMUS/DEXFMS/GGP DE 28 DE NOVEMBRO DE 2018	03/12/2018	a 17/12/2018	2017	a 2018
ANTONIA GLAUCIENE DOS SANTOS SILVA	253981	PORTARIA INT Nº1053/SEMUS/DEXFMS/GGP DE 28 DE NOVEMBRO DE 2018	18/12/2018	a 01/01/2019	2016	a 2017
MARIA DE JESUS TELMA PAZ ARAUJO	139151	PORTARIA INT Nº779/SEMUS/DEXFMS/GGP DE 30 DE AGOSTO DE 2018	17/01/2019	a 31/01/2019	2016	a 2017

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GERÊNCIA DE GESTÃO DE PESSOAS E GERÊNCIA DE FOLHA DE PAGAMENTO, aos 28 dias do mês de Novembro de 2018.

RAPHAEL CRISANTO DE QUEIROZ FRANKLIN
Gerência de Gestão de Pessoas / Gerência de Folha de Pagamento

PROCESSO Nº: 2018033384

INTERESSADO: Secretaria Municipal de Saúde
ASSUNTO: Medicamentos/Demanda Judicial

DESPACHO Nº 081/2018/DEXFMS/SEMUS

À vista dos princípios que regem os procedimentos licitatórios, do processo nº. 2018033384, e diante do Certificado de Verificação e Regularidade - CVR nº 967/2018 – NUSCIN/SEMUS, da necessidade de contratar empresa especializada para fornecer medicamentos ao paciente: VILMAR DA COSTA SILVA, autos: 0034633-44.2018.827.2729, mediante DISPENSA DE LICITAÇÃO,

com fulcro no disposto no art. 24, inciso IV, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, RESOLVO, dispensar a licitação para aquisição de medicamentos, conforme especificações constantes no Termo de Referência nº 258/2018, ADJUDICANDO o objeto do presente ato de dispensa de licitação a empresa: PRO-REMÉDIOS DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS E COSMÉTICOS EIRELI – CNPJ 05.159.591/0001-68, no valor de R\$ 540,00 (quinhentos e quarenta reais), cuja despesa correrá por conta da seguinte dotação orçamentária: FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 8600.10.303.1110.2724, NATUREZA DE DESPESA: 3.3.90.91, FONTE: 0010.10.199, FICHA: 20182717, VALOR: R\$ 540,00.

Secretaria Municipal de Saúde, aos 03 dias do mês de dezembro de 2018.

DANIEL BORINI ZEMUNER
Secretário da Saúde

PROCESSO Nº 2018025920

INTERESSADO: Secretaria Municipal de Saúde
ASSUNTO: Internação/Ana Ketelly Pereira de Araújo

DESPACHO Nº 082/2018/DEXFMS/SEMUS

À vista dos princípios que regem os procedimentos licitatórios, do processo nº. 2018025920, e diante do Certificado de Verificação e Regularidade - CVR nº 970/2018 – NUSCIN/SEMUS, da necessidade de contratar serviços especializados de internação para recuperação de dependência química e traslado, pelo período de 24 (vinte e quatro) meses, da paciente: ANA KETELY PEREIRA DE ARAÚJO, autos: 0012357-87.2016.827.2729, mediante DISPENSA DE LICITAÇÃO, com fulcro no disposto no art. 24, inciso IV, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, RESOLVO, dispensar a licitação para contratação de empresa especializada para recuperação e traslado, conforme especificações constantes no Termo de Referência nº 217/2018, ADJUDICANDO o objeto do presente ato de dispensa de licitação a empresa: CLÍNICA DE RECUPERAÇÃO TALISMÃ – CNPJ 15.106.364/0001-28, no valor de R\$ 55.200,00 (cinquenta e cinco mil e duzentos reais), cuja despesa correrá por conta da seguinte dotação orçamentária: FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 8600.10.302.1110.2742, NATUREZA DE DESPESA: 3.3.90.91, FONTE: 0040.00.103, FICHA: 20181459, VALOR: R\$ 55.200,00.

Secretaria Municipal de Saúde, aos 03 dias do mês de dezembro de 2018.

DANIEL BORINI ZEMUNER
Secretário Municipal da Saúde

FUNDAÇÃO DE MEIO AMBIENTE

PORTARIA Nº 026/2018

A Presidente da Fundação Municipal de Meio Ambiente de Palmas, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 80, inciso IV, da Lei Orgânica do Município de Palmas, c/c art. 41, inciso I, X, da Lei nº 1.954, de 1º de abril de 2013 e o ATO 400 – NM de 13 de abril de 2018;

RESOLVE:

Art. 1º Retificar a Portaria/GAB/FMA Nº 25/2018 de 03 de dezembro de 2018, interrompendo as férias da servidora Loane Ariela Silva Cavalcante, publicada no Diário Oficial do Município nº 2.137, de 04/12/2018, na parte onde se refere:

Onde se Lê: LUCIANA CORDEIRO CAVALCANTE CERQUEIRA.

Leia-se: LUZIMEIRE RIBEIRO DE MOURA CARREIRA.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Presidente da Fundação Municipal de Meio Ambiente de Palmas, ao 05 dia do mês de dezembro de 2018.

Luzimeire Ribeiro de Moura Carreira
Presidente Interino da Fundação Municipal de Meio Ambiente

PUBLICAÇÕES DA CÂMARA MUNICIPAL

EDITAL Nº 011/2018 – CÂMARA MUNICIPAL DE PALMAS / COPESE CONCURSO PÚBLICO PARA A CÂMARA MUNICIPAL DE PALMAS/TO – QUADRO GERAL 2018

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE PALMAS – ESTADO DO TOCANTINS, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 23, da Lei Orgânica do Município de Palmas-TO e o art. 37 da Constituição Federal, inciso II, torna pública a ANULAÇÃO DA ETAPA 02 - Prova de Aptidão Física, DA ETAPA 03 (Avaliação Psicológica) E DA ETAPA 04 (Investigação Social Documental), exclusivamente para o cargo VIGIA (código CMF03), objeto do Edital nº 001/2018, de 10/01/2018, de abertura do concurso público destinado a selecionar candidatos para os cargos públicos efetivos de nível Fundamental, Médio e Superior do Quadro Geral da Câmara Municipal de Palmas, conforme discriminação a seguir:

1. DA ANULAÇÃO

1.1. Em conformidade com a PORTARIA/GABPRES/RH/Nº 122/2018, publicada no Diário Oficial do Município de Palmas nº 2133, de 28 de novembro de 2018:

1.1.1. São declaradas nulas as alíneas “b”, “c” e “d” do subitem 6.1 e nulos os itens “9”, “10” e “11” (e seus subitens), referentes às fases de Prova de Aptidão Física, Avaliação Psicológica e Investigação Social Documental do edital de abertura nº 001/2018, publicado em 10 de janeiro de 2018, que dispõe sobre o concurso público para o Quadro Geral da Câmara Municipal de Palmas/TO.

1.1.2. As nulidades declaradas no subitem anterior abrangem somente o cargo de VIGIA (CÓDIGO CMF03 do edital de abertura), permanecendo inalteradas todas as outras fases constantes nos mesmos itens para o cargo de AGENTE DE SEGURANÇA (CÓDIGO CMF02 do edital de abertura).

2. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

2.1. Permanecem inalterados todos os demais itens, subitens e anexos do edital 001/2018, de 10 de janeiro de 2018, destinado a selecionar candidatos para os cargos públicos efetivos de nível Fundamental, Médio e Superior do Quadro Geral da Câmara Municipal de Palmas.

Palmas-TO, 06 de dezembro de 2018.

José do Lago Folha Filho
Câmara Municipal de Palmas-TO



#VamosSeparar